CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO - UMA PROPOSTA DE MODELAGEM DAS RELAÇÕES DE REDE SOB UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA SOCIOLÓGICA

Vanessa Costa de Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestrado Acadêmico.

Orientador: Prof. Dr. Herlander Costa Alegre da Gama Afonso

RIO DE JANEIRO
2023

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO
UMA PROPOSTA DE MODELAGEM DAS RELAÇÕES DE REDE SOB UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA SOCIOLÓGICA

Documento assinado digitalmente
gov.br
VANESSA COSTA DE OLIVEIRA
Data: 19/02/2024 06:08:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Vanessa Costa de Oliveira

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br
HERLANDER COSTA ALEGRE DA GAMA AFONSO
Data: 10/02/2024 23:49:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Herlander Costa Alegre da Gama Afonso - CEFET/RJ (Nova Iguaçu/RJ)

Documento assinado digitalmente
gov.br
AUGUSTO DA CUNHA REIS
Data: 15/02/2024 10:59:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Augusto da Cunha Reis - CEFET/RJ (Maracanã/RJ)

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNO CHAPADEIRO RIBEIRO
Data: 15/02/2024 17:25:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Bruno Chapadeiro Ribeiro - UFF/RJ

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCIA CRISTINA RODRIGUES COVA
Data: 15/02/2024 15:34:56-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profª. Drª. Marcia Cristina Rodrigues Cova - UFRRJ (Nova Iguaçu/RJ)

RIO DE JANEIRO
2023

Cefet/RJ - Sistema de Bibliotecas – UnED Nova Iguaçu

O48 Oliveira, Vanessa Costa de.

Bancos comunitários de desenvolvimento : uma proposta de modelagem das relações de rede sob uma abordagem holística sociológica / Vanessa Costa de Oliveira. – 2023.
127 f.: il. algumas color.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação TecnológicaCelso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia: f. 106-118.
Orientador: Herlander Costa Alegre da Gama Afonso.

1. Planejamento regional. 2. Bancos comunitários – Rio de Janeiro (Estado). 3. Economia social. 4. Interação social. 5. Processo decisório por critério múltiplo. 6. Finanças. I. Afonso, Herlander Costa Alegre da Gama (orient.). II. Título.

CDD 338.9

Ficha catalográfica elaborada por: Samantha Andrade da Rosa – CRB7-5930

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus que me permitiu chegar até aqui, a minha mãe guerreira, e as pessoas que contribuíram com a construção desse estudo.

AGRADECIMENTOS

"Que darei eu ao SENHOR por todos os benefícios que me tem feito?"
Salmos 116:12

Obrigada, Deus, pela sua infinita bondade em minha vida. Por ter me fornecido força para enfrentar todos os obstáculos neste percurso. Toda glória e louvor seja para ti

À minha mãe pelo apoio e paciência, aos meus padrinhos de coração Tânia e Sr. Renato por todo carinho e ajuda desde a época da minha educação infantil.

Aos amigos Maria, Rebeca, Renatinho, Tati e Thiago pelo apoio. Narli e Lilian pelas orações. E em especial Ariele por todo incentivo e empatia desde o início ao final desta caminhada.

Ao meu orientador que acreditou em mim e me direcionou com paciência neste estudo. Dizendo sempre: "Força, Vanessa", "lute igual uma garota".

A todos do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, em especial professor José André e Professora Andrea.

À banca de defesa composta pelo professor Bruno Chapadeiro, professora Marcia Cova, professor Herlander e professor Augusto Reis por aceitarem o convite e por toda contribuição: muito obrigada!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro na reta final do curso.

E a todos que contribuíram com este estudo.

EPÍGRAFE

“Ninguém supera a pobreza sozinho, nem
se não quiser superar”.
Paul Singer

“Navegar é preciso”.
Fernando Pessoa

RESUMO

O Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCDs) proveniente da Economia Solidária é um instrumento que, em rede, pode contribuir com o desenvolvimento local. Esta dissertação investigou os fatores de criticidade inerentes às relações de rede dos BCDs, sob a luz de uma abordagem sociológica, como subsídios para novas interações e agendas de políticas públicas locais. Para tal, a metodologia utilizada foi dividida em três fases: a primeira, uma investigação exploratória, a fim de identificar e acumular conhecimentos sobre a temática. Em seguida, foi realizada uma pesquisa explicativa para compreender o objetivo e entender quais são os fatores críticos inerentes aos BCDs do Rio de Janeiro, por meio das interações de rede. Por fim, fez-se a implementação do método Analytic Hierarchy Process (AHP), por meio do qual, fez-se a hierarquização dos fatores críticos relativos aos propósitos do desenvolvimento local do Estado do Rio de Janeiro. Os fatores críticos levantados na literatura e na pesquisa de campo foram tratados dentro das dimensões a Econômico-Financeira, Social e Inovação. Os resultados das parcerias dos BCDs e as interações de rede mostram que a dimensão econômico-financeira e os fatores de criticidade mais impactados por essa dinâmica são o pertencimento, microcrédito e, por último, a empregabilidade.

Palavras-chaves: banco comunitário de desenvolvimento; economia solidária; analytic hierarchy process (AHP); parcerias; sociológica; desenvolvimento local.

ABSTRACT

The Community Development Bank (BCDs) which comes from the Solidarity Economy is an instrument that, in a network, can contribute to local development. This search investigated the criticality factors inherent to the BCDs' network relations, in the light of a sociological approach, as subsidies for new interactions and local public policy agendas. To this end, the methodology used was divided into three phases: the first, an exploratory investigation, in order to identify and accumulate knowledge on the topic. Next, explanatory research was carried out to understand the objective and understand the critical factors inherent to BCDs in Rio de Janeiro, through network interactions. Finally, the Analytic Hierarchy Process (AHP) method was implemented, through which the critical factors related to the purposes of local development in the State of Rio de Janeiro were hierarchized. The critical factors identified in the literature and in field research were treated within the Economic-Financial, Social and Innovation dimensions. The results of BCD partnerships and network interactions show that the economic-financial dimension and the critical factors most impacted by this dynamic are belonging, microcredit and, finally, employability**.**

Keywords: community development bank; solidarity economy; analytic hierarchy process (AHP); partnerships; sociological; local development.

LISTA DE SIGLAS

AHP - Analytic Hierarchy Process

AIMAP - Associação Intermunicipal de Motoristas por Aplicativo

BB - Banco do Brasil

BCD - Banco Comunitário de Desenvolvimento

BCIE - Centro Americano de Integración Económica

CEF - Caixa Econômica Federal

CPF - Cadastro Pessoa Física

EcoSol - Economia Social Solidária

ENEL - Entidade Nacional de Eletricidade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBP - Instituto Banco Palmas

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEES - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários

IPEA - Instituto Pesquisa Científica

LETS - Local Exchange Trading System

RJ - Rio de Janeiro

SENAES - Secretária de Economia Solidária

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFF - Universidade Federal Fluminense

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Panorama dos BCDs do Estado do Rio de Janeiro - Interação Social e Fatores de Criticidade de Sucesso

QUADRO 2 - Solidariedade de Durkheim

QUADRO 3 - Princípios de Polanyi

QUADRO 4 - Características das Teorias dos Laços

QUADRO 5 – Quadro Teórico Social e Econômico e BCDs

QUADRO 6 - Esquema Sociológico das Interações do BCDs

QUADRO 7 - Fatores de Criticidade de Sucesso dos BCDs

QUADRO 8 - Perfil dos respondentes, parte 1

QUADRO 9 - Perfil dos respondentes, parte 2

QUADRO 10 - Percepção dos entrevistados sobre BCDs do Estado do Rio de Janeiro

QUADRO 11 - Interação social para os objetivos dos BCDs

QUADRO 12 - Resultados da AHP no estudo – pesos e prioridades

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Distribuição de BCDs no Brasil

FIGURA 2 - Circuito básico da Moeda Social em Bancos Comunitários de Desenvolvimento

FIGURA 3 - BCD Palmas no Conjunto das Palmeiras

FIGURA 4 - Metodologia de criação do BCD

FIGURA 5 - Modalidades de serviços sociais disponíveis pelos Bancos de Palmas

FIGURA 6 - Espaço cedido pela Prefeitura para implantação BCD Capivari em Silva Jardim

FIGURA 7 - Interações com Universidade e Empresa Privada de Energia

FIGURA 8 - Banner de Incentivo do BCD Saracuruna: Comunidade e Ampla

FIGURA 9 - Objetivos Centrais dos BCDs e Interação

FIGURA 10 - Procedimentos metodológicos da pesquisa

FIGURA 11 - Estrutura básica da AHP

FIGURA 12 - Estrutura hierárquica da AHP neste estudo

FIGURA 13 - Hierarquia AHP com seus pesos e prioridades

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Grau de importância da AHP

TABELA 2 - Tabela para cálculo de RI N

SUMÁRIO

Sumário

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO 15
1.2. Problema de Pesquisa 17
1.3. Objetivo Geral 18
1.4. Objetivos Específicos 18
1.5. Justificativa 18
1.6. Método de Pesquisa 20
1.7. Estrutura do Trabalho 21
CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO 22
2.1. Contexto histórico da Economia Solidária e o surgimento dos BCDs 23
2.2. Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional. 26
2.2.1 Moedas: Surgimento e Moedas locais/sociais 30
2.2.2 Moeda Digital 33
2.2.3 Microcrédito 34
2.2.4 Banco Comunitário Palmas- Pioneirismo e *benchmarking* no Brasil 37
2.3. Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 44
2.3.1 BCD Capivari 45
2.3.2 Banco Comunitário Saracuruna 47
2.3.3 Banco Universitário – Cidade de Deus 49
2.3.4 Apresentação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento ativos no Estado do Rio de Janeiro 52
2.3.4.1 Banco Comunitário do Preventório – Niterói 52
2.3.4.2 Banco Comunitário Araribóia – Niterói 54
2.3.4.3 Banco Comunitário Mumbuca 56
2.3.5 Breve Percepção da Interação Social nos BCDs do Estado do Rio de Janeiro ... 58
2.4. Interação Social: um instrumento sociológico dos BCDs no Desenvolvimento Local 60
2.4.1. Abordagem Durkheimiana- Solidariedade e Sociedade 61
2.4.2. Polanyi – Contra movimentos e Interações sociais 64
2.4.3. Mark Granovetter - Teoria dos Laços 71
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA 79
3.1 Abordagem Metodológica 79
3.2 Universo e Amostra 79
3.3 Procedimento Metodológico 80
3.3.1 Fase Exploratória 81

3.3.2 Fase Explicativa 83
3.3.3 Método AHP 83
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO 90
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 104
REFERÊNCIAS 106
APÊNDICE 119

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, os reflexos das interações do homem na sociedade e economia se permeiam nos constructos de diversos estudiosos para compreender a organização, por meio da ascensão social e econômica no território. O desenvolvimento não se faz somente por uma esfera, é multiforme e, inclusive dissipa a relevância do econômico em detrimento ao social, além de identificar a existência de outros sistemas econômicos que não se sujeita somente ao mercado (Polanyi, 2012). Assim, para o autor teria a possibilidade de uma relação econômica alternativa com um viés solidário.

A Economia Solidária (EcoSol) tem origem europeia, trata-se de um conjunto de práticas coletivas na busca de estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial ao longo do século XX (Silva, 2018). A EcoSol surge diante das constantes expansões e diversificações metropolitanas e ocorrem um pouco depois do capitalismo industrial, assim como a concentração de numerários em grupos favorecidos da sociedade e, concomitantemente, o trabalhador recorria a estratégias alternativas para amenizar o poder do capital (Santos, [1975] 2008; [1994] 2008; [1994] 2013; Marx, 2011, 2012; Marx; Engel,1998). Singer (2002), em complemento afirma que o crescente empobrecimento dos artesãos, estimulou a criação da primeira cooperativa moderna em 1844: os pioneiros de Rochedale, "considerada a mãe de todas as cooperativas [...], fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios [...], entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com esse propósito" (Singer, 2002, p. 39). Isto é, pode-se entender autossuficiência nesse contexto, como cooperativas que tiveram autonomia e representatividade na época.

A EcoSol é uma tentativa de articulação de três economias: a economia mercantil através do princípio do mercado autorregulado e percepção utilitarista; a economia não- mercantil formada pelo princípio da redistribuição formada por um líder (o Estado) que realizaa gestão dos recursos para distribuí-los de forma igualitária e a economia não-monetária baseada no princípio da reciprocidade e, seguindo a linha da lógica da dádiva que, segundo França Filho e Dzimira (1999, p. 12) citando Mauss (1978), "compreende três momentos: o dar,o receber e o retribuir(...) O seu intuito seria perpetuar os laços sociais." Já os autores Rigo e França, (2017), entendem que a EcoSol com ou sem parceria governamental é um grupo alternativo que busca a qualidade da vida da população em determinados territórios. Sendo assim, pode-se dizer que a EcoSol contribui para o crescimento socioeconômico de uma região.Corrêa *et al*., (2019) salientam que o desenvolvimento regional é um processo histórico que a lapida e exige modificação no eixo e estrutura sociais além de uma gestão de forma interações

entre os diversos atores da região.

No Brasil, a EcoSol ficou conhecida na década de 90, com o surgimento de iniciativas econômicas com essência associativa, cooperação e autogestão (Gaiger, 2013). A Secretária de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho teve o papel de propagar as finanças solidárias no Brasil entre 2003 e 2015 (Pupo, 2022). Os Bancos Comunitários e de Desenvolvimento (BCDs) têm algumas características da EcoSol como priorizar a decisões autônomas e coletivas da comunidade (autogestão), o trabalho é de forma que não haja competição (cooperativa), estes bancos emitem as moedas comunitárias e digitais no país, este método de inclusão financeira se apresenta relevante no território nacional e internacional. Isso se deve por estimular os princípios da EcoSol na redução de desigualdade social por meio da autogestão, do apoio mútuo comunitário e desenvolvendo e incluindo o sistema financeiro nestas comunidades, além de fomentar novas interações socioeconômicas (Demirguç–Kint; Klapper, 2013).

Estas instituições solidárias baseiam-se no incentivo à produção e consumo local, fazendo com que a riqueza circule na própria região. A Inclusão Financeira, segundo o Banco Central é "[...] o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para a sua qualidade de vida" (Banco Central do Brasil, 2018, p. 14).

Em complemento, os BCDs fomentam a produção de renda na região e internalização de seus benefícios através da ação de atores locais. Na ótica de Dallabrida (2017), a existência destes bancos está diretamente associada à tendência e capacidade local de fabricação e negociação de bens e serviços. Os estudos de Cruz, Oliveira e Freitas (2023) corroboram que apesar dos BCDs não terem o mesmo vigor dos bancos tradicionais, ainda assim, tal como instituições solidárias financeiras, geram impactos positivos do ponto de vista social, fortalece a circulação de mercadorias pelos moradores locais e a criação de uma rede local de produtores e consumidores.

Para Ferreira, Santana e Brussio (2021) os clássicos da sociologia estão vivos atualmente e ainda permanecerão por muito tempo. De acordo com os autores, se reflete em diversas formas de compreender o social contemporâneo; por conseguinte alcança-se as fontes dos debates culturais, políticos, questões do trabalho, organização social e outras temáticas quepermanecem vivas nos discursos dos pesquisadores, que precisaram ressignificar as teorias dosclássicos para criarem as suas próprias teorias. Sendo assim, no arcabouço teórico desde estudohá um recorte sociológico de abordagem holística sobre as interações sociais, isto é, relações de rede numa abordagem sociológica dos seguintes autores: Polanyi (2002), Durkheim (1999),

Granovetter (2009). Independente de classificação sociológica, a intenção deste estudo é fundamentar a sociologia na interação socioeconômica dos BCDs do Estado do Rio de Janeiro com o poder público, poder privado e com o terceiro setor, dentro da dimensão econômica, social e de inovação. Serão tratados aqui, os fatores de criticidade de sucesso oriundos das práticas que envolvem os BCDs com as interações sociais, haverá uma hierarquização estabelecida pelo método Analytic Hierarchy Process (AHP) que busca compreender a estruturação do problema, de modo a estabelecer critérios desta interação, esse será o ponto focal da pesquisa. O estudo de Magalhaes (2020) sobre a moeda comunitária Palmas no contexto sociológico, é utilizado nas ciências sociais como reflexão, que podem contribuir no caminho para um norte próspero. Nas palavras da socióloga: "não apenas com o fim de entrar em um campo teórico pouco explorado, útil e atual, mas também pela possibilidade de manter os sentidos às necessidades de compensar a forma como fazemos economia, principalmente em contextos de vulnerabilidade social".

1.2. Problema de Pesquisa

De acordo com Polanyi (2008) a interação social favorece o desenvolvimento de uma região. Encontra-se em sua narrativa "(...) a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (...)" (Polanyi, p. 65).

Um dos BCDs implantados no RJ, o BCD Saracuruna, encerrou suas atividades por falta de parceria com a esfera pública, de acordo com Oriente (2019). A partir disso, desperta a necessidade de trazer discussões científicas de interações sociais neste espaço geográfico e remeter a fomentação das interações sociais (parcerias) dos BCDs do RJ, como estratégia de contribuição no alcance dos objetivos financeiros solidários. Além, também, de servir como parâmetro para o aumento de BCDs em outras regiões deste Estado.

Além disso, o desenvolvimento econômico se faz por processo de mudanças estruturais na economia, na política e principalmente nas relações sociais, tanto que para Cardoso e Faletto (1970, p. 16) "[...] o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes". Em complemento, o desenvolvimento econômico conceituado como qualitativo que tem o objetivo de melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social, ou seja, pobreza, desemprego,

desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia. (Vasconcellos; Gracia, 2008).

Portanto, a problemática deste estudo se faz necessário no Estado do Rio de Janeiro para entender melhor como os fatores de criticidade de sucesso pode fomentar a criação de mais instituições solidárias a partir da interação social. Portanto este estudo levantou a seguinte questão: Como identificar os fatores de criticidade inerentes às relações de rede dos BCDs, de modo a fornecer subsídios para novas interações e agendas de políticas públicas tendentes ao desenvolvimento local?

1.3. Objetivo Geral

Diante da problemática identificada, a pesquisa visa investigar os fatores de criticidade inerentes às relações de rede dos BCDs à luz da abordagem holística sociológica, como subsídios para novas interações e agendas de políticas públicas tendentes ao desenvolvimento local.

1.4. Objetivos Específicos

Em termos operacionais para o alcance do objetivo geral, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

a) Mapear os BCDs da região objeto do estudo, Estado do Rio de Janeiro;
b) Elaborar um quadro conceitual teórico das interações sociais na perspectiva sociológica, com ênfase a conceitos de solidariedade Durkheimiana, a teoria de laços de Ganovetter, bem como a das interações sociais de Polanyi;
c) Compreender a criticidade dos fatores identificados para que possam fomentar as relações de rede e contribuir para o crescimento dos objetivos dos BCDs;
d) Implementar a modelagem AHP para hierarquizar os fatores mais relevantes da parceria.

1.5. Justificativa

A motivação inicial se deve a experiência da pesquisadora no empreendedorismo e mercado financeiro privado, na qual a sua percepção que quanto mais interações, “parcerias” se tinha entre os setores na execução de uma determinada tarefa, mais a possibilidade do resultado ser efetivo. O conhecimento em demasia do homem se faz pela sua observação, por meio dos sentidos (Gil, 1987).

A partir desta experiência, a autora começou a pesquisar sobre esta articulação de interação entre setores, e descobriu que a sociologia aborda de certa forma estas interações sociais e econômicas, além de haver a "Teoria de Redes" de Granovetter. Aprofundando os estudos nos BCDs nacionais percebeu a importância da permanência destas instituições financeiras ligadas às parcerias – que neste estudo nomeou-se como apenas interação. Exemplo disso, foi o insucesso do Banco Saracuruna, em Duque de Caxias, que ficou implantado por pouco tempo devido à falta de apoio de parcerias públicas (Oriente, 2019).

Já no estudo bibliométrico de Menezes *et. al.* (2019), sobre os BCDs com as palavras-chaves: banco comunitário, bancos comunitários, moeda social, moedas sociais, finanças solidárias e Banco Palmas foram pesquisadas em dissertações e teses no Banco da CAPES, além de artigos nas seguintes bases científicas: Spell, Periódicos CAPES, Anpad e Scielo. Os assuntos que foram destacados no estudo envolviam: Metodologia de funcionamento dos BCDs, Microcrédito, Moedas Sociais, Desenvolvimento Local/territorial,Gestão Social/Coletiva. Além de ter um número inexpressivo de produção científica no âmbitosociológico (2 trabalhos), enquanto na área da administração se concentrava 6 produções acadêmicas. Além disso, o estudo apresentou uma incipiência no Estado do Rio de Janeiro. A partir disso, encontrou-se uma lacuna nos BCDs no campo sociológico sobre "interações sociais" e "parcerias".

Nos estudos recentes de Costa (2022) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2023) indicam como sugestão, estudos futuros que abordem parcerias (interações) aos BCDs. Costa (2022) analisa as práticas desenvolvidas pelo BCD Cascata, localizado no Sul do Brasil, direcionadas ao fomento dos negócios popular comunitário na contribuição da economia popular, sua sugestão de estudo futuro aborda o apoio da Universidade Federal no levantamento dos negócios populares, além de acompanhamento pós-capacitação aos donos das iniciativas populares. Os BCDs no Brasil enfrentam resistência em constituir fortes laços com redes de relacionamento e econômicas, isto é, dificuldade em prospectar parceiros comerciais e a aceitação e associação da comunidade onde circula a moeda comunitária (Gomes, 2019).

Já o estudo do IPEA (2023) aborda a temática dos BCDs com parceria do poder público e relata a experiência do BCD Palmas (Estado do Ceará) ao modelo do BCD Mumbuca (Estado do RJ) e sugestão de estudo. Diante destas lacunas de estudos recentes, envolvendo parcerias no âmbito público, a problemática neste estudo envolverá também parcerias com a esfera privada com uma visão holística sociológica dentro dos BCDs do ERJ.

Nas pesquisas realizadas sobre BCDs são identificados os parceiros, as relações entre eles e até os resultados como foi mencionado nos estudos acima. Com isso, o olhar neste estudo,

será voltado para os fatores de sucesso ocasionados por estas interações com os BCDs. Isso porque, sem adentrar na teoria da Causação Circular que diz: quanto mais se aprofunda em entender a dinâmica pelos quais os diferentes fatores se inter-relacionam e os efeitos provocados entre eles no nível primário, mas é possível criar meios de obtenção nos resultados de determinada ação política para gerir o sistema social. (Myrdal, 1965).

Portanto, não cabe a esta dissertação abordar os atores das interações sociais já existentes nos BCDs do RJ, mas o objetivo se faz em entender como os efeitos a partir da dinâmica destas conexões contribuem na proposta dos BCDs dentro do desenvolvimento regional e, assim, possa servir de subsídio para agendas públicas e privadas. E está fundamentação é de forma inovadora, isto porque foi realizado uma pesquisa nas bases científicas Web of Science e Scopus em 2022 para identificar o uso do método AHP com a abordagem sociológica em BCDs e não foram encontrados artigos publicados. No levantamento bibliográfico foi encontrado três artigos voltados para a EcoSol sendo eles: Combinando AHP e Topsis para selecionar atores elegíveis da economia social e solidária para uma convocatória de subvenções (Chrit; Azmani; Azmani, 2022), Povos indígenas, exclusão e trabalho precário: Desenho de estratégias para enfrentar a pobreza nas populações indígenas e camponesas no Equador através da metodologia Swot-AHP (Garcia Guerrero et al., 2021) e Plano de negócio para empreendedores, atores e organizações de economia social e solidária baseado no AHP-Swot Neutrosófico (Villanueva et al., 2020). Portanto, não foi identificado artigos publicados com a AHP e BCDs, desse modo pode haver contribuição na esfera acadêmica estimulando e agregando conhecimento nesta área.

1.6. Método de Pesquisa

Esta pesquisa é eminentemente descritiva, exploratória, metodológica e explicativa mediante levantamento bibliográfico, pesquisa participante e pesquisa de campo. As abordagens adotadas são quantitativas e qualitativas. O método utilizado é o multicritério *Analytic Hierarchy Process (*AHP) para validar as respectivas importâncias das dimensões dos fatores de criticidade de sucesso que envolve o desenvolvimento local segundo os especialistas e pesquisadores dos BCDs.

1.7. Estrutura do Trabalho

Esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos, além das referências bibliográficas, anexos e apêndice, conforme a seguir:

Capítulo 1: É a introdução deste estudo. Procurou-se contextualizar ao leitor sobre o conceito e origem dos BCDs dentro do território e busca compreender como as interações sociais e econômicas podem estimular o desenvolvimento regional. Neste recorte se concentra o objetivo, justificativa e metodologia da pesquisa e assim permeia um breve prospecto sobre o que será abordado no estudo.

Capitulo 2: Arcabouço do referencial teórico dividido em: Economia Solidária, Bancos Comunitários de Desenvolvimento e suas características genuínas: moedas comunitárias e microcrédito, Banco Palmas, Bancos Comunitários de Desenvolvimento ativos e inativos do Estado do Rio de Janeiro, Abordagem holística da Sociologia -interação social (Polanyi, Durkheim e Granovetter).

Capítulo 3: Nesta parte concentra-se a metodologia da pesquisa, com a abordagem metodológica, a tipologia da pesquisa, o universo e amostra, o detalhamento do método, as limitações da pesquisa e um subtópico com a consolidação e discussão da investigação bibliográfica onde também é tratado o método científico AHP.

Capítulo 4: Análise e discussões de resultado são apresentadas neste capítulo. Com a aplicação do método AHP e a investigação de campo nos BCDs do RJ.

Capítulo 5: Neste capitulo são apresentados todos os pontos de Considerações Finais correlatos ao fenômeno estudado, bem como são expostas algumas sugestões para a elaboração de estudos posteriores a partir das limitações deste estudo. Finaliza-se com referências e apêndice.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são apresentados os contextos e conceitos que contribuíram como alicerce para este estudo, procurou-se fundamentos na literatura (artigos, dissertações, teses, páginas eletrônicas e governamentais).

Será exposto ao leitor um breve contexto histórico da Economia Solidária, de onde surgiram os BCDs e o impacto no desenvolvimento local. A partir desta ilustração, poderemos adentrar na esfera do Banco Comunitário de Desenvolvimento, entender sua história e características. Em especial, será apresentado o BCD Palmas cuja instituição é pioneira no Brasil e serve de modelo para as demais instituições financeiras solidárias. Dito isso, será apresentado brevemente os BCDs do RJ inativos - para reflexão sobre suas experiências de falhas e sucessos e dar-se-á compreensão dos BCDs ativos do estado.

O arcabouço teórico deste estudo será percorrido pela sociologia, pois o foco desta ciência, observado por grandes sociólogos esbarraram na necessidade de entender as interações da sociedade e também os processos econômicos. Assim, para melhor compreensão, vê-se:

Émile Durkheim estudou categorias dos fatos sociais (solidariedade mecânica e orgânica) com ênfase à economia, isso porque o intelectual presenciou acontecimentos importantes na esfera econômica.

Karl Polanyi deu continuidade a linha Durkheimiana sobre a economia social e também para compreender as relações sociais (contramovimentos) a partir do novo cenário econômico que nascia diante da Revolução Industrial.

Já o autor Marx Granovetter, sociólogo do século XX, contribui com a Teoria dos Laços na qual elucida as interações conectadas por redes sociais.

Notem que todos estes autores tratam de interação social, desde a mais simples do homem na sociedade observada por Durkheim na abordagem das solidariedades até a mais ampla, nas teorias de rede de Granovetter.

Portanto, a proposta do estudo é recortar estudos de renomados sociólogos para sustentar a importância da interação social e econômica (parcerias) diante a atemporalidade e circunstância. Haja vista que cada autor presenciou um tempo e uma mudança social e econômica.

2.1. Contexto histórico da Economia Solidária e o surgimento dos BCDs

Neste tópico serão tratados os estudos de Polanyi em relação à economia e as interações sociais. Karl Polanyi (1886-1964) nascido na Hungria foi um cientista social e um dos maiores críticos à teoria econômica ortodoxa e ao liberalismo econômico, desde quando o capitalismo se desenvolveu no século XVIII. Em 1944 foi publicada a principal obra de Polanyi, A Grande Transformação, que contempla a "utopia liberal" do século XIX (Schneider; Escher, 2011).

O sistema econômico do século XIX tem como modelo peculiar a segregação da instituição do resto da sociedade, tornando o homem submetido ao mercado. Na economia de mercado, segundo os estudos polanyiano, existe o sistema de leis da oferta e demanda com a produção e distribuição dos bens materiais, e nesta economia tudo se tornou mercadoria. E diante disso, gera alterações nas relações do homem em sociedade e com o meio ambiente, subordinando o homem ao mercado, e atenuando as desigualdades, prejuízos e desastres ambientais mediante a sede pelo lucro (Polanyi, 2012).

A ascensão do mercado na sociedade ocidental modificou a definição da economia em uma racionalidade instrumental, no qual os meios (instrumentos) define a organização da sociedade para o alcance dos fins econômicos (Fernandes, 2008).

Antes do capitalismo, a economia era um meio de subsistência para satisfazer as necessidades humanas. Nas sociedades mercantis, como o objetivo é o lucro [...] "essa estrutura representou uma ruptura violenta com as condições que a precederam. O que antes era apenas uma ligeira expansão de mercados isolados, transmudou-se num sistema autorregulado de mercado" (Polanyi, 2012, p. 53).

Polanyi (2012), afirma que identificar e esclarecer o significado do conceito de economia é necessário para desfazer a falácia economicista que identifica a economia humana com sua forma de mercado. A economia deve ser reconhecida como uma atividade social que não se limita a maximização da utilidade. O primeiro significado, que ele chama de formal, "deriva do caráter lógico da relação entre meios e fins", e se refere à escolha racional dos recursos escassos em busca da maximização do lucro. "Busca obter o máximo a partir dos recursos de que se dispõe". O segundo significado, o

substantivo, “deriva da dependência em que se encontra o homem em relação à natureza e a seus semelhantes para conseguir seu sustento”, e se refere a interação do meio social e natural, através do qual os seres humanos conseguem satisfazer suas necessidades materiais, através dos meios disponíveis (Polanyi, p. 53, 2012).

Polanyi (2008) afirma que há três padrões de integração: a reciprocidade, a redistribuição e a troca de mercado. As estruturas dos dois primeiros padrões mencionados representam como as relações sociais governam o modo como os recursos naturais e do trabalho são inseridos no sistema para promover a subsistência (Polanyi, 2008). Por ora, antes de tratar a economia solidária é preciso desconstruir o conceito da economia contemporânea, que norteia à ideia restrita de mercado ou troca mercantil (França Filho, 2006). Pois, segundo Medeiros (2014), deve-se compreender a história da humanidade, que apresenta diversas economias: a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição e o mercado autorregulado, sendo assim uma economia plural.

Desta forma, a EcoSol nasce da necessidade de resistências e sobrevivências ao capitalismo, isso porque na proporção em que busca considerar não as ordens dos setores hegemônicos, operando com outras linhas econômicas que podem se concentrar mais perto dos anseios dos excluídos da população (Gaiger, 2000; França Filho, 2006; Singer, 2002).

Geiger (2000) indica o início da Economia Solidária no Brasil como uma resposta pública à expressiva realidade de exclusão e pobreza. Segundo este autor, as primeiras manifestações das atividades populares, o que hoje conhecemos como Economia Solidária, ocorreram por volta da década de 1980, quando houve um aumento do desemprego, da fome e das doenças na sociedade numa explosão de necessidades sociais, uma resposta governamental eficaz. Neste contexto de emergir ações, geralmente realizadas pela Cáritas e outros grupos religiosos, particularmente em comunidades rurais e vulneráveis. Estas ações foram então nomeadas projetos comunitários e, desde o seu início, houve auxílio ao gradual surgimento e multiplicação de empresas associativas de caráter comunitário e até semifamiliar (Gaiger, 2000).

Na esfera financeira, para Kaboski e Townsend (2005); Pitt e Khandker (1998), a comunidade que tem acesso aos serviços financeiros como: empréstimos, depósitos, seguros e outros conseguem mais oportunidades produtivas e tem mais habilidade em gerir riscos de forma eficaz. Na percepção de Singer (2005), a Economia Solidária

engloba a diversidade de empreendimentos que vão desde organizações sociais dos setores marginalizados da economia até grandes cooperativas que atendem aos objetivos comuns de empresários e produtores de um mesmo setor. Mais especificamente, em um contexto de uma economia globalizada, as cidades ou regiões metropolitanas que mais se engajam ao processo tendem a apresentar maior atratividade (Costa, 2010; Campos; Fusco, 2009).

No estudo de Flores (2020) o protagonismo da EcoSol através dos movimentos sociais, se deu a partir de 2003, com o reconhecimento pelo poder público. Esta validação foi o ponto inicial e primordial para contribuição de políticas públicas e a consolidar a economia alternativa. A autora ainda evidencia que a Economia Solidária ainda carece do apoio político para estratégia de desenvolvimento das pessoas que mais precisam. Prova disso, foi o estudo de caso aplicado na Barra da Aroeira, que teve apoio da Universidade e foram os parceiros que tiveram a iniciativa da implementação de uma metodologia inovadora e um projeto para crescimento do trabalho enquanto mercadoria, visando o bem-estar e autonomia dos trabalhadores locais (Flores, 2020).

Em 2013, surge a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Brasil, com o objetivo de implantar a economia solidária como política pública com aumento de ações para a implantação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Esta secretaria era subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego que define Economia Solidária como:

> [...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados (Dieese, 2016).

Teixeira de Menezes *et al.* (2019), falam que as atividades abordadas por confiança, proximidade e solidariedade são alicerces para ascender os empreendimentos econômico-sociais. As propostas locais oriundas da EcoSol tentam amenizar a situação de vulnerabilidade social. Assim, a EcoSol envolve também atividades de apoio como financiamento, comércio, consumo de bens e serviços ofertados pelos empreendimentos. Exemplo disso, enquadram-se os BCDs com apoio de financiamentos solidários, ou seja, dentre os serviços, oferecendo microcrédito para a comunidade menos favorecida e a

inserindo no sistema financeiro. De acordo com o Banco Central do Brasil (Bacen, s.d), os BCDs são serviços financeiros solidários, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, baseados em princípios da economiasolidária.

Além disso, a EcoSol encontrada nos BCDs se faz pela harmonia de distintos econômicos em interação, isto é, além da perspectiva utilitária também é validado o espírito de solidariedade e de reciprocidade que ultrapassa o interesse individual e permeia para solidificar os vínculos relação e pertencimento (Araújo, 2009).

Assim, para Laville (2009), os BCDs se inserem na EcoSol, nos serviços de proximidade, no comércio justo, nas microfinanças e moedas sociais, no qual é validado confirmado pelas experiências multidimensionais que incluem elementos das diferentes vias. O autor ainda toma como exemplo o banco Mumbuca que apoia o artesanato, a confecção, o fabrico de artigos de couro, o material de limpeza e uma agência de turismo. A este conjunto de finanças solidárias, com a moeda Mumbuca, realiza parceria com o comércio justo e isso possibilita a exposição e venda dos produtos dos moradores no bairro.

2.2. Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional

Milton Santos (1994) afirma que a cidade sofre constante alterações e influência nas áreas necessárias a realização das atividades modernas de produção e de circulação. Ainda de acordo com o autor, os novos objetos surgem para a produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos de certas funções. A cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna, seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia de intencionalidades do novo modo de produzir, criada (na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infraestruturas) ao sabor das exigências renovadas da ciência e da tecnologia.

No estudo do BCD (2010), Tsukumo afirma que o empreendimento solidário é fomentado através de um conjunto de redes que articulam dentro do território, promove riqueza e, assim, gera desenvolvimento local. Para o estudioso, os BCDs têm a função de organizar e articular as finanças locais, mas estão freados pela ausência de um marco

regulatório.

Para França Filho (2009), os BCDs podem ser definido como uma lógica diferente de desenvolver um local ou uma comunidade e tem início através da manifestação do interesse genuíno da comunidade com respaldo dos atores externos. Em conformidade com Cruz, Oliveira e Freitas (2023), entende-se que as instituições solidárias são ferramentas direcionadas para as estratégias de desenvolvimento territorial e por meio da moeda social estimula a fomentação do tripé: produção, consumo e prestação de serviço para o desenvolvimento da economia local.

A proposta dos BCDs é contribuir com a redução da fome e investir em geração de emprego, nos estudos de Leal, Rigo e Andrade (2016) e Silva (2017), isso acontece porque as instituições financeiras solidárias integram o desenvolvimento local, conectando as demandas de crédito em função de produção, comercialização, capacitação e assistência técnica, sob a gestão da própria comunidade. Para atingir suas metas e sustentar as suas atividades, estes bancos firmam parcerias com diversos poderes privados e públicos, em prol da formação de fundos financeiros próprios doravante de diversas fontes de recursos – doações de pessoas jurídicas e físicas, prestações de serviços, cotização de associados e outras captações determinada pelo conselho.

Segundo Araújo (2010) apesar da recente atuação dos BCDs e das moedas sociais naquela época, ambos apresentavam potencialidade no desenvolvimento socioeconômico local, onde não havia presença dos bancos comerciais, possibilitando crédito e renda aos beneficiários. O autor ainda vai além e afirma que os BCDs e a Moeda Social representam uma identidade comunitária que ultrapassa relações comerciais, pois os envolvidos possuem papel de gestores zelando pela excelência do uso dos benefícios adquiridos e, concomitantemente, usuários. Além disso, os bancos comerciais privados não alcançam os mais pobres com os seus serviços, o que é realizado pelo BCD. Outro ponto, que o autor desperta é a analogia entre a moeda social com a moeda nacional que apesar de ambas serem instrumento de troca, a moeda social possui um imenso papel social comunitário (Araújo, 2010).

Segundo Pupo (2021), os BCDs não objetivam lucro e reinvestem seus excedentes na própria comunidade, são instituições financeiras que utilizam moedas sociais que devem autorização do Banco Central, para circulação de numerários impressos oudigitais. A criação da própria moeda, segundo a autora, tem o objetivo exclusivo de fazer

com que o numerário da comunidade permaneça apenas dentro dela, fortalecendo o comércio local que aderiu esse sistema de pagamento e beneficiando os moradores dentro do território.

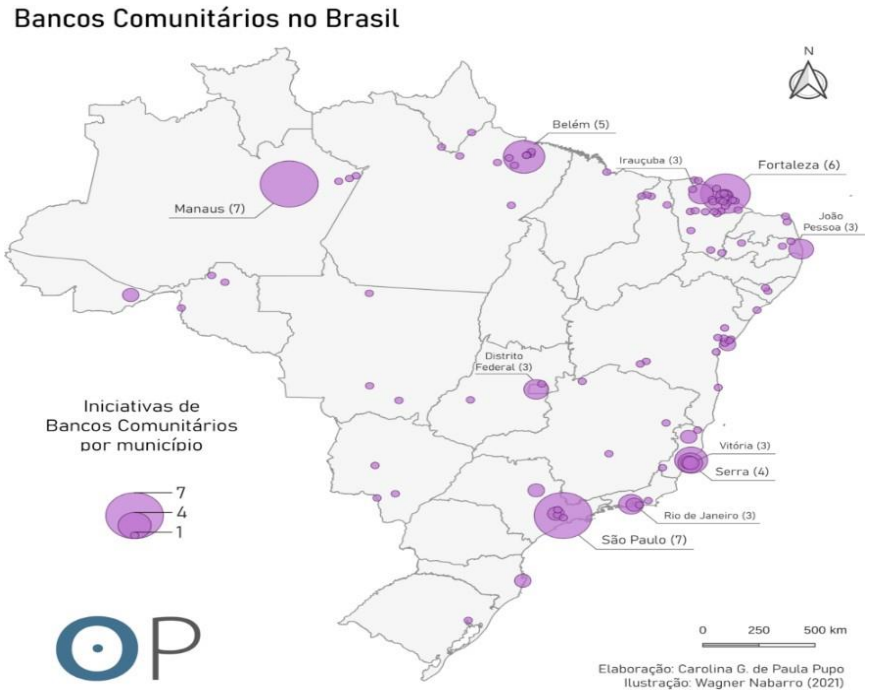
Os BCDs, para Dowbor (2017), têm a capacidade de influenciar no desenvolvimento local e impactar nos micros negócios, isso porque os numerários que são inseridos através de microcrédito, por exemplo, gera um efeito multiplicador. Para este autor, uma vez que é injetado capital no negócio sendo ele provido de empréstimo, esse processo irá girar na economia e assim favorece à comunidade local.

A força econômica dos bancos tradicionais é muito superior em comparação aos BCDs, entretanto essa segunda instituição fornece contribuição além da órbita financeira, pois geram impactos positivos do ponto de vista social, fomentando a comercialização de mercadorias pelos próprios moradores, a criação de uma rede local de prosumidores, fornecendo o acesso a mercadorias e à cidadania financeira destes beneficiários (Cruz; Oliveira; Freitas, 2023).

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), autarquia que fiscaliza o sistema financeiro brasileiro, a inclusão financeira é “[...] o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para a sua qualidade de vida” (Banco Central do Brasil, 2018, p. 14). Em 2010, o BACEN realizou um estudo no qual apontou que o aparecimento de entidades solidárias de moedas sociais, os BCDs, desempenharam papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das comunidades, concentrando o dinheiro no próprio local.

Segundo Pupo (2022), atualmente, são 148 BCDs espalhados pelo Brasil. A grande concentração está na região nordeste como apresenta a figura 1.

Figura 1 - Distribuição de BCDs no Brasil



Fonte: Pupo (2022).

Apesar do aumento nas implantações dos BCDs no país, uma pesquisa recente do Serasa Experian (2023) elucidou que 35,3 milhões de brasileiros estão excluídos do cadastro financeiro. As “pessoas sem informação de crédito”, nomeada por *Thin Files*, é constituído por 21,7 da população adulta que não possui contas de consumo, financiamentos (empréstimos, faturas) cadastradas no seu Cadastro Pessoa Física (CPF), não havendo histórico financeiro recente. O estudo aponta também que 80,5% dos Thin Files não são negativados.

Em relação à renda das pessoas sem registros financeiros, o Serasa Experian (2023) divulgou que o grupo que recebe entre 0 e 1 salário-mínimo (77,14%) é a parcela com menos registros financeiros, adiante por quem ganha de 1-2 salários mínimos (14,8%) e quem ganha de 2 a 3 (7,55%). O estudo também investigou a faixa etária dos Thin Files que representa entre 21 e 30 anos (19,5%), seguidos por brasileiros dos 18 a 20 anos (15,3 %) e pessoas de 41 a 50 anos (15%). A faixa etária com a menor quantidade de pessoas sem registro são as de 60 a 71 anos (8,5%). A concentração com maior acontece nos Estados de São Paulo (19,4%), Minas Gerais (10%) e Rio de Janeiro (8,3%)

lideraram o ranking com a maior participação de Thin Files, ou pessoas sem registros financeiros. Os Estados do Acre (0,5%), Amapá (0,4%) e Roraima (0,3%) tiveram a menor participação.

O estudo *Thin Files* pelo Serasa Experian (2023) submete a uma pertinente discussão futura sobre a parcela de contribuição dos BCDs na inclusão financeira do país. Haja vista, que a região nordeste contempla a maior concentração de BCDs do país, segundo o mapa de Pupo (2022) e este recorte geográfico não aparece no topo dos *Thin Files.*

No tocante sobre a legislação dos BCDs é válido ressaltar que apesar da expansão notória das instituições solidárias pelo país, visto pelo mapa de Pupo (2022), ainda não prevalece uma lei que o regulamente. Desta forma, os BCDs não têm personalidade jurídica própria. A maioria das instituições solidárias tem o apoio juridicial de associações de bairro, de classe, ONGs e OSCIPs de microcrédito; são associações sem fins lucrativos autorizadas à experimentação não lucrativa do dinheiro, estando sujeitas às normas jurídicas específicas para estas organizações. Sendo assim, o BACEN se abstem de fiscalizar estas organizações, pois elas estão sob tutela de uma legislação própria à "experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comercio e crédito". (Freire, 2011, p. 29).

Na região Sudeste, na qual o estudo é proposto, existe a presença de três BCDs ativos com agência física e característica genuínamente de instituição financeira solidária como: espaço físico, moeda local e fornecimento de microcrédito e três BCDs inativos. Os BCDs ativos e inativos serão abordados mais adiante.

2.2.1 Moedas: Surgimento e Moedas locais/sociais

A moeda surgiu com a incumbência de organizar e auxiliar nas transações de compra e venda do cotidiano. Para Théret (2008), a moeda deve ser entendida como "formas funcionais" que são o sistema de contas, a fabricação de moedas- moedagem e o pagamento: que permitem a moeda funcionar se reproduzindo no tempo como forma social independente: através da moedagem, o sistema de contas se inscreve nos objetos que se tornam então meios de pagamento; a utilização destes meios de pagamento nas

transações regidas por princípios econômicos e éticos heterogêneos retroage sobre o sistema de contas e, portanto, sobre a moedagem.

Uma das ideias que Théret (2008) apresenta é a ligação da moeda em três formas de confiança: a confiança ética que necessita da autoridade simbólica, baseada em normas coletivas que fundamentam a hierarquia social; a confiança hierárquica que depende da estabilidade do sistema de unidades de conta garantida por um poder coletivo de soberania protetora; e por último, a confiança metódica: que consiste no comportamento individual no qual se aceita a moeda sem questioná-la, isso porque o grupo já aceita.

Dito isso, a moeda/dinheiro, pode ser vista socialmente e compreendida como um bem comum, onde as práticas sociais que se formam em seu entorno permitem tal validação na sociedade. Em decorrência disso, é importante a auto-organização, envolvimento dos atores, não apropriação do excedente pelos membros, a transparência de regras, regulação coletiva individualmente, cooperação entre os membros, e decisões participativas e coletivas (Dissaux; Fare, 2017).

Existem muitos sistemas de moedas complementares em vários países. O uso mais frequente originou-se no Canadá em 1983, com Michael Linton e David Weston, chamado de Local Exchange Trading System (LETS). O LETS permite a troca de serviços de diversos agentes em um sistema fechado, para ingressar neste sistemamonetário é preciso que os usuários paguem um valor simbólico. As compras são realizadas em "dólares verdes" e fixadas por telefone ou por uma nota que se envia ao sistema. Na maioria dos casos, não se cobra juros pelo saldo.

Um importante mecanismo deste sistema é que os créditos e débitos de cada indivíduo são compartilhados com todos envolvidos, evitando débitos em excesso e trazendo confiabilidade, como propõe Théret (2008). Pode-se dizer também, que o aparecimento das moedas sociais está ligado ao fato de os sistemas financeiros oficiais vigentes nos países serem incompletos (Schroeder; Miyazaki; Fare, 2011; Gomez; Diniz, 2016) e dessa forma não atenderem a necessidade da comunidade.

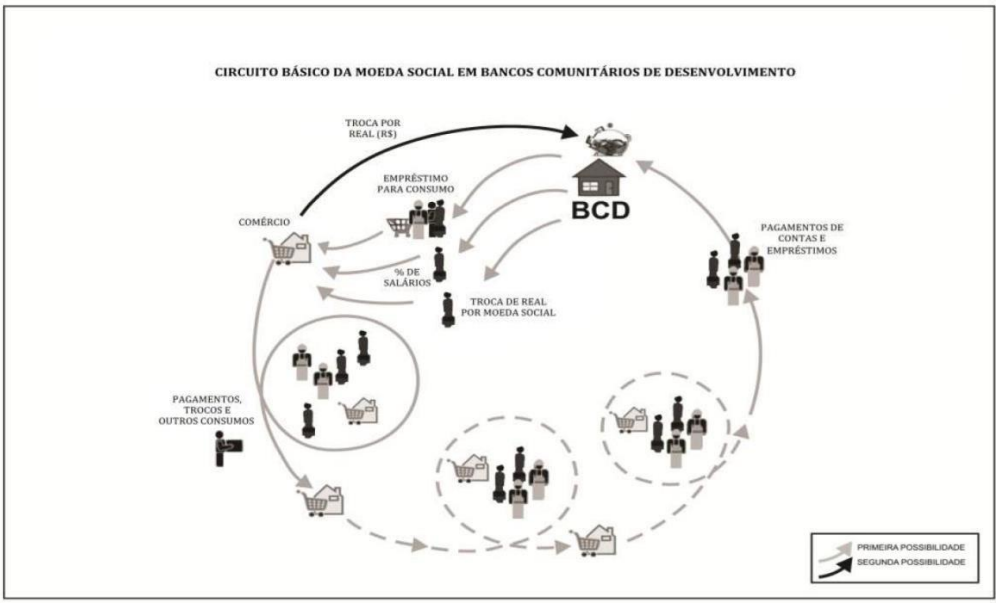
Uma das características dos BCDs são as moedas sociais que são meios socioeconômicos que surgem a partir dos cenários de crises na economia global. Concomitantemente a este recorte social, ocorre uma releitura dos papéis das comunidades tradicionais como sua importância e formas de colaboração (Schroeder; Miyazaki; Fare, 2011; Gomez; Diniz, 2016; Diniz; Siqueira; Heck, 2016).

Segundo Pupo (2022), as moedas sociais ou locais fortalecem a economia local e são ferramentas relevantes para promover o desenvolvimento local pelos BCDs, mediante a linha de crédito de consumo.

Para Rigo (2014) a relevância dos BCDs no conjunto de ações está diretamente associada à prestação de serviços bancários e financeiros, em que a moeda é integrada a tecnologia social intimamente ligada às metodologias de gestão estratégicas, em que o desdobramento é a reorganização das economias locais. Mediante a essa reorganização entende-se "[...] na utilização das "poupanças" dos moradores nas próprias atividades da comunidade. Ou seja, o consumo e a produção acabam por ser financiados por meio do uso da moeda social, gerando um ciclo de dinamização da economia local." (Rigo, 2014, p. 45).

A figura 2 apresenta a interação e o estímulo do consumidor a buscar seus bens e serviços dentro da própria comunidade, por uma relação de proximidade, e a aderir o seu consumo local; assim potencializando o aquecimento de empregabilidade, bem como a criação de novos empreendimentos locais, restritivamente os familiares e Econômicos Solidários (Rigo, 2014).

Figura 2 - Circuito básico da Moeda Social em Bancos Comunitários de Desenvolvimento



Fonte: Rigo (2014, p. 45).

2.2.2 Moeda Digital

Em 2013, os BCDs se inovaram nos meios digitais e o Banco Central do Brasil (BCB) estabeleceu a regulamentação Nº 4.282/2013 validando os meios sociais digitais do Palmas E-dinheiro:

> Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 31 de outubro de 2013, com base nos arts. 1º, § 1º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e 6º, 7º, 9º e 10 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013" (Banco Central do Brasil, 2013).

Esse marco regulatório financeiro - Nº 4.282/2013 - valida os meios sociais digitais do Palmas E-dinheiro com um meio de "dinheiro no celular" para a telefonia móvel. Neste momento surge o primeiro banco solidário digital. O objetivo principal da inovação tecnológica financeira é inserir o sistema financeiro a quem possuía aparelho com linha de celular ativa, quem não possuía um aparelho, mas tinha um número, também poderia ter uma conta, era só solicitar um cartão. Outra vantagem desta inovação da inovação de moedas digitais, e-dinheiro, é a praticidade de realizar procedimentos financeiros na palma da mão - cobrar, transferir, pagar, depositar e visualizar extrato- e captar recursos fora da comunidade pois ultrapassa o limite geográfico. A conversão da moeda eletrônica por real é permitida ao usuário que se dirigir na agência do BCD. O responsável pelo Banco Comunitário Digital é a ONG E-dinheiro Brasil que não tem fins lucrativos, com sede em Fortaleza (E-Dinheiro Brasil, s.d).

Segundo Britto *et al.* (2023) as moedas sociais digitais podem ser uma forma de atalho para a inclusão financeira, pois realizar pagamentos em reais através do sistema bancário tradicional no âmbito das políticas sociais em todo o Brasil é uma tarefa difícil, pois existem obstáculos por parte dos bancos convencionais que tentam dificultar o acesso financeiro aos cidadãos que não têm histórico financeiro ou não utilizam contas bancárias. Desta forma, a moeda social digital simplifica esta inclusão mediante a concessão de um benefício social que pode ser o início de um contato deste público aos serviços bancários, como empréstimos, microcrédito ou formas de investimento. Além de proporcionar benefícios operacionais de transferência digital de numerário de forma simples, rápida,

segura e com menor custo e mais seguro aos beneficiários (Britto *et al.*, 2023).

As moedas sociais proporcionam flexibilidade para as prefeituras que as adotam, no exemplo do BCD Mumbuca, em Maricá, a tecnologia da moeda digital foi uma efetiva no período da pandemia, pois de forma rápida fez-se a transferência de renda aos beneficiários da comunidade. Já na cidade de Niterói, a discreta familiaridade dos beneficiários com o manuseio da moeda indica que o baixo nível de alfabetização digital é um desafio a ser superado (Britto *et al.*,2023).

No tocante do desenvolvimento local, a moeda social digital fortalece a economia da região, pois há circulação e concentração de numerário em área geográfica direcionada. Não é possível atribuir a geração de empregos em Maricá nos últimos dois anos e meio exclusivamente à expansão do volume injetado de moeda Mumbuca no município. É possível inferir e explicar que a circulação da moeda social implantada em 2020, com o aumento da cobertura e dos valores do programa Renda Básica de Cidadania e com outros programas emergenciais tenha contribuído fenômeno de empregabilidade local. Há a ressalva de que os municípios de Maricá e Niterói são atípicos, isto porque ambos enriqueceram repentinamente por conta das reservas de petróleo localizadas em sua costa litorânea; dessa maneira, não serve de exemplo para implantar as políticas destes municípios para outros locais, pelo menos no sentido de aumentar o financiamento dos BCDs (Britto *et al.*, 2023).

2.2.3 Microcrédito

O microcrédito tem um papel importante no meio financeiro solidário, pois é através deste instrumento que a classe menos favorecida se aproxima da economia financeira. De acordo com Gonzalez, Oliveira e Diniz (2014), o microcrédito produtivo iniciou como uma tentativa de inclusão social, por meio de empréstimos indicados para pequenos comércios e manufaturas nas regiões urbanas com a economia desfavorecida, isto é, não segue os pressupostos da EcoSol. Carvalho e Abramovay (2004) realizaram pesquisas e análises de estudos onde o foco era o processo de inclusão financeira e o acesso ao crédito, e este fato já chamava a atenção para a importância da existência de organizações não bancárias que possibilitassem o acesso ao crédito para as populações mais pobres.

Aghion e Morduch (2010) definem que a ausência de histórico financeiro, a falta de garantias e o custo operacional são barreiras que impedem que o pobre seja inserido no sistema financeiro. Para o melhor entendimento, os autores relatam que a ausência de informação dos menos favorecidos no sistema financeiro, informando se eles são bons pagadores, logo isso traz uma confiabilidade diante as instituições financeiras tradicionais. A falta de garantias que os pobres têm para reduzir essa carência de informação e trazer menos risco ao crédito bancário. Além disso, o custo da operação bancária encarece pela baixa demanda direcionada a comunidade de poucos recursos, sendo assim, não é interessante ao banco tradicional.

Em decorrência desses impedimentos, o Grameen Bank surgiu em Bangladesh, no ano de 1983, como um projeto que começou a fornecer pequenos empréstimos para os pobres (em especial para as mulheres na zona rural), estes microcréditos não possuíam exigências e nem garantias como os bancos tradicionais (Yunus, 2000). É neste recorte que Yunus, no respectivo ano, funda um "banco exclusivo para pobres", com o objetivo principal de fornecer empréstimos sem exigir garantias prévias de pagamento e nenhum outro instrumento legal.

A proposta do economista se mostrou interessante do ponto de vista estritamente financeiro, isso porque a taxa de liquidação dos empréstimos do Grameen Bank é de 98,6% de um total de US$ 6 bilhões em empréstimos. Para Yunus (2000), o segredo é a confiança entre a instituição e os tomadores de crédito. Algumas estratégias, segundo o autor, foram elaboradas para uma liquidação eficiente dos créditos oriundos para esta população de baixa renda, dentre as quais as principais seriam:

- Possuir uma equipe de colaboradores com educação financeira para fornecer aos clientes consultoria para cuidar do seu próprio dinheiro;
- Formar uma reserva de emergência por meio de pequenas parcelas e diárias e semanais;
- Cada futuro tomador de crédito é encarregado de formar um grupo, denominado de fundo de grupo, onde cada componente do grupo é responsável pelo outro, dessa forma cada empréstimo pessoal tem que ter o acordo da maioria dos participantes, pois caso tenha dificuldades no pagamento, os membros devem dar apoio, ainda que cada deficitário seja

responsável pelo seu próprio empréstimo.

Além dessas peculiaridades, o *Grameen Bank* possui outra característica principal: os empréstimos são direcionados em especial para mulheres. Para Yunus (2000), a classe feminina assume alguns papéis específicos na divisão social do trabalho em Bangladesh e de destacam na luta contra a pobreza do que os homens, já que 'compete a elas' o sustento dos filhos.

Estas estratégias do Grameen Bank podem ser encontradas nas práticas realizadas pelos BCDs, que procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Portanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. (Frana Filho; Silva Junior, 2009).

É importante notar as experiências de microcrédito que contribuíram em Honduras. A partir da interação social financeira ocorrida em 1994, em Honduras, no qual o governo hondurenho estabeleceu a identidade jurídica das Cajas Rural de Ahorro y Crédito ao Bancos Rurais de Poupança e Empréstimo. A cobertura do oeste de Honduras pelos BCDs era escassa até 2001, até cinco ONGs locais iniciar a colaboração com o Banco Centroamericano de Integración Econômica (BCIE) para estabelecer mais de 150 BCDs. Desde então, estes bancos comunitários tornaram-se participantes integrais em iniciativas locais de desenvolvimento rural na região cafeeira do oeste de Honduras (Instituto Interamericano de Cooperación da Agricultura, 2011).

Segundo Kaboski e Townsend (2005); Pitt e Khandker (1998), as *Cajas Rurales* (entende-se como cooperativas) que recebem recursos de empréstimos do BCIE todos os anos no mês de maio e devem pagar o empréstimo até o final da safra de café que ocorre no final de março do ano seguinte.

Por conseguinte, outro caso de notoriedade foi o estudo de Buck, Kusunose e Alwang (2021), sobre o BCD de Honduras, revelou em seu resultado a análise empírica que fornece algumas evidências de que a confiança determina a alocação de empréstimos dentro de um banco comunitário. Sendo assim, a confiança que os participantes do banco comunitário têm em um mutuário fortalece o indicador do crédito que esse membro receberá; membros que são mais confiáveis por outros membros recebem empréstimos maiores. Este estudo corrobora com a ideia de Yunus (2000) já referida acima. Além disso, segundo os autores, esta confirmação apoia um argumento mais geral de que

entidades de microcrédito rural, como bancos comunitários, são capazes de aproveitar o capital social para atingir segmentos do mercado de crédito não atendidos por credores tradicionais.

2.2.4 Banco Comunitário Palmas- Pioneirismo e *benchmarking* no Brasil

O Banco Palmas é a instituição financeira comunitária pioneira no território brasileiro, perpassando por experiências de um banco solidário para as demais financeiras solidárias no país. Por sua importância e referência para os demais BCDs brasileiros é importante compreender a sua história e modelo de atuação.

O Banco Palmas inaugurado em janeiro de 1998, no Conjunto Palmeira que é um bairro popular, situado na periferia de Fortaleza (CE) e de acordo com a Prefeitura de Fortaleza está população se encontra com 40. 344 mil habitantes (19.628 do sexo masculino e 20.716 do sexo feminino (Prefeitura de Fortaleza, 2022). Na época, o cenário deste bairro era complexo em virtude da alta marginalização a que foi submetida a comunidade, especialmente pelo Poder Público. Em 1973, depois de um despejo da região litorânea, o bairro foi formado por 1500 famílias pobres (Cernev; Diniz, 2020). Segundo Mostagi *et al.,* (2019), depois do despejo, as famílias foram condicionadas em uma área pantanosa, imersa por lama e vegetações densas. Com o tempo, essas pessoas foram construindo barracos e assim formou uma grande favela sem nenhum saneamento básico, serviço público e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com Oriente (2019), o desenvolvimento social desta comunidade aconteceu com a chegada do poder público, formado de pessoas desassistidas em outras áreas, as quais viam no Conjunto Palmeiras uma oportunidade de construção do seu lar, isso no final dos anos 1970. Ainda segundo o autor, o crescimento social aconteceu o fortalecimento de um movimento social no bairro em busca da sua organização. Após esse marco, as conquistas iniciais, como a Casa de Parto, a escola e o centro social, motivaram a sistematização das pessoas numa perspectiva de transformação da comunidade.

Em 1981, após a fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras iniciou-se o processo de organização das famílias (Mostagi *et al.,* 2019). Para Cernev e

Diniz (2020), o processo de gentrificação (consiste em transformação urbana que retira moradores de bairros periféricos e transforma estas regiões em áreas nobres) teve efeito colateral do processo de urbanização do Conjunto Palmeiras que aumentou o custo de vida. Assim, alguns moradores optaram por evadir do local, pois se questionavam por que eles continuavam pobres economicamente, apesar da imensa capacidade de organização social; e todas as respostas obtidas apontavam para a ausência de dinheiro. Ainda segundo o autor, em 1997 foi realizado o primeiro Mapa de Consumo do Conjunto Palmeiras para entender como o dinheiro circulava na região. E, de acordo com a pesquisa, notou-se que a somatório do consumo da comunidade era mais de 1,2 milhão de reais por mês; entretanto, apenas 20% desse valor circundavam dentro do bairro, e os demais 80% eram gastos em outras regiões.

Figura 3 - BCD Palmas no Conjunto das Palmeiras



Fonte: Web o Povo, 2020.

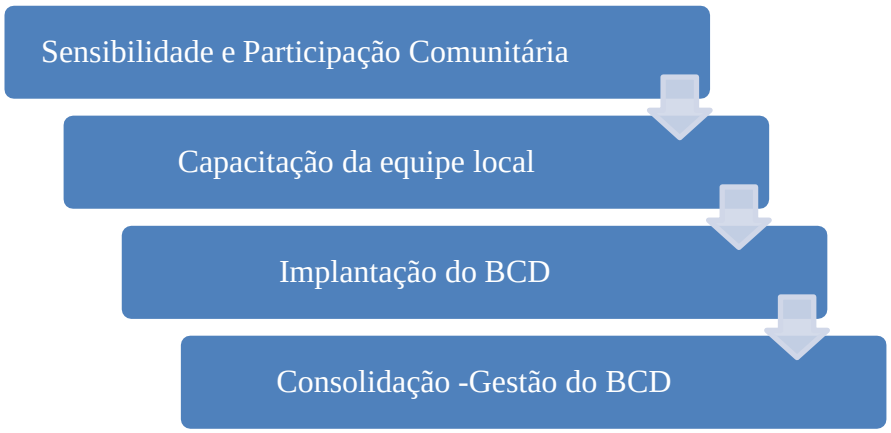
Segundo o Termo de Referência do Instituto Banco Palmas (2007), os BCDs são serviços financeiros solidários voltados para sociedade com o objetivo de gerar renda e emprego local. As principais características de um BCDs são: a comunidade o cria, gere, e é proprietária do banco. As modalidades de créditos são a real e uma moeda social circulante. A instituição se mantém através de recursos públicos e de um fundo solidário

de investimentos solidários.

Ainda o Instituto Palmas (2007) o Banco de Desenvolvimento Palmas caracteriza as Finanças Solidárias com os seguintes traços mediante a sua atuação em comunidades carentes que têm escassez de serviços financeiros e bancários; a gestão é simples e realizada com instrumentos próprios do Instituto Palmas, interação constante com a comunidade e há uma prestação de conta aos sócios de uma associação, um fórum local, plenárias da comunidade e outros mais representativos. Sobre os serviços de finanças solidárias atuantes são: crédito produtivo, micro seguro, correspondente bancário e educação financeira. A atuação é mais ligeira, pois não desenvolve outras ações complementares próprias dos bancos comunitárias (moeda social, feiras, lojas, incubação). Com o seu processo de desenvolvimento, pode se transformar em um banco comunitário, passando-se dessa forma a gestão para uma organização comunitária local.

De acordo com a metodologia do Instituto Banco Palmas (IBP, 2018), um banco comunitário precisa de quatro etapas para sua criação a partir da conscientização da importância do BCD pela comunidade, como ilustrado na figura 4.

Figura 4 - Metodologia de criação do BCD



Fonte: Elaboração própria de acordo com IBP (2018).

1º. Sensibilização e participação ativa da comunidade com reuniões, debates e seminários para apresentar e discutir a ideia do banco comunitário no desenvolvimento do território. Pois o sucesso está nessa identidade dacomunidade com o banco;

2º. Capacitação (formação) da equipe local com oficinas, seminários e cursos com o intuito de estimular a formação dos associados e/ou da possível equipe local com a filosofia do banco comunitário;

3º. Implantação do banco com a cerimônia de inauguração, cujas primeiras operações, tais como câmbio da moeda social e crédito, são esperadas com muitaexpectativa;

4º. Consolidação (gestão) que, de acordo com o IBP, demora seis meses após a implantação. Para ser bem maturada, a etapa de consolidação carece muito de como foram realizadas as outras etapas, e isso pode demorar um pouco mais de um semestre. É importante que fase da implantação seja bem realizada para evitar o descrédito do Banco. Não obstante, está fase é proveniente das demais fases, desta forma é necessário que seja enraizada a cultura da solidariedade e a valorização dos bens e serviço no local.

Ainda segundo o IBP (s.d), o banco deve operar o microcrédito com juros reduzidos para que a comunidade com pouco recurso financeiro possa usufruir, capacitar a equipe técnica na gestão e buscar a interação social e econômico (parcerias) com os atores governamentais, privados e sociedade civil. O Banco Palmas de 2006 a 2009 conquistou parcerias do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Essas instituições financeiras públicas começam a ter interações com os BCDs nas quais resultaram a função dos BCDs como correspondentes bancários nas comunidades onde o banco tradicional não se fazia tão presente (Pupo, 2022). Assim, o microcrédito do BCD Palmas teve um papel relevante com os seguintes dados, segundo as palavras de RIGO (op. Cit., p. 203, 2017):

> Para termos uma noção melhor dos resultados das ações da oferta de crédito no bairro, dados do Banco Palmas mostram que de 2007 a 2009 foram realizadas 3.139 operações de crédito, com um volume emprestado de mais de 4 milhões de Reais. Ao todo, 2.500 famílias foram beneficiadas, 8 mil postos de trabalho foram mantidos e 2 mil foram gerados. O correspondente bancário realizou 28 milhões de transações e fez a gestão de quase 80 milhões de Reais. (Rigo, op. cit., p. 203,2017).

Diante da fala de Rigo infere-se que o microcrédito, a empregabilidade e a interação socioeconômica com o correspondente bancário, entre 2007 a 2009, foram fatores de sucesso do BCD Palmas, pois contribuíram para o desenvolvimento no bairro de Palmeiras. Dito isso, a figura 5 apresenta além do microcrédito outros serviços

financeiros e sociais ofertados pelo BCD Palmas à comunidade.

Figura 5 - Modalidades de serviços sociais disponíveis pelos Bancos de Palmas



Fonte: Adaptado de Banco Palmas, 2018.

A Figura 5 ilustra alguns itens importantes na estrutura e produtos financeiros que são ofertados pelo BCD. Adiante, tem-se o detalhamento de cada item segundo o Banco Palmas (2018):

1. Comunidade Local: O Banco Comunitário pertence a comunidade e a gestão é uma organização da sociedade civil. Além da entidade gestora, precisa de um conselho local que faça a controladoria social do Banco. Os representantes desse foro devem ser formados por diversas organizações/associações/ instituições da sociedade civil, formais ou informais. É permitido gestores públicos. No conselho de planejamento do Banco Comunitário são definidas as entidades e instituições que vão compor a assembleia local e suas atribuições sendo deliberativo e consultivo.

2. Banco Comunitário: É um instrumento para promover o desenvolvimento econômico incumbido pela direção dos serviços financeiros da comunidade.

3. Crédito Produtivo: O crédito produtivo é representado em reais e apoia a expansão ou criação de novos empreendimentos, nos ramos da indústria, comércio ou serviços. De acordo com a realidade da comunidade, o BCD pode atender as necessidades gerando empréstimos, como crédito para artesãos, crédito para MEI, crédito para agricultores e assim por diante. A relevância é começar com ritmo lento para aumentar a oferta e atender todos do grupo.

4. Fundo Solidário para Compras Conjuntas: Entende-se como um fundo criado por um ramo de atividade, sendo de agro, beleza, têxtil com o objetivo de realização de compra do BCD direto no fornecedor. Os empréstimos são pagos ao banco, sem juros com máxima de seis parcelas.

5. Crédito para Consumo: é fornecido em moeda social com intuito a fomentar o consumo do comércio local. O limite é baixo no valor de R$ 80,00 podendo aumentar gradativamente. Recomenda-se aos comerciantes a concederem descontos aos compradores que utilizam a moeda social para que haja mais negócios, fortalecendo a moeda.

6. Palmas Micros seguro: é um Seguro de Vida para a comunidade de baixa renda. O valor do prêmio é de RS 35,00 ao anual. As coberturas são: auxílio funeral (RS 1.000,00); indenização por morte natural ou acidental (RS 3.000,00); sorteio mensal pela Loteria Federal (RS 5.000,00). Quem adquire acima de 3 certificados tem a facilidade de parcelar em até seis vezes. Este seguro de vida também serve como um seguro para o empreendimento, pois em caso de falecimento do empreendedor, a família recebe uma indenização de R$3.000,00. Esse pode ser um fator decisivo para o pequeno empreendimento não “quebrar” com os gastos naturais decorrentes de um óbito na família.

7. Poupança: Obter o aprendizado de poupar de maneira coletiva é importante a organização do sistema local de finanças solidárias.

8. Correspondente bancário: Na pertinência deste serviço ao local, possibilita aos BCDs praticarem os pagamentos e recebimentos próprios dos bancos comerciais (público e privados). Além disso, há uma expansão de numerário na comunidade

local e fortalecendo-a.

9. Educação: são várias as modalidades pedagógicas de um Banco Comunitário: cursos de capacitação, oficinas, formação de longo prazo, sessões de trabalho, reuniões formativas e outras. Fundamental é entender que o processo educativo é parte integrante de um Banco Comunitário e deve ser realizado para vários segmentos: para os trabalhadores e voluntários do banco, para os gestores do banco, para os empreendimentos locais, para os parceiros, para a própria comunidade envolvida de forma geral. Deve-se estabelecer um sistema de capacitação/formação progressiva e continua.

10. Rede Local de Prossumidor: o BCD trabalha na perspectiva de formar no território uma grande rede de prossumidores, isto é, cada morador possa ser simultaneamente produtor, consumidor e ator social de transformação. As interações sociais se firmam em uma "rede local de colaboração solidária que possibilita conexões estabelecidas entre comerciantes, produtores, prestadores de serviço, organizações comunitárias" e cidadãos para o estimulo do desenvolvimento e sustentabilidade das práticas solidaria assim como o fortalecimento da comunidade e a redistribuição da economia local (Lucena, 2013, p. 54). Esses prossumidores devem articular-se em rede, comprando e vendendo um para o outro, criando várias conexões econômicas (compras coletivas, feiras, cooperativas e outros), além de organizar lutas sociais pordireitos e políticas públicas. A criação da rede é uma meta a ser construída no diaa dia e conquistada a médio e longo prazo.

Neste sentido, Gadotti (2009) fortalece a ideia de que é importante ter uma comunidade consciente da utilização da moeda local para o crescimento econômico local. Assim, quanto mais comércios parceiros e atores envolvidos no fortalecimento da moeda comunitária, maior é a possibilidade de desenvolvimento.

O Banco Palmas possui boa interação com o território e Oriente (2019) atribui esse fator mencionado como um dos seus principais atores para o funcionamento do Banco, pois fomenta os fóruns e ações na comunidade. Cruz (2020) corrobora que

diversos empreendimentos econômicos solidários nas áreas de confecção, produtos de higiene e limpeza, produção audiovisual, artesanato e turismo receptivo foram realizados a partir do BCD Palmas.

Prova disso, as práticas dos BCDs ascenderam no país devido ao sucesso do Banco Palmas, tanto que a SENAES, em 2004, o convidou para formalizar o método dos Bancos Comunitários, com um propósito do Programa Nacional (Menezes *et al*., 2015). Além disso, Cruz (2020) afirma que a experiência do BCD Palmas, a fundação do IP e a parceria da Secretaria Nacional de Economia Solidária, incentivou a criação de mais de cem BCDs no território nacional e centenas em países latino-americanos. O autor associa alguns impactos no local protagonizado pelo BCD Palmas e sua moeda social como, por exemplo: o fomento da identidade comunitária e a legitimidade dos atores e suas ações, a dinâmica da renda permanecer no comércio local por meio do microcrédito, dinamismo o comércio local, incentivo e formação a criação de empreendimentos solidários, ampliação da empregabilidade e contribuição no aprendizado da economia numa forma geral. Pode-se entender, mais uma vez, como já fora dito, além do microcrédito, esses também são fatores críticos de sucesso do BCD Palmas.

2.3. Bancos Comunitários de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro fica situado na região sudeste do país e neste subtópico serão apresentados os BCDs ativos e não ativos do RJ, como forma de contextualização do estudo e parcerias/interações sociais das finanças solidárias. Nota-se que dos seis BCDs implantados no RJ, somente três estão ativos. Vale ressaltar que este estudo contempla somente os BCDs tradicionais, ou seja, com os traços do BCD de Palmas – com a participação da comunidade na sua fundação, com agência física e que em algum momento circulou a moeda social. Além disso, acredita-se que os BCDs que estão inativos tiveram pouco destaque na literatura devido ao seu discreto tempo de funcionamento.

2.3.1 BCD Capivari

E novembro de 2010, o BCD Capivari iniciou suas atividades na cidade de Silva Jardim, no RJ; sua implantação envolveu a prefeitura de Silva Jardim, Instituições Religiosas (Católica e Evangélica), o Fórum de Economia Solidária (FESO), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Associações: Comercial, de Moradores e de Pescadores (Oriente, 2019).

Segundo o Portal do Objetivo de Desenvolvimento Milenar (ODM, 2011), o Banco Comunitário Capivari teve os objetivos de um BCD como qualquer outro, que é desenvolver o local através da geração de emprego e renda, através da fomentação e acesso ao microcrédito, fornecendo todo aparato do desenvolvimento de empreendimentos populares e solidários, organizados em cooperativas, associações e grupos comunitários. A figura 6 apresenta o espaço cedido pela Prefeitura para a implantação do BCD Capivari.

Figura 6 - Espaço cedido pela Prefeitura para implantação BCD Capivari em Silva Jardim



Fonte: Portal Virtual Mapa de Cultura RJ (s.d).

Na esfera de interações sociais, segundo o IPEA (2012; 2022) o BCD Capivari surgiu por iniciativa da prefeitura, com parcerias de entidades privadas locais e o assessoramento do Instituto Palmas. O projeto com o nome de Banco Capivari e com

entrada em circulação da moeda social Capivari. A prefeitura na época vislumbrou da iniciativa do BCD no município como uma iniciativa para melhorar os indicadores sociais que apresentava entre os piores indicadores sociais do estado; o município cedeu o espaço para a implantação do banco (vide a figura 6) isso garantiu sua estrutura inicial e a confecção das moedas comunitárias em prol da comunidade. A parceria com o Banco do Brasil (BB) possibilitou que a instituição solidária fosse correspondente do BB realizando serviços de pagamento de contas, saques, depósitos entre outros serviços básicos (IPEA, 2012).

Na obra de Araújo (2012), a autora relata a dificuldade em ter materiais oficiais da instituição para apresentar em seu estudo. Isso pode refletir no número anômalo de material acadêmico encontrado sobre o BCD atualmente. Outro ponto importante sobre a experiência do BCD Capivari: é a iniciativa ainda em fase de maturação, que provocou mudanças positiva no território. Além disso, segundo o estudo da autora, o princípio básico do BCD é de uma envergadura de instituição financeira solidária, isto é, funcionamento simples a qual buscava atender ao seu público, que ao mesmo tempo é cliente e dono do banco. Houveram projetos concretos para o seu desenvolvimento que dependem da cooperação e do engajamento da população de Silva Jardim (Araújo, 2012).

O BCD Capivari forneceu indivíduos de baixa renda e excluídos do sistema financeiro microcrédito entre R$ 200 e R$ 1.200, a taxa juros do empréstimo era nulo ou mínima e podia ser utilizada de duas formas: para o consumo no município e na produção com o intuito de gerar novos negócios e, logo, aumento da empregabilidade e renda no local (IPEA, 2012).

Além disso, com a modalidade de empréstimo, a comunidade desenvolve o seu poder de aquisição, não apenas para gastos urgentes, mas também para poupar. Pequenos empreendimentos já estão em funcionamento no município, inclusive com alguns empreendedores saindo da informalidade. Com o microcrédito, favoreceu-se o fortalecimento dos grupos, sejam associações ou cooperativas. Esse recorte do estudo evidencia que até 2011, o Banco Comunitário Capivari entregava efetivamente o que era proposto por um BCD (Araújo, 2012).

O BCD Capivari contou com o apoio e provocou a autoestima da comunidade, pois os moradores desempregados adquiriram o microcrédito na época, e a partir desta ferramenta financeira se tornaram empreendedores, apesar disso o Banco deixou de

existir por conta de improbidade administrativa e passou por investigação do municipal (Oriente, 2019).

Vale informar que no momento que está sendo escrita está dissertação, o BCD Capivari ainda se encontra desativado e sem informação sobre o desenrolar da resolução do Banco.

2.3.2 Banco Comunitário Saracuruna

Os Bancos Comunitários Saracuruna e Preventório (esse segundo será abordado mais a frente) surgiram a partir de um convite da professora Bárbara França, professora e pesquisadora do projeto de extensão da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES-UFF) ao fundador do BCD Palmas, Joaquim Melo, no evento IX Expo Brasil de Desenvolvimento Local ocorrido em dezembro de 2010 (Oriente, 2019).

Ainda segundo França (2013) e Oriente (2019) o BCD Saracuruna, localizado na Baixada Fluminense, teve as seguintes interações sociais (parcerias): a empresa deenergia (Ampla), consultorias do BCD Palmas e o projeto de extensão IEES-UFF que colocou em prática o planejamento estabelecido. É válido ressaltar a dificuldade na organização das instituições e a falta de uma organização que fosse o ponto comum entre os participantes, esses foram fatores que conturbaram o início do processo. No entanto, Joaquim Mello considerou a comunidade receptiva e participativa.

No tempo em que o BCD Saracuruna ficou ativo os comerciantes forneciam descontos de 10% a 15 % para os beneficiários que aderiram a moeda local Saracura, assim era uma forma de fortalecer dinheiro na comunidade revelou um comerciante. (Portal Eletrônico G1, 2011). A figura 7 simboliza a interação social que o BC Saracuruna conquistou no tempo que esteve ativo.

Figura 7 - Interações com Universidade e Empresa Privada de Energia



Fonte: Portal Virtual Wordpress (s.d).

Um tripé de parceria entre a comunidade, uma empresa privada e uma Universidade Federal convidava para inauguração da instituição solidária na Baixada Fluminense, na cidade de Duque de Caxias. A figura 8 apresenta a parceria do BCD, empresa privada e comunidade, através de premiação aos sócios do clube- aqueles que estavam em dia com sua conta de energia e também os beneficiários que estavam inadimplentes com a empresa de energia.

Figura 8 - Banner de Incentivo do BCD Saracuruna: Comunidade e Ampla



Fonte: Wordpress (s.d.).

Além dos incentivos entre as parcerias, conforme visto pelas figuras 7 e 8 respectivamente, o BCD Saracuruna operou com ferramentas financeiras- moeda social, crédito a juros baixos e micros seguros quando foi inaugurado em setembro de 2011. Entretanto, por falta de interação política, ou seja, incentivo político; a instituiçãosolidária funcionou de setembro de 2011 e se extinguiu em 2013 (Oriente, 2019).

2.3.3 Banco Universitário – Cidade de Deus

Em 2011, o Banco Comunitário Cidade de Deus foi criado pela Agência e pelo Comitê Comunitário com o apoio da SEDES do Município do Rio de Janeiro (do IBASE) do Ateliê de Ideias e do Instituto Palmas. O objetivo era ascender a economia local pela utilização da Moeda Social chamada de CDD dentro do território. Está iniciativa (o Banco) trouxe extrema notoriedade para a localidade e para a AD & CC. Isso despertou interesse em diversos atores como: instituições públicas e privadas, governos municipal, estadual e federal, pesquisadores, universidades e dos turistas (Medeiros, 2014).

O Banco Comunitário da Cidade de Deus, segundo Oriente (2019), foi gerido pela

Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, com cinco coordenadores eleitos a cada três anos, que não possuíam nem salário e nem vínculo empregatício. Os créditos do BCCD eram oferecidos somente para os moradores da localidade, após todo o processo cadastral e a realização de uma visita feita pelos funcionários do banco, que consultam os vizinhos sobre a postura do morador, pois o aval do crédito é concedido pela própria comunidade, após a avaliação do possível tomador do empréstimo realizada pelos moradores (Comitê de Análise de Crédito).

Ainda no estudo de Oriente (2019), cada morador tinha um perfil para obtenção de crédito de acordo com a finalidade como: beneficiários do Bolsa Família, o empreendedor da economia popular, o crédito destinado ao empreendedorismo, ao consumo e os micros seguro. Cada modalidade variava de valor de no mínimo de R$35,00 para o micro seguro a R$800,00 para o crédito empreendedor. Nota-se que havia uma interação de informações sociais para formar o perfil do beneficiário. Oriente (2019) em seu estudo propôs ações de melhorias ao BCCD que envolvia parcerias, como: qualificação pessoal por meio de parceria com a Gestão – SEBRAE, aumento do quadro de funcionários, capacitação dos credenciados do polo para câmbio/desconto, além de outras sugestões.

Nos estudos de Medeiros (2014) mais de 100 moradores participaram da reunião que definiu o nome do Banco. A ideia de implantar um BCD surgiu 2005, no congresso venezuelano sobre economia solidária onde participaram alguns representantes do movimento social da Cidade de Deus e também o coordenador da SENAES, Paul Singer o qual demostrou interesse pela iniciativa solidária.

Em se tratando de interação, segundo Medeiros (2014), depois de 1 ano de funcionamento do BCD Cidade de Deus, a Caixa Econômica Federal apoiou a iniciativa, criou e forneceu um correspondente bancário da CEI na sede do banco comunitário. E pelas palavras da autora:

> Esta ação trouxe uma maior visibilidade para o banco comunitário dentro da Cidade de Deus, estimulando as pessoas a conhecerem e utilizarem a moeda social. Isso contribuiu para tornar o Banco Comunitário da Cidade de Deus uma das principais atividades da agência de desenvolvimento, estando atualmente/este ano entre as três mais importante. (Medeiros, 2014).

A interação do BCD Cidade de Deus com outros atores favoreceu na notoriedade e prestígio da sua funcionalidade que é estimular a moeda no local, tornando um case de

sucesso na época. Além dessa prática, Oriente (2019) relata que uma das funcionárias do BCD Cidade de Deus, com formação em técnico de Administração, ao presenciar a insatisfação de um beneficiário ao receber a não concessão do microcrédito pelo BCD, por ele estar com o nome negativado.... A partir desse episódio, e também da reflexão dela sobre o porquê de tantos usuários do banco, mesmo com emprego e renda estarem com nome na empresa de Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), a funcionária começou a dialogar com os usuários, depois orientar sobre endividamento, até chegar no momento de fornecer oficinas sobre educação financeira. A colaboradora também imprimia os boletos para a regularização das dívidas, isso porque muitos não tinham acesso ao correio eletrônico, assim resultava na inadimplência. Está pratica dela resultou em nomes limpos dos usuários (Oriente, 2019).

Portanto, estes fatores críticos de sucesso resultaram no primeiro caso: pertencimento financeiro da comunidade, isso porque houve o estimulo das pessoas a utilizarem a moeda e no segundo caso: a educação financeira como suporte para a comunidade, ambos casos tem em comum a interação entre atores: BCDs, comunidade e a empresa pública - CEF e BB que visam ao lucro (Medeiros, 2014).

Apesar dos cases de sucesso abordado, o BCD Cidade de Deus sofreu um assalto em 2014, roubaram todo numerário e a maior parte desse dinheiro pertencia à Caixa (Medeiros, 2014). Ainda segundo a autora, após isso, ocorreram muitas crises financeiras e institucionais, por diferentes motivos, sendo eles:

1. Com a pausa do correspondente bancário, em comum acordo entre a gestão do banco e a Caixa;

2. Falta de Credibilidade do BCD perante os moradores, isto é, muitos moradores do bairro ficaram desacreditados do Banco Comunitário por pensarem que o mesmo parou de funcionar, diminuindoconsideravelmente a quantidade de transações;

3. Desentendimento entre os membros do colegiado, pois começaram a disputar entre si por ideias de revitalização do banco;

4. Conflitos de disputa política interna entre os membros aconteciam e fragilizaram ainda mais o encontro da solução para reestabelecer o

> funcionamento do Banco. Ou seja, o grupo possuía o mesmo objetivo; entretanto, não entravam no consenso de qual estratégia seguir, e diante disso, gerava estas pequenas disputas.

2.3.4 Apresentação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento ativos no Estado do Rio de Janeiro

2.3.4.1 Banco Comunitário do Preventório – Niterói

O BCD Preventório surgiu quando a Associação Preventório Solidário se reuniu com a equipe da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES – UFF) e com a empresa Ampla (atualmente Enel) e houve a proposta em 2010 de criar o Banco na comunidade do Preventório (Portal Eletrônico do Banco Preventório, s.d).

Como já fora mencionado no recorte teórico abordado sobre o BCD Saracuruna, houve um projeto de extensão universitária que implantou o BCD Saracuruna já abordado e o BCD Preventório concomitantemente. A ENEL providenciou os recursos do projeto e convidou a IEES/UFF para criar os BCDs, com objetivo de projeto de responsabilidade socioambiental (Ferreira, 2018). O Portal BCD Preventório (s.d) complementa que com a iniciativa comunitária o Banco foi fundado, na sua composição a maioria composta por mulheres, que tem um poder interno baseado nos princípios da autogestão, criada e gerida por integrantes da própria comunidade.

Segundo o Banco Preventório (s.d), as atividades também influenciam uma região maior que abrange 23.588 habitantes dos bairros vizinhos de São Francisco e Jurujuba, onde se tem uma ligação direta com as lideranças e empreendimento sociais comunitários desses bairros. Além da sua atuação local, o Banco é ativo na participação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Os serviços oferecidos pelo Banco Preventório são os procedimentos bancários como pagamentos e recebimentos, inclusive de benefícios sociais como a Bolsa Família, abertura de contas e outros, por meio da parceria com Caixa Econômica Federal (CEF), com o objetivo da inclusão financeira da comunidade. O microcrédito do Preventório opera em duas modalidades: a Moeda Social Digital Prevê (e-dinheiro) e a moeda oficial do Brasil (reais). As moedas sociais têm como finalidade

incentivar a economia dentro da comunidade e é voltada para os moradores e há financiamento em reais de microcrédito produtivo para os empreendimentos comunitários.

Para Vasconcellos (2017) o Banco Comunitário do Preventório é um conjunto de moradores que buscam de alguma maneira melhorar a vida das pessoas e cuidar da comunidade, assim para o autor este cuidado é uma decisão política e se abster também.

O estudo de Ferreira (2018) relata que a comunidade considera baixa a intervenção do BCD Preventório no desenvolvimento local pela ausência de projetos e serviços na comunidade, se houvesse mais atuação desta envergadura iria solucionar os problemas sociais. Um fato que chamou a atenção da pesquisadora foi a quantidade de projetos relatados atualmente no portal eletrônico do Banco e também a observação desses projetos na visita feito a campo no BCD Preventório em março de 2023.

Assim, o BCD Preventório tem responsabilidade voltada ao desenvolvimento local em redes e cadeias produtivas da economia solidária, com apoio nos projetos que envolve materiais recicláveis, artesanato, agroecologia e cultura. Diante disso, o apoio do BCD a, por exemplo, o projeto Cafofo que envolve a reciclagem, recuperação e comercialização de móveis, livros, brinquedos, roupas, eletroeletrônicos, artigos de cozinha entre outros. Enquanto o projeto Pesca Solidária, onde o BCD Preventório também apoia módulos de oficinas sobre cooperativismo, associativismo, gestão, direitos humanos e cidadania, compras públicas e controle social o que vem colaborando com a consciência ambiental desses coletivos entendendo que os ecossistemas dependem dessa união.

A atuação do BCD Preventório conta com o apoio da comunidade a qual entende a importância dessa política pública. Assim, nota-se a preocupação do BCD em capacitar e desenvolver a comunidade intelectualmente, pois mais que injetar o capital, é também criar mecanismo para gestão do numerário e sua multiplicação na sociedade.

Ainda segundo Ferreira (2018), a comunidade do Preventório possui problemas socioeconômicos graves, como as demais comunidades do município, e o Banco contribuem minimizando os problemas e desenvolvimento o local seguindo uma orientação não-econômica. Esta prática é relatada por Tenório (2012, p. 95):

> [...] instituído por meio de relações sociais fundadas em sentimentos de pertencimento a uma família ou a uma comunidade, em sentimento de

> fidelidade cimentado na amizade, no amor ao próximo e na população local. São relações sociais estruturadas pela reciprocidade, solidariedade, processos de transferência de bens e/ou serviços realizados por meio de laços sociais alheios ao mercado e definidos sob imperativos democráticos.

Nos achados de Ferreira (2018) pode-se pontuar as interações sociais e os seguintes fatores de sucesso abordado pelo autor:

1. A importância das relações de proximidades como ferramenta que faz parte da metodologia para alcançar as metas dos BCDs, e também atribui, sobretudo, a conquista da cidadania sendo relevante para o desenvolvimento local. Outra percepção de desenvolvimento local presente nos Bancos é a articulação e coordenação do empreendimento associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, com base numa dinâmica de integração socioprodutiva (Tenório, 2012; Ferreira, 2018)

2. O Banco além de buscar o desenvolvimento do território por meio das ferramentas financeiras solidárias (microcréditos, moedas sociais e outros), também tem a preocupação de promover projetos e ações sociais juntamente com os atores locais - sociedade civil, o mercado, e o poder público, apesar de discreta participação, segundo o autor.

3. As interações sociais não são apenas locais, há a contribuição de pesquisadores de universidade pública, como a colaboração dos estudiosos do Grupo de pesquisa do Observatório de Bancos Comunitários e Moedas Sociais.

2.3.4.2 Banco Comunitário Araribóia – Niterói

O BCD Araribóia foi criado em janeiro de 2022 pela prefeitura de Niterói, com a Moeda Social Araribóia, inspirado pelo BCD Mumbuca (Waltenberg *et al.,* 2021). Com o objetivo de transferência permanente de renda local aos beneficiários que estão no CadÚnico - ser considerado pobre perante a análise do governo federal (Britto *et al.*, 2022). O BCD também tem a incumbência de organizar, cadastrar pequenos produtores, empreendedores econômicos solidários e mercadores dentro das próprias comunidades

para que a moeda social Araribóia seja utilizada como moeda local para impulsionar a economia das próprias comunidades e da cidade em geral (Prefeitura Municipal de Niterói, s.d.). Esta iniciativa pública visa o combate à pobreza e ao desenvolvimento socioeconômico do município (Britto *et al.*, 2022).

Segundo o portal da Prefeitura de Niterói (2022), no primeiro mês de funcionamento houve 27 mil famílias beneficiadas, já no segundo mês: 31 mil famílias beneficiadas ao projeto. O benefício realizado pela moeda Araribóia é pago um subsídio familiar mínimo mensal é de 250 arariboias (equivalente a 250 reais), acrescido de um valor de 90 por membro, podendo chegar ao teto de 700 arariboias por família. Os comerciantes locais têm a alternativa de converter a moeda social araribóia pelo real, utilizando o aplicativo, pelo aplicativo, até o quinto dia útil de cada mês, sem a cobrança. Além disso, os beneficiários têm a possibilidade de efetuar o pagamento das faturas dos estabelecimentos pelo aplicativo do BCD, com cobrança de tarifa mediante ao valor do boleto, essa é uma estratégia para atrair mais interações com novos estabelecimentos locais.

Existem estudos da Prefeitura de Niterói para que a moeda digital araribóia seja inserida no circuito de transportes públicos do município e também para o pagamento de benefícios de outros programas sociais, isso apresenta a flexibilidade e a fácil integração da moeda social digital (Britto *et al.*, 2023). Diante disso, nos estudos de Silva Júnior *et al.*, (2023), remete a uma discussão sobre a ligação entre moedas sociais e as plataformas cooperativas e como essas podem resultar em arranjo institucional com geração de benefícios para a sociedade. A interação entre os atores municipais e privados juntamente com o BCD Araribóia pretendeu fornecer acesso a créditos para motoristas da Associação Intermunicipal dos Motoristas por Aplicativo (AIMAP) e a política de articulação do uso das moedas sociais araribóias para pagamento de viagens na plataforma LET'S. Embora tenha ocorrido o fim das operações da plataforma digital LET'S com AIMAP, a interação com o poder municipal, AIMAP, Vamos e Instituto e-Dinheiro Brasil que envolve as moedas sociais, ressaltam-se os seguintes pontos positivos: o pioneirismo, construção e experiência no período de nove meses. É destacado também a relevância desta experiência nas suas consequências e possibilidades futuras e em nova ação coletiva da formação do consórcio de plataformas de economia social e solidária (Silva Junior *et al.*, 2023).

O BCD Araribóia por ser um BCD com menos de dois anos de criação, houve limitações na literatura sobre esta organização financeira solidária.

2.3.4.3 Banco Comunitário Mumbuca

O BCD Mumbuca foi lançado em dezembro de 2013, seguindo um regulamento municipal aprovado pela Câmara Municipal de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro (Faria, 2018). O Banco Comunitário foi contratado para gerir e operar o DCC, fornecendo cartões magnéticos aos beneficiários e atraindo comerciantes locais para aceitar o cartão Mumbuca (Alves, 2014). Em 2023, o BCD Mumbuca inaugurou mais três agências nos distritos de Itaipuaçu, Cordeirinho e Inoã. A inauguração da última agência aconteceu no Dia Internacional da Mulher (08/03) com o evento do "Café das Emancipadas" para criar interação com a comunidade Anuário Mumbuca.

O principal objetivo do banco comunitário e de sua CC era manter os *royalties* em circulação no município, fomentando a economia e a ascensão da região (Cernev; Proença, 2016; Cernev, 2019) por meio da destinação de parte dos recursos financeiros dos *royalties* do petróleo para classe baixa do município.

O Banco Mumbuca realiza o cadastro ao programa e o beneficiário abre uma conta digital e recebe um cartão magnético, no qual o participante pode ser utilizado para pagamento em diversos comércios locais cadastrados no programa. Dessa forma há benefícios para ambos: à família pelo aumento da renda e, ao comércio pela demanda das vendas (Alves, 2014; Cernev, 2019).

Além disso, o BCD Mumbuca disponibiliza do programa de crédito popular solidário para comunidade carente, estes microcréditos, de juros zero, que fomentam a circulação do numerário no mercado de crédito local e se operam de duas formas: para produção (Mumbucred), que é direcionado aos empreendimentos sendo micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de trabalho e empréstimos para (Casa Melhor), ou seja, para pequenas reformas de moradia (Coutinho, 2020).

Após um semestre de operação bancária, o MB possuía 104 comércios locais como parceiros, sendo eles: mercados, farmácias, distribuidoras de água e gás, lojas de construção, entre outros e 7.576 beneficiários cadastrados no programa de atendimento ao município, que recebiam R$ 70,00 por mês para gastar na rede de negócios

credenciados. O valor por mês aumentou para R$ 130,00 em julho de 2017 (Cernev, 2019).

No início de 2018, o Município de Maricá decidiu inovar o projeto Mumbuca por meio da plataforma E-Dinheiro, já adotada por outros bancos comunitários, como o Banco Palmas. Como esse avanço tecnológico, o Banco Mumbuca passou a ter uma plataforma digital, que realiza desde a emissão da moeda complementar até a relação contratual com os agentes envolvidos (Cernev, 2019). Segundo os estudos de Pupo (2022), a parceria que o BCD Mumbuca tem com a esfera Municipal favorece uma expressiva circulação de numerário no comércio local por meio da plataforma E-dinheiro.

A moeda digital no BCD Mumbuca possibilitou a inclusão dos comerciantes informais na plataforma E-dinheiro, assim houve o processo de democratização, pois liberou-se a conta digital para todos do território (pequenos comerciantes e a população) para que pudessem ter acesso aos benefícios da moeda (Rorato, 2023). Estes pequenos empresários podem utilizar as moedas sociais digitais recebidas pelas transações comerciais com os beneficiários para adquirir os insumos e também tem a opção de trocar pelo real (Cernev, 2019). Rorato (2023), aborda a atuação do Mumbuca como uma experiência ímpar, autêntica e inovadora ao se tratar das moedas sociais como aponta êxito na diminuição da exclusão financeira.

O poder público por intermédio do BCD Mumbuca atuou de prontidão no início da pandemia no Brasil, em março de 2020. A renda básica que cada beneficiário recebe pela moeda social passou de 130 para 300 mumbucas no mês seguinte. Houve a criação de programas sociais como o Amparo ao Trabalhador que pagou um benefício de um salário mínimo, e depois reduziu para 600 mumbucas a mais de 20 mil microempreendedores e trabalhadores autônomos que estavam no critério de receberem menos de cinco salários-mínimos (Britto *et al.*, 2023). Maricá e o Banco Mumbuca foram reconhecidos pela mídia nacional e internacional pela atuação na pandemia por conta das políticas públicas de transferência e manutenção da renda, e dos empregos locais (Anuário Mumbuca, 2023).

O município de Maricá foi atingido por fortes chuvas no início de 2022 e a interação e estrutura entre a prefeitura com o BCD Mumbuca permitiu a transferência de renda de forma ágil as 150 famílias, vítimas da catástrofe ambiental. Essas foram assistidas com projetos sociais pagos com a moeda local como: o aluguel social (1.500

mumbuca); o Apoio Recomeçar para compra de móveis e eletrodoméstico (5 mil mumbuca) para 3.722 pessoas, inclusive no CadÚnico; Apoio Mumbuca, linha de crédito de 3 a 10 mil mumbuca oferecida pelo banco Mumbuca para quem tem renda acima de 3 salários-mínimos, sem juros (Britto *et al*., 2023). Isto é, reforça que apesar de não poder atribuir a geração de empregos no Município de Maricá no período pandêmico somente ao aumento da moeda social digital injetada no território juntamente com as políticas públicas de renda, é possível que esta articulação seja parte da explicação (Britto *et al.*, 2023).

2.3.5 Breve Percepção da Interação Social nos BCDs do Estado do Rio de Janeiro

O exposto a seguir, conforme quadro 1, evidencia a percepção das interações sociais nos BCDs do RJ a partir do estudo adquirido na literatura e, também, a partir da observação da pesquisadora no estudo de campo. Serão abordados os fatores de sucesso identificados no momento em que existiram as parcerias (interações).

Quadro 1 - Panorama dos BCDs do Estado do Rio de Janeiro - Interação Social e Fatores de Criticidade de Sucesso

Município	**Moeda Social Digital***	**Status atual de funcionamento**	**Interações Sociais identificadas na literatura**	**Fatores de Criticidade de Sucesso**

CAPIVARI				
Silva Jardim	Capivari	Desativado	Comunidade, Banco do Brasil, Prefeitura, Sebrae, Instituto Palmas	Microcrédito, Empregabilidade, Bem-Estar.
SARACURUNA				
Duque de Caxias	Saracuruna	Desativado	Comunidade, Ampla, UFF, Instituto Palmas, Instituto Palmas, Comunidade	Comércio local
CIDADE DE DEUS				
Rio de Janeiro	CDD	Desativado	Comunidade, CEF, Instituto Palmas, Comunidade, Comércio Local, Comunidade	Microcrédito, Pertencimento, Reconhecimento Local, Empregabilidade, Educação Financeira, Interação.
PREVENTÓRIO				
Niterói	Prevê	Ativo	Comunidade, UFF, Enel, Caixa Econômica, OBM	Microcrédito, Fortalecimento local, Educação e Interação.
MUMBUCA				
Maricá	Mumbuca/ e-dinheiro*	Ativo	Prefeitura, e- Dinheiro, Secretaria de Economia Solidária, E-Dinheiro	Microcrédito, Reconhecimento, Comércio Local, Pertencimento, Fortalecimento Local
ARARIBÓIA				
Niterói	Araribóia	Ativo	Prefeitura, AIMAP, Vamos, Instituto e-Dinheiro	Interação, Fortalecimento Local, Empregabilidade

Fonte: Própria autora, 2023.

É importante ressaltar que a interação social e os fatores de sucesso destes BCDs aconteceram em tempos distintos, isto é, cada registro não aconteceu de forma sincronizada. É pertinente observar que o BCD Saracuruna apesar da interação de redes com as instituições mencionadas, ainda assim, por falta de boa interação com o poder público (Oriente, 2018), ou seja, a ausência da interação com este autor público provocou a inatividade do BCD Saracuruna. Assim, compreende-se que a interação, neste BCD, não foi um fator crítico de sucesso.

É relevante destacar também que os BCDs que contam com apoio do Poder Público em sua construção e permanência não são denominados um banco comunitário "raiz", logo o único BCD raiz ativo é o Preventório. Além disso, todos podem contribuir para o desenvolvimento regional sendo na esfera social e/ou econômica.

2.4. Interação Social: um instrumento sociológico dos BCDs no Desenvolvimento Local

Esta seção está estruturada sob o olhar de estudo dos mais renomados sociólogos sobre as interações sociais e o reflexo no desenvolvimento local. A perspectiva de teia social já vem sendo tratada por grandes sociólogos da história desde séculos passados. Por conseguinte, entende-se como esse jogo de articulação homem versus organização versus sociedade versus saberes evoluíram durante o tempo.

Os clássicos passam por constantes (re)estudos e (re)análises teóricas conforme as (re)configurações sociais no tempo e no espaço como aponta o professor Carlos Freitas (2019, p. 10). Maffesoli (1987) realiza um estudo social no qual aponta que a comunidade aberta e a emoção partilhada é que suscita a multiplicidade de grupos que o neotribalismo é uma constatação empírica, ou seja, as pessoas estão se reagrupando em microtribos e buscando novas formas de solidariedade, que não são encontráveis necessariamente nas grandes instituições sociais habituais (2000, p. 50) o novo paradigma venha substituir o paradigma do individualismo na compreensão da sociedade contemporânea pois, ele está "baseado na necessidade de solidariedade e de proteção que caracterizam o conjunto social". O neotribalismo apontado por Maffesoli contém a solidariedade orgânica de Durkheim com os laços sociais, tudo de forma a consolidar as neotribos. Para Maffesoli estas neotribos exprimem a sociedade fundante de nossa atualidade, na qual ocorre um vaivém constante entre a massificação crescente e o desenvolvimento de microgrupos com ideais comunitários, que se acreditava terem sido ultrapassados, assim se chega a pós-modernidade e pode-se dizer que neste novo paradigma maffesoliano estamos assistindo, como vimos, um retorno as ideias dos clássicos da Sociologia só que de maneira inovadora (Quaresma, 2005).

Dessa forma, é notório que cada autor denomina de uma forma distinta as relações sociais. Durkheim em sua obra na Divisão do Trabalho observa e caracteriza a sociedade através da coesão social: integração do homem *versus* sociedade com o conceito de solidariedade social. Após isso, Polanyi deixa a sua contribuição dos princípios das interações na obra A Grande Transformação. Mark Granovetter com a Teoria dos Laços (Rede). O objetivo dessa trajetória teórica é compreender como essas articulações de teias sociais integrativa e interativa estão caracterizadas e podem contribuir com

desenvolvimento regional através dos BCDs do RJ.

2.4.1. Abordagem Durkheimiana- Solidariedade e Sociedade

Nesta seção será desdobrado o estudo do sociólogo francês Émile Durkheim. Apesar deste autor possuir um robusto estudo social, será concentrado neste recorte apenas o tema solidariedade mecânica e orgânica com o objetivo de perceber a relevância da interação desde antes do capitalismo.

Émile Durkheim (1858-1917) vivenciou os acontecimentos históricos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa dos séculos XVIII e XIX e teve forte influência da obra do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857). O sociólogo defendeu a tese que a explicação da vida social das pessoas tem fundamento a partir da sociedade (Durkheim, 1994, p. 44). E a abordagem do autor entende a sociedade como uma realidade *sui generis*, isto é, o autor compreendia "as representações que a exprimem têm, portanto, um conteúdo completamente diferente que as representações puramente individuais" (Durkheim, 1978, p. 216).

Na obra Da Divisão do Trabalho Social, esse autor discorre sobre a estrutura e as articulações de coesão social nas sociedades em que a "intensidade média da consciência comum vai se enfraquecendo" (Durkheim, 1999, p. 152). Segundo Quaresma (2005), os estudos durkheimiano se estendeu nas diferentes categorias da vida social e seus respectivos papéis na organização social como: a educação, a família e a religião.

Durkheim constata um novo quadro societário mais variado e individualizado, ele entendia que a divisão do trabalho é ilimitável à especialização das tarefas produtivas e econômicas, e tem ligação direta com a vivência e ação das instituições (administrativas, educacionais e judiciais do Estado), além de incluir a sociedade no quesito arte, filosofia e ciência (Durkheim, 1999). O estudioso possuía um olhar otimista da nascente sociedade industrial, na qual considerava que a crescente divisão do trabalho europeu que estava acontecendo com velocidade, resultava no possível aumento de solidariedade entre os indivíduos ao invés de conflitos sociais (Quaresma, 2005).

Nos estudos de Diniz e Almeida (2021) sobre a construção do homem moderno sob a perspectiva de Durkheim concluiu-se que o fenômeno moral, o surgimento da modernidade e suas transformações sociais, derivou-se de uma fragilidade da consciência

coletiva, proveniente da divisão social do trabalho como mantenedora da coesão social. Destarte, o sociólogo analisa, por meio da analogia entre as sociedades tradicionais (pré-capitalista) e as sociedades modernas (capitalistas), e contempla uma perspectiva histórica da mudança social e dessa transformação surge a "solidariedade social Durkheimiana".

É pertinente mencionar que o estudo sobre a solidariedade de Durkheim continua se perpetuando na atualidade em distintas áreas e vieses ideológicos. Freitas (2019, p. 10) afirma que os clássicos da sociologia permeiam por constantes estudos e análises teóricas conforme as (re)configurações sociais no tempo e no espaço. Diante disso, analisa-se, a seguir, o quadro no qual apresenta as principais características apontadas por Durkheim em seu estudo que versa sobre a solidariedade mecânica e orgânica.

Bomtempo e Carmona (2022) associaram a sociedade solidariedade social de Durkheim aos tratados antigos realizados pelo Brasil em prol dos direitos humanos como: Carta das Nações Unidas, de 1945; Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, e Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica). "Esses tratados conclamaram a humanidade, o Brasil, a que busque o desenvolvimento de forma solidária" (Bomtempo; Carmona, 2022).

O estudo de solidariedade de Durkheim também teve destaque na época pandêmica do COVID-19, que, de acordo com os autores supracitados as solidariedades nas interações públicas e particular tiveram um papel fundamental para amenizar os reflexos desta pandemia.

A estrapolação destes conceitos de solidariedade remente ao diálogo fundamental subjacente em moedas comunitárias. Na pesquisa de Nascimento (2015) sobre moedas sociais digitais em dois BCDs brasileiros, o autor aborda a autoestima e solidariedade como a construção social, com dependência ou não do poder público que, a partir disso, podem ser remodelados com incentivo do Estado. Na perspectiva desse autor, o BCD, a EcoSol, por meio do E-dinheiro, provoca uma melhora da autoestima coletiva, inclusive um senso de pertencimento e coletividade da população, um senso de "sim, nós podemos". E a estima social com laços fortes na comunidade de valores, às contribuições sociais e a realização dos indivíduos, criam as bases para a noção de autoestima e construção da solidariedade (Mendonça, 2009), o quadro 2 apresenta as características da

Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica.

Quadro 2 - Solidariedade de Durkheim

Solidariedade Mecânica	Solidariedade Orgânica
Indivíduos semelhantes	Indivíduos diferentes
Sociedade simples	Sociedade industrial
Sem divisão do Trabalho	Com divisão do Trabalho
Funções Iguais	Funções Diferentes
Pouco desenvolvida	Em desenvolvimento

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Durkheim (1994).

A solidariedade mecânica refere a forma como os indivíduos compartilham de uma consciência entendida como coletiva. Dessa forma, os indivíduos dessa sociedade vivem em comum devido a restrições de mobilidade e a solidariedade assim se prevalece enquanto dever ou ritual coletivo (DURKHEIM, 1994). Em suma, prevalece uma interação de convívio e objetivos sociais mútuos nesta classificação de solidariedade Durkheimiana.

No estudo da pós-modernidade, o neotribalismo de Maffesoli (1987) que apesar de manifestar ideologias anarquistas, também utilizou as ideias de Solidariedade de Durkheim, pois ao apontar que a comunidade aberta e a emoção partilhada é que suscita a multiplicidade de grupos que chegam a constituir uma forma de laço social bem sólido (Quaresma, 2005). Este estudo afirma que as pessoas estão se reagrupando em micro tribos e buscando novas formas de solidariedade, que não são necessariamente situadas nas grandes instituições sociais. A partir disso, rompe o paradigma do individualismo na sociedade contemporânea, pois para Maffesoli (1987) o conjunto social necessita de solidariedade e proteção.

Os BCDs também podem encontrar características genuinamente da solidariedade mecânica através da organização simplista de algumas comunidades. Por exemplo: a formação de grupos para adquirir a modalidade de microcrédito para seus negócios afins (Instituto Palmas, s.d). No BCD Preventório existem ações comunitárias que envolvem a solidariedade conforme fora mencionada (Portal Eletrônico Preventório, s.d). A solidariedade orgânica entende-se quando os indivíduos passam a integrar-se com base na coletividade, e assim, passam a depender um do outro, isto é, a divisão do trabalho

ocorrida a partir da Revolução Industrial gerou uma interdependência, quando os trabalhadores não detêm mais o domínio e o saber de sua atividade e se tornam dependentes do trabalho de outros trabalhadores (Durkheim, 1994). E, dessa forma, criando uma interação mediante a função/ profissional na sociedade.

O neotribalismo apontado por Maffesoli (1987) contém a solidariedade orgânica de Durkheim com os laços sociais, tudo de forma a consolidar as neotribos. ParaMaffesoli estas neotribos exprimem a sociedade fundante de nossa atualidade, na qual ocorre umas idas e vindas entre a massificação crescente e o desenvolvimento demicrogrupos com ideais comunitários, que se acreditava terem sido ultrapassados. Assimse chega a pós-modernidade e pode-se dizer que neste novo paradigma maffesoliano está-se assistindo, um retorno às ideias dos clássicos da Sociologia só que de maneira inovadora (Quaresma, 2005).

Prege (2021) em seu estudo relembra que a pandemia ressurgiu a concepção orgânica de solidariedade, a sociedade contempla um desprendimento territorial; assim o autor entende que esta interação não é a solidariedade mecânica aludida por Durkheim. Na época da pandemia, por exemplo, foi visto algumas das características da solidariedade orgânica renascendo através de profissionais com recurso financeiro, que investiram na pesquisa de vacinas e financiamento de cursos a milhares dedesempregados com direito a bolsas generosas; igrejas angariaram alimentos e roupas para doações aos necessitados; voluntários cozinharam e distribuíram refeições gratuitaspara todo o país: assim, houve uma rede de grupos solidários auxiliando contingentes dedesfavorecidos, em inúmeras obras solidárias (Bomtempo; Carmona; Reis, 2020).

2.4.2. Polanyi – Contra movimentos e Interações sociais

Nesta seção será retomado e resgatado os estudos de Polanyi com o recorte e seus princípios de interação social, e apesar da obra do autor ser referenciada na época da Revolução Industrial e com os reflexos do mercado autorregulado, implantado pelo liberalismo econômico ainda podemos rever os reflexos na contemporaneidade. Sendo assim, nos estudos de Parpet (2021) sobre o estudo de Polanyi na atualidade dos mercados, a autora afirma que as indagações dos pressupostos teóricos polanyiano, são válidos para provocar novos horizontes de estudos em ciências sociais e para analisar os

significados e as condições novas de funcionamento da economia na mundialização dos mercados. Ainda assim, entende-se que pode se explicar os efeitos por indução para ajudar a refletir e alcançar algumas das atuais questões sociais sobre arranjos sociais e economia solidária, neste estudo: os BCDs.

Karl Polanyi foi um dos mais proeminentes cientistas sociais austríaco do século XX. A Grande Transformação foi a obra do autor publicada em 1944, premiada pelo jornal Folha de São Paulo, como um dos 100 mais importantes livros do referido século, e seus estudos são vitrines na compreensão da economia de pluralidade e nas tramitações de desenvolvimento em termos de várias dimensões (Kischener *et al.*, 2015; Rodrigues; Santos, 2017). Esse clássico polanyiano apresenta a tese histórica que contribuiu no resgate da dinâmica do sistema econômico pré-capitalista para elucidar a motivação do homem como ser social e não um ser econômico. Além de referenciar diretamente aos problemas que enfrentamos hoje e, assim, percebemos como o pensamento do autor é vivo e relevante para tais questões sociais. Campos (2020) em seu estudo faz referência a Polanyi e afirma que a sociologia econômica traz contribuições relevantes para o constructo da gestão social, isso porque um dos seus objetos é uma "outra economia" cuja sociedade se apresenta de forma solidária e, assim, se insere nos mercados.

Destarte, o processo econômico para Polanyi (2012), se dá em dois níveis: o da atividade interativa entre os seres humanos e seu entorno; e o da institucionalização deste processo. Os movimentos situacionais implicam em deslocamento espacial (transporte) ou em transformação dos elementos materiais (produção). De acordo com a utilidade que tem para o consumidor, os produtos são classificados como: de ordem superior (bens de consumo), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo direto; ou de ordem inferior (bens de produção), na medida em que satisfazem as necessidades de consumo indireto, intermediário, combinando-se com outros elementos no processo produtivo.

Os movimentos apropriacionais, para Polanyi (1976 e 1977) diz respeito as relações entre os indivíduos na compra e gestão dos bens de produção e de consumo. Por meio das transações, dos tributos, direitos e convenções que dependem das formas como a força de trabalho, o conhecimento e a tecnologia são embutidos no processo de produção e na distribuição dos produtos na comunidade.

Compreender os dois significados de economia é o ponto de partida para desfazer a falácia economicista, de que os motivos econômicos movem o ser humano. “O Homem não é um ser econômico, mas um ser social” (Polanyi, 2012, p. 215), isso porque ele tem a capacidade de trabalhar por motivações estética, religiosa e política. Em regra, essas são encontradas na economia e imersas em suas relações sociais (Polanyi, 2012).

Polanyi (2000, p. 69) escreveu que em tais sociedades: [...] é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditadas; o dar graciosamente é considerado como virtude; não aparece a suposta propensão à barganha, à permuta e à troca. Na verdade, o sistema econômico é mera função da organização social. Polanyi condena o determinismo econômico e afirma que o homem “não é um ser puramente econômico, e a sociedade não é uma sociedade de mercado” (Polanyi, 2012, p. 13).

Paul Singer (1999) acredita que há possibilidades de mudanças, e estas não são apenas econômicas, mas também sociais, a estrutura da economia solidária hoje funciona como resposta a falhas do sistema capitalista. O autor afirma que “A sociedade humana poderia ter sido aniquilada, de fato, não fosse a ocorrência de alguns contramovimentos protetores que cercearam a ação desse mecanismo autodestrutivo” (Polanyi, 2000, p. 98).

Segundo Abramovay (2004), Polanyi mostrou que esse sistema de mercado não contém o conjunto das atividades necessárias à reprodução social e à sobrevivência humana. A economia mercantil é o modo de produção dominante, mas não representa a totalidade das economias na atualidade.

Para Polanyi (2000) existem diferentes formas de integração que podem coexistir, mesmo, em uma sociedade capitalista. São os chamados “contramovimentos”, e que podem acontecer a partir da capacidade dos atores em “(re)construir processos que promovam diversificação produtiva e tecnológica, economias de escopo, bem como mecanismos de troca e distribuição enraizados em relações sociais baseadas em princípios de reciprocidade e redistribuição”.

Camargo (2023) em conformidade com Singer (1999) corrobora a existência de diversas experiências solidárias no Brasil e no mundo de cooperativas de produção, de finanças solidárias (cooperativas de crédito, bancos comunitários, fundos rotativos), cooperativas de trabalho entre outras.

Nesse sentido, Polanyi (2000) destaca que atitudes individuais não se adicionam para criar uma estrutura institucional uma vez que atos difusos carecem de efetividade e continuidade na ausência de estruturas sociais dadas, ou seja, as estruturas de suporte não são resultado de atos individuais, mas emergem da coletividade, como pode ser evidenciado no quadro 3. Dessa forma, o foco da análise institucional é a estrutura social já que tal estrutura seleciona e reprime as atitudes e motivações individuais.

Quadro 3 - Princípios de Polanyi

Interações Sociais/ Econômicas	**Conceito**
Reciprocidade	Modelo institucional da simetria e semelhança entre grupos é a relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores.
Redistribuição	Modelo de centralidade, no qual o representante principal é uma autoridade central responsável por administrar e redistribuir a produção, de forma que beneficie a todos.
Domesticidade	Consiste na produção para consumo próprio, isto é, o princípio mínimo é a produção e armazenamento para suprir as necessidades básicas de uma família/ grupo familiar específico.
Intercâmbio e Mercado	É relação econômica utilitarista, onde ocorre a troca de bens, a partir da oferta e demanda, para fins de interesse, utilizando o dinheiro como moeda de troca e sem o protagonismo do lucro.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de Polanyi (2012).

O Princípio da Reciprocidade: A reciprocidade é uma recompensa pelos atos morais dos cidadãos e garantir que "O funcionamento do sistema econômico sem o auxílio de registros escritos e arranjos complexos combinado com o princípio da redistribuição" (Polanyi, 2000, p. 68).

Na descrição original de que toma como exemplo o comércio Kula nas ilhas da Melanésia Ocidental, observa-se que:

> As mercadorias não são acumuladas, nem mesmo possuídas permanentemente; o gozo dos bens recebidos está justamente em poder dá-los em seguida; não existe nenhuma disputa ou controvérsia, e nem barganha, permuta ou troca. [...] Um intrincado sistema de tempo-espaço-pessoa, [...] que liga muitas centenas de pessoas em relação a milhares de objetos estritamente individuais, é aqui manipulado sem que existam registros ou administração, e também sem qualquer motivo de lucro ou permuta. O que domina não é a propensão à barganha, mas à reciprocidade no comportamento social. O resultado, no entanto, é uma realização organizacional estupenda na área econômica (POLANYI, 2000, p. 69).

A reciprocidade é mantida através da organização simétrica da comunidade o que Polanyi chama de dualidade e que Vinha (2001, p. 7) caracteriza como a existência de um análogo, de um parceiro". A Economia Solidária mediante os esforços solidários dos BCDs prioriza os princípios abordados pelo autor como: solidariedade, dependência recíproca, ajuda mútua e cooperação. Dentro do grande campo de atuação da economia solidária, o seguimento das finanças solidárias tem um papel significativo e vem a cada dia ocupando um espaço maior, seja, pelas ações que estão sendo executadas, seja pelo aumento na participação de novas organizações e pessoas que passam a discutir a temática (IPEA 2021).

Nos estudos de Rigo e França (2017) nos BCDs em 2012 no Brasil foi realizado um levantamento dos colaboradores e os tipos de vínculos foram identificados: funcionários cedidos ou contratados pelas prefeituras locais. Isso é uma importante forma de apoiar e contribuir para a continuidade das atividades dos bancos comunitários nos territórios. É relevante ressaltar que estas interações são de trabalhadores da comunidade que, direta ou indiretamente, remunerados ou voluntariamente, desempenham o papel fundamental de atender as pessoas no que diz respeito aos serviços oferecidos pelos BCDs e os projetos que eles executam. Esta interação direta entre "vizinhos" reforça os laços de reciprocidade e (re)construir a identidade do grupo enquanto moradores do território (Rigo; França, 2017). Desta forma, podemos inferir interação social identificada pelos traços dos princípios de reciprocidade de Polanyi nos BCDs na atualidade dentro do território.

O Princípio da Redistribuição: baseia-se no critério da centralização, ou seja, "a entrega dos produtos a uma autoridade investida institucionalmente, responsável pela redistribuição de forma equitativa" (Vinha, 2001, p. 7) ou, segundo a interpretação de Polanyi (2000, p. 71), a presença de "um intermediário na pessoa do líder ou outro membro proeminente do grupo" que "recebe e distribui os suprimentos". Paralelo a esta ideia de liderança comunitária, nos achados de Ferreira (2018) sobre atuação do BCD Preventório e projetos sociais, os moradores da comunidade criticam a escassez de ações e projetos sociais e sugerem uma forte atuação nesta esfera social. Além disso, a comunidade identificou os problemas sociais enfrentados e apontou também que uma

liderança deveria intervir nestas frentes, transferindo para um outro ator a resolução dos problemas locais. Assim, o autor sugere um estudo voltado nesta dimensão, e como pode-se compreender, os moradores entendem que é preciso um líder para articular projetos sociais dentro da comunidade e para isso precisa de parcerias, interações sociais.

A reciprocidade e redistribuição não seria possível existir na ausência do princípio de domesticidade e do seu modelo correspondente ao grupo fechado. Polanyi (2000, p. 73) afirmou:

> O terceiro princípio, destinado a desempenhar um grande papel na história, e ao qual chamaremos o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso próprio. [...] A prática de prover as necessidades domésticas próprias [...] nada tinham em comum com a motivação do ganho, nem com a instituição de mercados. O seu padrão é o grupo fechado.

Polanyi explica que o princípio da domesticidade é caracterizado pela produção de consumo próprio sem intenção de mercado, ou seja, o lucro. Para o autor "enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica autossuficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar" (Polanyi, 2000, p. 74). Os BCDs fornecem o fundo solidário, empréstimo sem juros, para compras conjuntas dos grupos de pessoas que atuam com atividades da mesma categoria, ou seja, beleza, alimentação, confecção e outros. O procedimento consiste na elaboração de uma lista de compras pelo grupo e o Banco Palmas compra direto no fornecedor (Instituto Palmas, s.d).

Intercâmbio e Mercado: O princípio de intercâmbio e mercado, de acordo com Polanyi (2000), é compreendido como a troca de mercadorias entre indivíduos inserido no mercado no qual estabelece preços. Segundo Polanyi (2000) não seria possível antes da Revolução Industrial da maneira que aconteceu no século XIX, um sistema econômico separado da sociedade, isso segundo o autor, foi "um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta" (Polanyi, 2000, p. 92- 93), a motivação de ganho e lucro. Enquanto os princípios de solidariedade e redistribuição seriam incapazes de gerar, por si mesmos, instituições específicas, o modelo de mercado fundou a instituição do mercado. O autor ainda complementa:

> Em última instancia, é por isto que o controle do sistema econômico pelo

> mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. [...] A sociedade tem que ser modelada de maneira que a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (Polanyi, 2000, p. 77).

Assim, a percepção do princípio polanyiano de mercado é identificado em experiências nos BCDs que operam o crédito para o consumo que é fornecido em moeda social e o objetivo principal é fomentar o empório local. O Instituto recomenda uma evolução gradual dos empréstimos a comunidade, além de orientar o comércio a conceder descontos quando houve transação comercial com a moeda local (Instituto Palmas, s.d).

Em conformidade, Fobe (2016) afirma que as moedas locais têm uma marca importante que é a integração social dos seus atores através da confiança entre eles. Para esta autora, na esfera comunitária, a confiança é um objetivo comum entre a comunidade aos seus líderes que levarão concomitantemente aos fins positivos ou negativos da emissão de moeda social.

Fobe (2016) entende que a base dos BCDs está no laço comunitário dentro do território. Já os autores Ambrosini e Filippi (2008), associam o conceito de enraizamento social da economia e o estudo de economia substantiva de Polanyi com as experiências de Sistemas Produtivos Localizados no qual são encontrados fortes laços comunitários, territoriais, além de valores sociais que vai ao desencontro do lucro.

Outro ponto importante dos estudos de Polanyi (2000) e a interseção aos BCDs se faz pelo conceito de enraizamento social que fora fundamental para a compreensão de sua análise das sociedades arcaicas e primitivas "[...] a economia do homem, como regra,está submersa em suas relações sociais" (Polanyi, 1944, p. 65). As características e modosde funcionamento peculiares dos arranjos produtivos locais podem, assim, encontrar sustentação teórica tanto nos princípios fundamentais de Polanyi como, por extensão, nos pressupostos básicos da Nova Sociologia Econômica em sua visão das redes sociais.

Como exposto por Vinha (2001), dois dos principais representantes dessa corrente – Granovetter e Swedberg – questionam que toda ação econômica em uma sociedade capitalista seja desprovida de motivações não econômicas. E mais: "quando afirmam que

a ação econômica é socialmente situada, Granovetter e Swedberg querem dizer que esta está enraizada em redes de relacionamentos pessoais e não em indivíduos atomizados" (Vinha, 2001, p. 12). Na próxima seção, veremos a Teoria de Rede do conceituado sociólogo Mark Granovetter, uma nova forma de entender a dinâmica da interação social.

2.4.3. Mark Granovetter - Teoria dos Laços

Nesta seção será abordado um recorte teórico sobre a Teoria dos Laços do sociólogo renomado Mark Granovetter dentro da Nova Sociologia. Existem diversos conceitos de rede como veremos a seguir. Entretanto, nesta pesquisa será enfatizado o estudo de Granovetter na teoria de laços (fortes e fracos), a partir da rede local de prossumidores, que segundo o Instituto Palmas (s.d), os BCDs têm o papel de promover dentro do local uma rede de prossumidores significativa. O Instituto idealiza que cada residente possa ser simultaneamente produtor, consumidor e ator social de transformação. Estes prossumidores devem articular-se em rede, comercializando (comprando e vendendo) um para o outro, formando diversas conexões sociais e econômicas através de compras coletivas, feiras, cooperativas e outro; sugere-se também de organizar lutas sociais por direitos e políticas públicas. A meta diária dos BCDs de criar redes é uma meta a ser construída no dia a dia e conquistada a médio e longo prazo.

Antes de adentrarmos nos desdobramentos científicos granovetterianos, é pertinente conceituar "redes" e "laços". De acordo com o dicionário Oxford (2023) rede significa: "uma rede de conexões sociais e relacionamentos pessoais entre pessoas" Já o vocábulo é definido por "uma relação entre duas ou mais pessoas, países ou organizações" Oxford (2023). Em virtude dessas definições pode-se inferir que laço é uma interação mais pontual (micro) e rede é relação social abrangente (macro). Castells (1999, p. 498) definiu rede da seguinte forma:

> Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redesconcretas de que falamos. São mercados, [...] bolsas de valores e suas centraisde serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários [...] da rede política que governa [...]. São sistemas – sociais, culturais, políticos e econômicos em formato de redes evidenciados – [...], na era da informação.

Em 1985, Granovetter publicou o artigo “Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão. A obra trata a imersão no sentido de que os fenômenos econômicos estão imersos em uma conjuntura social e que a racionalidade econômica juntamente com base em processos sociais são elementos consideráveis nas decisões, isso porque o indivíduo faz parte de interações sociais.

Para Bovo (2014) o estudo de Granovetter busca elucidar as relações entre os atores na ótica da imersão, na qual paralelamente com as instituições, explicam os processos econômicos e sociais no panorama cuja compreensão econômica tradicional não trata, e que se conectam no sistema maior de interações sociais.

Uma discussão válida sobre rede e imersão é a divergência de Granovetteano sobre a obra Markets e Hierarchies Williamson (1975), pois o primeiro autor defende a tese que as relações entre os agentes nos processos econômicos não precisam serhierarquizadas e centralizadas para ter falta de confiança, conflitos, oportunismo e má-fé.Assim, quando conecta as redes sociais a imersão e a análise da tese de Williamson, Granovetter confirma que a rede pode romper com eventuais comportamentos oportunistas, a desconfiança e a má-fé, decorrente do risco de propagação dos eventos narede que pressionam os autores mediante a vergonha; aspecto que favorece ações cooperativas e baseadas na confiança.

O autor contrapõe este aspecto afirmando que a cooperação, o trabalho conjunto e a instituição de relações de confiança se difundem sem a essencialidade de um poder hierarquizado e rígido (Granovetter, 2007; Bovo, 2014). Desta forma, pode-se conceber similaridade nos BCDs que são serviços financeiros solidários, em rede, em prol da comunidade e na reorganização da economia através da geração de trabalho e renda (Instituto Palmas, s.d). A natureza de organização geograficamente é estruturada, em geral, pelos atores/agentes de empresas e/ou indústrias com tarefas afins e com objetivos voltados para a produção e economia locais e/ou regionais determinados (Coenem *et al*., 2017)

> [...] tendências apontam para a organização [...] em redes gerando um fortalecimento e enriquecimento para empresas, indústrias, instituições e suas aglomerações] [...] por meio de oportunidades que oferecem troca de informações, transmissão de conhecimento e mobilidade de competências. [...] pode ser considerada como uma representação poderosa de sistemas complexos [...] por meio de relações sociais, ao manterem interações informais

> e puramente sociais, dedicando-se à troca de informações e recursos, sem o uso de qualquer contrato formal. Entretanto, apesar dessa informalidade e aparente simplicidade, muito se argumenta sobre a importância dos relacionamentos sociais em redes para a sobrevivência de organizações de todos os tipos (Feiden *et al.*, 2018, p. 241).

Desta forma, a teoria de redes pode ser um instrumento social para a análise mais fidedigna para entender as relações que se dão entre tais objetos, além do entendimento dos tipos de estruturas das redes e das propriedades que estas apresentam (Castells, 1999). Por exemplo, no estudo de Riedo *et al.* (2021) abordou a contribuição das redes e (inter) relações na organização social da piscicultura em Maripá/PR e o resultado deste estudo destacou que as interações interinstitucionais atribuem responsabilidades comunitárias para as cooperações das pessoas no âmbito social e as organizações produtivas precisam se preocupar com os objetivos nativos das regiões e afiançar que os diversos elos da cadeia estejam vigentes com a teoria dos laços existentes.

Para Granovetter, trata-se de construções socialmente articuladas, culturalmente partilhadas, historicamente situadas e espacialmente localizadas (Granovetter, 1994). Por isso: [...] afirma-se que as instituições econômicas são construídas em virtude da mobilização de recursos através de redes sociais, no esteio das determinações históricas dos processos de desenvolvimento da sociedade, cultura e da política, do mercado e da inovação [...] (Swedberg; Granovetter, 1994, p. 134).

Quadro 4 - Características das Teorias dos Laços

Laços Fracos	**Laços Fortes**
Alta inovação	Alta Confiança
Maior circulação de informação	Menor circulação de informação
Mais fácil relacionamento	Mais difícil relacionamento
Reciprocidade	Alta reciprocidade

Fonte: Elaboração própria, adaptado Granovetter (1994).

Laços Fracos: Segundo Wu (2012), estabelecer um laço fraco é o primeiro e mais fácil, em qualquer rede de relacionamento. Além de parentesco, quase todas as outras relações sociais iniciam-se a partir de laços fracos. Mesmo as relações de parentescos começam de laços fracos e é somente através dos encontros familiares frequentes e

interações que é possível que esses laços se desenvolvam em relacionamentos mais fortes.

Na inovação da plataforma digital E-dinheiro dos BCDs, pode-se ter uma percepção da teoria dos laços fracos de Granovetter. Pois segundo o IPEA (2023), os BCDs que estão organizados em redes e buscam inovar por meio das tecnologias digitais (IPEA, 2023). A plataforma e-dinheiro possibilita a logística financeira solidária no território brasileiro, qualquer pessoa ou unidade comercial formal ou informal pode realizar um cadastro no banco e "baixar" o aplicativo, disponível para smartphones, bem como para uso e gerenciamento de sua conta (Faria *et al*., 2019).

A utilização do e-dinheiro, em época pandêmica, aumentou por conta do distanciamento e investimentos sociais públicos: "a moeda mumbuca apresenta elevada velocidade de circulação, dado seu peso relevante no orçamento dos beneficiários", o que potencializa seus impactos na economia local com a participação dos BCDs (Souza, 2019, p. 127).

Laços Fortes: O valor dos laços fortes está no relacionamento e seu valor é muito maior do que qualquer quantidade de laços fracos que se possa conquistar, pois os laços fortes incluem a importância da cooperação e da reciprocidade, promovendo assim a confiança mútua e a abertura para a troca de conhecimentos intensivos (Wu, 2012; Capaldo, 2007). Estudos apresentam que quanto mais influência pessoal nas redes sociais mais forte e coesas se tornam este grupo social (Friedkin, 1993). Assim, pode se entender que os BCDs através da moeda social promovem uma conexão de solidariedade e confiança entre os moradores que o adquirem, para a utilização em postos comerciais previamente cadastrados, tornando estes laços fortes.

Desta forma, estudos apontam que a ideia de uma solução para todo um país é exatamente usar a pluralidade de instituições locais existentes (Gonzalez; Cernev, 2020), incluindo parceiros locais que poderiam associar-se à iniciativa, tais como agentes de crédito ligados às instituições de microfinanças de várias partes do país, que já possuem contato, experiência e interação com a população de menor renda (Gonzalez *et al*., 2015). Para agilizar o processo, poderiam se formar parcerias entre a rede de BCD e a Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED), que já manifestou interesse em colaborar na implementação da RBE (BOLZANI, 2020).

Desta forma, Granovetter compreende que nas relações com alta socialização as pessoas se apresentam, se situam e se posicionam “[...] obedientes às diretrizes ditadas por sistemas consensualmente articulados de normas e valores, interiorizados por meio da socialização, de forma que a obediência não é percebida como um peso” (Granovetter, 2009, p. 35). Mas, nas interações subsocializadas, há um ponto de inflexão com a primeira categoria pois, nesta segunda, os posicionamentos e as decisões individuais “[...] rejeitam [...] todo impacto da estrutura social [...] – sobre as ‘razões’ de suas escolhas econômicas” (Granovetter, 2009, p. 36).

O quadro 5 a seguir contempla uma abordagem holística que consiste na análise de cada autor em relação ao engajamento social em determinado tempo da história.

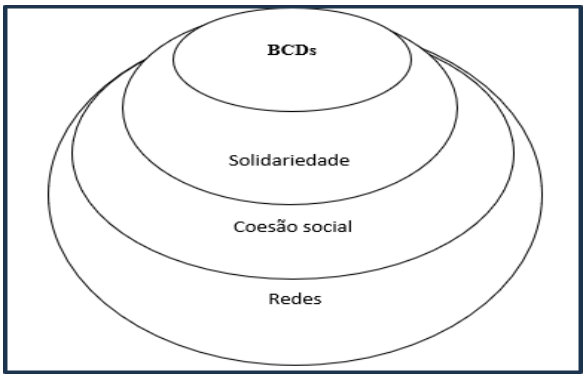
Quadro 5 - Quadro Teórico Social e Econômico e BCDs

Conceito de Interação	Abordagem	Classificação/ Princípios	Perspectivas	Concepção Holística aos BCDs
Émile Durkheim - Da Divisão do Trabalho				
É uma relação moral que faz com que os indivíduos se percebam como pertencentes a uma mesma sociedade. Sociedade como organismo vivo.	**Solidariedade**	Mecânica Orgânica	**Mecânica:** Interação baseada na moral, hábitos e tradição Pré capitalista. **Orgânica:** Interação baseada na divisão do trabalho no modo de produção capitalista.	**Mecânica**: Solidariedade e cooperação dos BCDs. **Orgânica**: Articulação dos autores dentro do BCD (gestores, especialistas, saberes)
Karl Polanyi - A Grande Transformação				
Interação se faz das relações através de estímulo estético religioso e político. Em regra, essas são encontradas na economia e imersas em suas relações sociais.	**Princípios Sociais e econômicos**	Reciprocidade Distribuição, Domesticidade Intercâmbio/ Mercado	**Reciprocidade:** simetria semelhança entre grupos **Distribuição**: Autoridade central responsável por administrar e redistribuir a produção, de forma que beneficie a todos. **Domesticidade:** Produção para consumo próprio; **Intercâmbio/Mercado**: economia utilitarista, troca de bens, com oferta e demanda, com interesse, utilizando o dinheiro.	**Reciprocidade:** Grupos de fundos de Crédito. **Distribuição:** Banco Comunitário **Domesticidade:** Prosumadores **Intercâmbio/ Mercado:** Circulação da moeda comunitária para desenvolvimento econômico local
Mark Granovetter				
Interação é um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo especificado.	**Teoria dos Laços**	Laços Fortes Laços Fracos	**Laços fortes:** Confiança. **Laços Fracos:** Inovação.	**Laços fortes:** Interação através da Confiança entre os bancos e os seus colaboradores e beneficiários e colaboradores **Laços Fracos:** Interação do BCDs com pesquisadores e profissionais especializados.

Fonte: De acordo com autores na literatura.

E por mais que cada autor revele denominações distintas para tratar das interações sociais e econômicas, percebe-se um ponto de união das redes sociais através da solidariedade de Durkheim, dos princípios sociais de Polanyi e dos laços de Granovetter conforme quadro 6, que trata melhor a compreensão das interações sociológicas e a proposta deste estudo.

Quadro 6 - Esquema Sociológico das Interações do BCDs

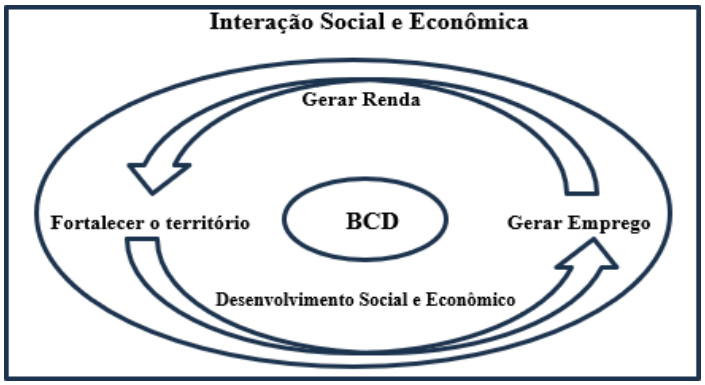


Fonte: Própria autora mediante os estudos de Polanyi, Durkheim e Granovetter.

A sociologia trouxe a contribuição de interação social a partir das teorias e abordagens acima, e para uma compreensão mais apurada dos objetivos centrais dos BCDs, no qual consiste no fortalecimento do território e geração de emprego.

A figura 9 apresenta os objetivos principais dos BCDs que se configuram em gerar emprego e renda e fortalecer o território, nesta dinâmica impacta no desenvolvimento social e econômico na região em que a moeda social circula, as interações sociais e econômicas pode ser uma estratégia para atingir os fatores de criticidade de sucesso dos BCDs.

Figura 9 - Objetivos Centrais do BCDs e Interação



Fonte: Própria autora adaptação do Instituto Banco Palmas (s.d).

Diante de todo exposto neste referencial teórico e mais a experiência da pesquisadora em campo, foi elaborado o quadro 7 com os fatores de criticidade de sucesso dos BCDs, que apresenta os achados da pesquisadora sobre os fatores de

criticidade na interação social dos BCDs sob a abordagem holística da sociologia na perspectiva do desenvolvimento regional.

Quadro 7 - Fatores de Criticidade de Sucesso dos BCDs

Fatores de Criticidades	Descrição	Autores
DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA		
Microcrédito	Instrumento financeiro fornecido pelos BCDs aos beneficiários com base na confiança e solidariedade.	Dowbor (2017); Pupo (2022); Rigo (2014); Buck, Kusunose e Alwang (2021); Yunus (2000); Araújo (2010).
Comércio Local	Parceiros locais que aderiram ao sistema da moeda social.	Teixeira de Menezes et al. (2019); Cruz, Oliveira e Freitas (2023); Pupo (2021); BC (2010); Silva Júnior et al. (2023).
Empregabilidade	Geração de Empregos no local a partir de parcerias com os BCDs.	Rigo (2014), IPEA (2012) Britto *et al.* (2023).
DIMENSÃO SOCIAL		
Pertencimento	Percepção de pertencimento do indivíduo quando inserido nos serviços financeiros solidários.	Araújo (2010), Cruz, Oliveira e Freitas (2023); Prefeitura Municipal de Niterói (s.d), Tenório (2012; Ferreira (2018)
Fortalecimento Local	Articulações econômica e social entre os atores comunitários por meio de serviços financeiros solidários.	Cruz, Oliveira e Freitas (2023); Rorato (2023).
Bem-estar	Comunidades solidárias e com desenvolvimento local gera bem-estar aos seus moradores.	BC (2018); Nascimento (2015).
DIMENSÃO INOVAÇÃO		
Reconhecimento Local	Visibilidade ao local a partir de experiências financeiras e sociais de sucesso.	Medeiros (2014); Waltenberg *et al.*, (2021).
Educação Financeira	Conhecimento técnico financeiro fornecido por parceiros para os colaboradores do BCDs e seus beneficiários.	Yumus (2011), Instituto Palmas (s.d); Jayo, Pozzebond e Diniz (2009).
Interação (Parcerias)	Interações sociais através de parcerias públicas, privadas e da comunidade.	Lucena (2013); Oriente (2019); De Santos (2018); Bomtempo; Carmona; Reis (2020); Ferreira (2018).

Fonte: Elaborado pela própria autora, adaptado pelos autores da Referência.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Abordagem Metodológica

A pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de métodos científicos (Rodrigues, 2007). Neste capítulo descreve-se a estrutura dos procedimentos metodológicos deste estudo, apresentando as escolhas e as seguintes etapas: bibliográfica, estudo de campo e a aplicação do método AHP.

A escolha da pesquisa bibliográfica neste estudo se justifica pela vantagem de uma abertura mais ampla do conhecimento (Gil, 2002). Não obstante, esta flexibilidade segue um compromisso com a organização racional e aplicação da eficiência na tarefa, esta pesquisa tem valor na produção do conhecimento científico, principalmente em temas pouco explorado, hipóteses ou interpretações para novas pesquisas (Lima; Mioto, 2007); assim como, houve uma construção do conhecimento a partir dos fatores de criticidades de sucesso dos BCDs.

No primeiro momento é feito uma investigação exploratória, à fim de identificar e acumular conhecimentos sobre a temática. No entanto, devido à natureza desta sondagem, não comportam as hipóteses iniciais, já que podem ser formuladas ao final desta parte da pesquisa (Vergara, 2016).

A abordagem deste estudo é caracterizada como quali-quanti, de modo que os especialistas e gestores dos BCDs possam avaliar os fatores relevantes de criticidade de sucesso dos objetivos dos BCDs do Estado do Rio de Janeiro, considerando uma abordagem sociológica de interação social no desenvolvimento regional.

3.2 Universo e Amostra

Conforme se observa, na segunda fase, o universo e a amostra desta pesquisa se limitam aos BCDs com mais de um ano de atuação e que operou/opera com a circulação de moeda comunitária e microcrédito no Estado do Rio de Janeiro. Esta determinação de tempo de vida do BCDs foi estabelecida, pois considera-se um tempo hábil para se ter

interações sociais e apresentar fatores de criticidades de sucesso oriundos destas parcerias, já que o tempo médio para consolidação do BCDs é de seis meses, segundo a metodologia do Instituto Palmas. Dito isso, a terceira fase, o universo se concentra nos profissionais da área, uma amostra de 12 especialistas (gestão[1] e acadêmico[2]). Esta população amostral é selecionada em caráter não probabilístico (não é baseada por procedimentos estatísticos) e por tipicidade, isto é, "constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo" (Vergara, 2016, p. 80).

3.3 Procedimento Metodológico

Para Vergara (2016, p.17), esta seção engloba os instrumentos de pesquisa, a coleta de dados e o tratamento deles. Portanto, o "método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento". Para uma melhor compreensão, a figura 10 detalha o desenho da pesquisa.

Figura 10 - Procedimentos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

[1] Gestão: Profissionais que gerenciam os BCDs junto à comunidade.
[2] Acadêmico: Pesquisadores dos BCDs.

3.3.1 Fase Exploratória

A fase exploratória foi dividida em duas etapas: primeira, Investigação Literatura e a etapa Pesquisa Bibliográfica.

i. Etapa: Investigação Literatura - trata-se de uma pesquisa inicial nas bases científicas para compreender melhor a temática: sobre as lacunas e os assuntos que os pesquisadores estavam estudando.

ii. Etapa: Pesquisa Bibliográfica - esta etapa realizou-se após a ida da pesquisadora a campo para uma observação indireta com o objetivo de entender a dinâmica existente, e assim, constituiu um aprofundamento dos materiais sociológico e dos BCDs publicados em periódicos científicos (revistas ou jornais), dissertações e teses, com foco no período de 2019 a 2023, nas bases da Capes, Google Acadêmico, Scopus, Scielo e Web of Science.

Precisou-se elaborar, por meio da literatura, a construção dos fatores de criticidade de sucesso dos BCDs e também as suas respectivas dimensões, para assim prosseguir para a próxima etapa. Sendo assim, o arcabouço teórico das dimensões ficou estabelecido da seguinte forma:

Dimensão Econômico-financeira: o dicionário Oxford Languanges, de uma forma simplista, define o Econômico-financeiro como adjetivo que se relaciona simultaneamente a economia e a finanças. Para Rodrigues (2021), a dimensão Econômico-financeira aborda o capital no negócio. As pesquisas de avaliação do desempenho econômico-financeira têm utilizado diversas formas de pesos financeiros para averiguar o resultado atividades sustentáveis nas instituições (Alshehhi *et al.*, 2018). Desta forma, neste estudo dos BCDs, entende-se na Dimensão Econômico-Financeira os fatores de criticidade de sucesso que está diretamente ligada à moeda (mercado): microcrédito, comércio local e empregabilidade. Correa (2015, p. 79) corrobora que esta dimensão corresponde “conjunto de atividades desenvolvidas pelos homens visando a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida”. Segundo Schneider e Escher (2011) para que haja transformação de

meios de produção em capital, é necessário enraizar e agrupar instituições, normas legais, costumes e hábitos que possibilitem a utilização como meio de acumulação privada de riqueza quem tem acesso. Ainda segundo os autores, as ideias de centrais de Polanyi continuam auspiciosas e relevantes à discussão e reflexões desenvolvimento em geral, isso porque as análises polanyianas remetem a regulação social sobre a economia e do papel das instituições, enquanto mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, como atores sociais. Desta forma, percebe-se a dimensão Econômico-financeira com traços dos princípios tratada no framework de Polanyi.

No que tange a dimensão Social nos BCDs, pode ser compreendido por três características: Pertencimento, percepção de pertencimento do indivíduo ao ser inserido nos serviços financeiros. Fortalecimento Local: conjunto de articulações econômicas e sociais dos serviços solidários, e por último, o Bem-estar que é entendido como a comunidade solidária e com desenvolvimento local gera bem-estar aos seus moradores. Araújo (2009) nos seus estudos sobre um determinado BCD evidenciou que o capital social, as relações de confiança, a solidariedade e laços entre os membros são importantes para o alcance dos objetivos em comum, mas também não são suficientes. Por exemplo, no estudo de Ferreira (2018) sobre o BCD Preventório o autor afirma que o banco busca o desenvolvimento do território por meio das ferramentas financeiras solidárias. Também tem a preocupação de promover projetos e ações sociais juntamente com os atores locais - sociedade civil, o mercado, e o poder público, apesar de discreta participação, segundo o autor.

Na dimensão Inovação nos BCDs, se compreende no Reconhecimento Local (visibilidade ao local a partir de experiências sociais e econômicas de sucesso). Exemplo disso é a plataforma digital E-dinheiro dos BCDs, que tem uma percepção da teoria dos laços fracos de Granovetter. Segundo o IPEA (2023), os BCDs que estão organizados em redes e buscam inovar por meio das tecnologias digitais, isto é, o E-dinheiro foi criado em parceria com uma empresa privada para a movimentação de numerário social digital. A Dimensão Inovação também é entendida através das Interações de rede-parcerias a partir da tecnologia expande laços sociais dos BCDs e por último, a Educação Financeira também é considerada dentro deste grupo, exemplo disso, a consultoria prestada pela funcionária do BCD Cidade de Deus aos beneficiários e com impressão de seus boletos

em atraso, assim estabelecendo saúde financeira por meio da tecnologia.

3.3.2 Fase Explicativa

i. Após o levantamento breve na literatura, primeira etapa do levantamento bibliográfico, a pesquisadora realizou visita aos três BCDs do RJ para uma observação direta. Neste momento houve interação com os gestores das instituições solidárias, no qual foi apresentado o espaço físico e uma conversa breve sobre os desafios e interações sociais e econômicas dos BCDs.

ii. Ao retornar da pesquisa de campo, ampliou-se o conhecimento no qual a pesquisadora se imergiu na literatura e despertou um olhar sociológico para compreender sobre a interação de rede. Feito isso, foi elaborado o quadro 7 com os fatores de criticidade de sucesso dos BCDs.

O quadro 7, oriundo após a investigação da primeira e segunda etapa da pesquisa, apresenta os achados da pesquisadora sobre os fatores de criticidade na interação social dos BCDs sob a abordagem holística da sociologia na perspectiva do desenvolvimento regional.

3.3.3 Método AHP

O *Analytic Hierarchy Process* (AHP) é uma criação do matemático Thomas Lorie Saaty ocorrida no final da década de 1960 (Briozzo; Musset, 2015); e explica o comportamento humano no contexto das organizações e foi desenvolvida por Herbert Simon (Andrioli *et al.*, 2015). O método de multiatributos ou multicritério AHP foi escolhido para este estudo por alguns motivos plausíveis, e detalhados a seguir:

i. por ser um método que trabalha com percepção e julgamentos: o método AHP consiste em uma técnica estruturada para tomada de decisão em que diversas variáveis ou critérios são considerados para a priorização eseleção de alternativas ou possibilidades, na qual percepções humanas,

julgamentos e consequências possuem repercussão de longo prazo (Saaty, 1980; Bhushan; Rai, 2004).

ii. por ser confiável: o método de multicritério AHP possui robustez, credibilidade e também por se apresentar inédito nos estudos envolvendo BCDs do RJ e interações sociais. A descoberta por aproximações torna a ciência com sucesso, isto é, ao se desenvolver uma compreensão mais aproximada da natureza ao descrever grupos restritos de fenômenos, omitindo os irrelevantes (Capra, 1983).

iii. a vantagem do AHP é sua habilidade de manusear problemas complexos da vida real e sua facilidade (Silva *et al*., 2006).

Portanto, este método científico une percepção e julgamentos no qual é preciso para compreender as avaliações dos gestores e especialistas dos BCDs, tem credibilidade, é robusto e hábil para solucionar questões complexas. Além de se apresentar inédito nos estudos dos BCDs do RJ.

A análise de decisão multicritério pode ser entendida como um processo metódico conforme descrito no fluxograma, englobando:

- ✓ a definição das alternativas; definição dos critérios relevantes para o problema de decisão;
- ✓ avaliação da importância relativa de cada critério;
- ✓ avaliação das alternativas em relação aos critérios;
- ✓ determinação da avaliação global de cada alternativa.

O ponto de partida desta análise multicritério é definir a questão-problema: como os especialistas e gestores dos BCDs avaliam a importância de critérios de sucesso a partir das interações sociais-rede?

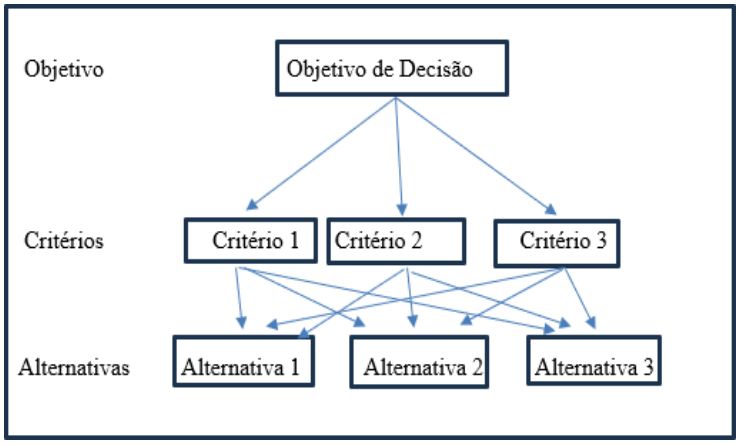
Nos estudos de Costa (2005), o tratamento de processos decisórios pela análise multicritério considera a avaliação de alternativas à luz de múltiplos critérios, na solução de problemas discretos de decisão, em que uma das principais características da metodologia é no auxílio à decisão, pelo reconhecimento da subjetividade como inerente ao problema de decisão e utiliza julgamento de valor como forma de tratá-la cientificamente, o que facilita a incorporação de variáveis sociais e ambientais no

tratamento dos problemas de decisão.

Dessa forma, segundo Costa (2002, p. 16-17) este método baseia-se em três etapas de pensamento analítico: construção de hierarquias: no método AHP o problema é estruturado em níveis hierárquicos, o que facilita a melhor compreensão e avaliação do mesmo. Para a aplicação deste método é necessário que tanto os critérios quanto as alternativas possam ser estruturadas de forma hierárquica, sendo que no primeiro nível da hierarquia corresponde ao propósito geral do problema, o segundo aos critérios e o terceiro as alternativas.

Para Bornia e Wernke (2001) a ordem de hierarquia permite ao decisor ter uma "visualização do sistema como um todo e seus componentes, bem como interações destes componentes e os impactos que os mesmos exercem sobre o sistema". E, assim, analisar de forma ampla, o problema e da relação de complexidade, auxiliando na avaliação da dimensão e conteúdo dos critérios, por meio da analogia homogênea dos elementos. A figura 11 apresenta a estrutura hierárquica básica do método AHP.

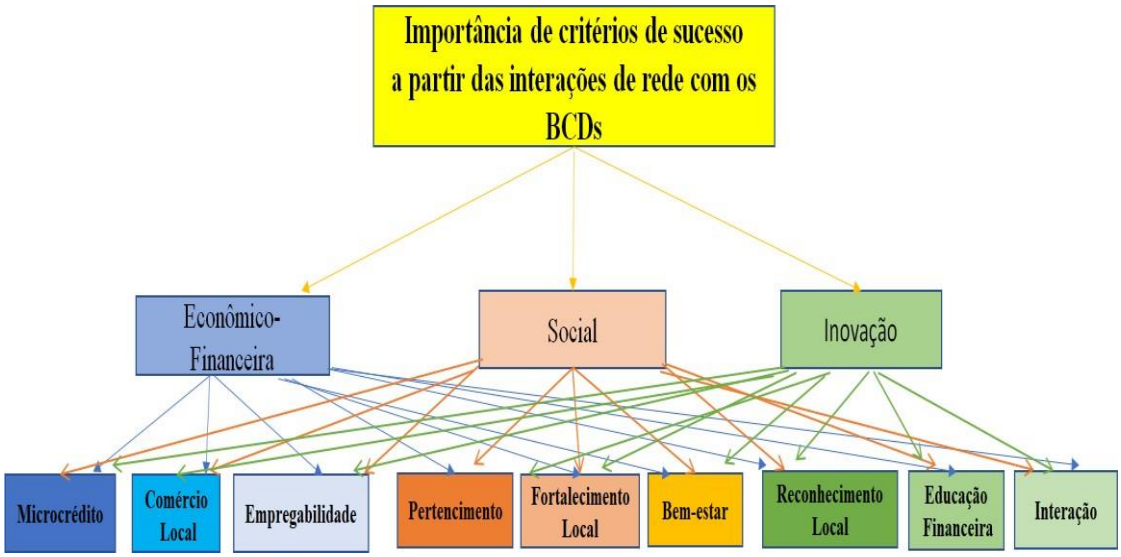
Figura 11 - Estrutura básica da AHP



Fonte: Adaptado de Gartner (2001).

Diante da estrutura hierárquica da AHP foi possível a elaboração de um questionário no qual respondentes atribuíram notas para os critérios uns em relação aos outros, de par em par, e para as alternativas em relação a cada critério, na figura 12.

Figura 12 - Estrutura hierárquica da AHP neste estudo



Fonte: Elaboração própria.

Para Saaty (2008) é necessário a utilização de uma escala de números que forneça a importância de um fator sobre o outro. Desta forma, para o presente trabalho foi utilizada a escala fundamental de Saaty, mostrada na tabela 1, que correlaciona valores quantitativos a valores qualitativos.

Tabela 1 - Grau de importância da AHP

Grau de Importância	Conceito	Descrição
1	Importância igual - Mínima	Ambas alternativas têm contribuição igual para o objetivo
3	Importância fraca de uma sobre a outra (Baixa)	Experiência e julgamento ajudam sutilmente uma alternativa em comparação a outra
5	Importância forte	Experiência e julgamento ajudam fortemente uma alternativa em comparação a outra
7	Importância muito forte	Uma alternativa é fortemente favorecida em comparação com a outra e sua dominância se apresenta na prática
9	Importância absoluta	É alto o grau de certeza a prova que ajuda uma alternativa a outra
2,4,6,8	Valores intermediários entre ambos os julgamentos próximos	Quando é preciso uma condição de compromisso entre duas alternativas
Recíprocos	*Se a alternativa i tem um dos graus de importância ou tendência de 1 a 9 na analogia com a alternativa j, logo j tem o valor mútuo quando comparado com i*	

Fonte: Saaty (2008).

Sendo assim, as etapas metodológicas no desenvolvimento da pesquisa foram:

1º. Elaboração de um pré-questionário de pesquisa com os fatores críticos identificados na fase anterior.

2º. Realização de um levantamento de campo, com a aplicação do pré-questionário, com uma amostra mínima de quatro indivíduos que têm conhecimento e experiências em EcoSol para testar a compreensão da ferramenta ao público. Após, foram analisados e selecionados os aspectos que permanecem na pesquisa, ou seja, ajustes em seus aspectos estruturais ou de conteúdo para seguir para a próxima etapa.

3º. Aplicação do questionário de pesquisa, direcionado aos especialistas e gestores da temática do estudo, com uma amostra entre 12 respondentes, tendo em vista a recomendação que consta na literatura que é entre cinco e vinte especialistas (Da Silva; Werner, 2015). Os especialistas têm a garantia de sigilo em relação a sua identidade e informações declaradas, mediante um Termo Livre e Esclarecido de Consentimento (vide Apêndice), de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas que envolve os seres humanos (Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012). Os questionários foram enviados através da internet em diversos meios de comunicação – WhatsApp, LinkedIn e E-mail. Observa-se que o questionário (vide em anexo) foi divido em 5 blocos e foram excluídas 4 perguntas do bloco no qual envolvem questões sociológicas que serviram de conhecimento para a etapa anterior – fase explicativa. As perguntas para construção do método AHP foram estruturadas em uma escala de 1 a 5, onde um é 1 tem o valor de mínimo, 2 baixas, 3 moderado, 4 máxima e 5 absoluta pela grande maioria das respostas.

4º. Tabulação e tratamento de todos os dados em planilhas eletrônicas, com o auxílio do programa Microsoft Excel®, para gerar uma matriz de julgamentos para cada especialista.

   i. A elaboração da matriz de julgamentos composta e

representada como uma: matriz A = $(a_{ij})_{nxn}$, onde n é o número de critérios julgados. Cada valor a_{ij} são um número representado por $a_{ij} = (l_{ij}, m_{ij}, u_{ij})$. No caso, l_{ij} é o limite inferior, m_{ij} é o número característico e u_{ij} é o limite superior.

$$\mu_m(x) = \begin{cases} \frac{x}{m-l} - \frac{l}{m-l'} & x \in [l, m], \\ \frac{x}{m-u} - \frac{u}{m-u'} & x \in [m, u], \\ 0, & \text{contrário} \end{cases} \qquad \textbf{Equação (1)}$$

ii. É relevante determinar o valor recíproco do julgamento entre dois critérios. Para isso, quaisquer valores de i e j, o seu cálculo inverso é obtido pela seguinte expressão:

$$(l_{ij}, m_{ij}, u_{ij})^{-1} = \left(\frac{1}{u_{ji}}, \frac{1}{m_{ji}}, \frac{1}{l_{ji}}\right) \qquad \textbf{Equação (2)}$$

iii. Para a verificação da consistência foi aplicado o teste de consistência dos dados, por meio da função Razão de Consistência (CR - Consistency Ratio), no julgamento de cada especialista. Briozo e Musetti (2015) afirmam que o cálculo de CR considera um erro aleatório, que está relacionado com a ordem da matriz, dado pelo Índice de Consistência (CI - Consistency Index) e o Índice de Consistência Aleatória (RI - Random Consistency Index). De acordo com Moraes e Santaliestra (2007), o cálculo de RI mais recente foi recalculado e proposto por Saaty (1990), que no caso específico desse estudo é de 0,52, já que são 3 critérios em cada dimensão, o que resulta em uma matriz 3x3; onde n é ordem da matriz, isto é, número de elementos comparados, conforme tabela 2. Na literatura, segundo Briozo e Musetti (2015), é aconselhado que o CR fique

abaixo de 0,20; portanto, caso o resultado do CR for maior que 0,20 o julgamento do especialista deverá ser analisado e, posteriormente, anulado na pesquisa. Para se calcular o CR, utiliza-se as seguintes equações:

$$CI = \frac{\lambda max - n}{(n-1)} \qquad \textbf{Equação (3)}$$

$$CR = \frac{CI}{RI} \qquad \textbf{Equação (4)}$$

Tabela 2 - Tabela para cálculo de RI N

N	**3**	4	5	6	7	8	9	10	11	12
RI	**0,52**	0,89	1,11	1,25	1,35	1,40	1,45	1,49	1,51	1,54

Fonte: Tabela proposta por Saaty (1990).

5º. Agrupamento dos julgamentos dos especialistas por meio da técnica de Agregação dos Julgamentos Individuais (Aggregating Individual Judgements - AIJ). Os estudiosos Forman e Peniwati (1998) confirma a validação do método destinado a grupos que assumem e agem numa coletividade como uma unidade.

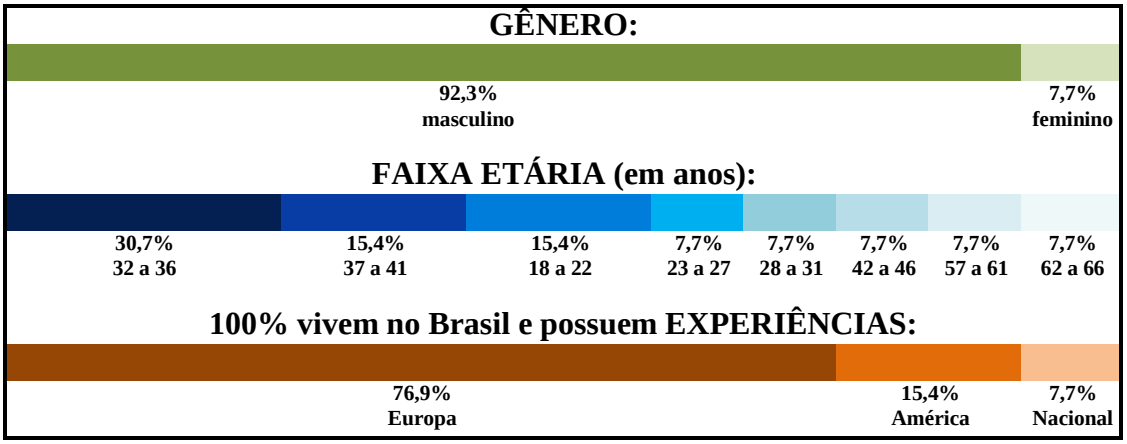
6º. Análise da AHP-Hierarquia, consiste na elaboração da estrutura hierárquica com o objetivo, critérios e alternativas, e que são apresentados e discutidos no capítulo de Resultados e Discussão.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas válidas junto a gestores e pesquisadores dos BCDs do Estado do Rio de Janeiro, que responderam a um formulário de questões enviadas remotamente. Esse questionário foi dividido em cinco blocos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Informações Socioeconômicas, Bancos Comunitários, Redes de interações e Desenvolvimento Local.

No bloco socioeconômico foram obtidos os seguintes dados de perfis dos respondentes, conforme quadro 8: 92,3% são do sexo masculino e 7,7% do sexo feminino. A faixa etária dos respondentes, a maioria (30,8%) possui entre 32 a 36 anos, 15,4% (37 a 41 anos), 15,4 % (18 a 22 anos), 7,7% (42 a 46 anos), 7,7% (57 a 61 anos), 7,7% (62 a 66 anos), 7,7% (23 a 27 anos), 7,7% (27 a 31 anos). Os 100% da amostra residem no Brasil; entretanto 15,4 % possuem experiência na Europa, 7,7% na América e 76,9% nacional.

Quadro 8 - Perfil dos respondentes, parte 1

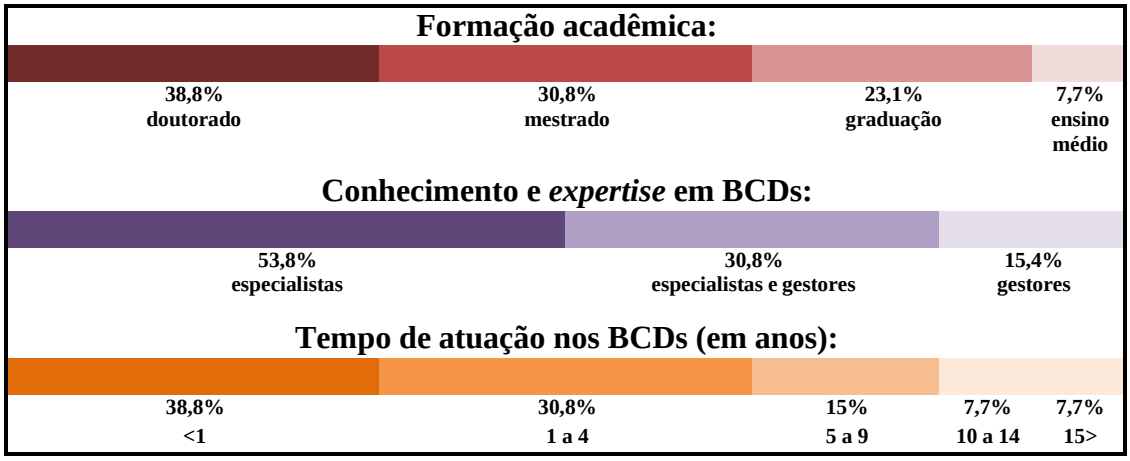


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Já no bloco socioeconômico da segunda parte, observa-se no quadro 9, que:

quanto a formação acadêmica, 38,5% possuem doutorado, 23,1% com mestrado, 30,7% com graduação e 7,7% com ensino médio. No quesito expertises nos BCDs, 53,8% são especialistas (pesquisadores), 30,8% são especialistas e gestores e 15,4% são gestores. No que tange ao tempo de atuação, 38,5% têm menos de 1 ano de experiências), 30,8% têm entre 1 a 4 anos, 15,4% têm de 5 a 9 anos, 7,7% possuem de 10 anos a 14 anos e 7,7% possuem mais de 15 anos.

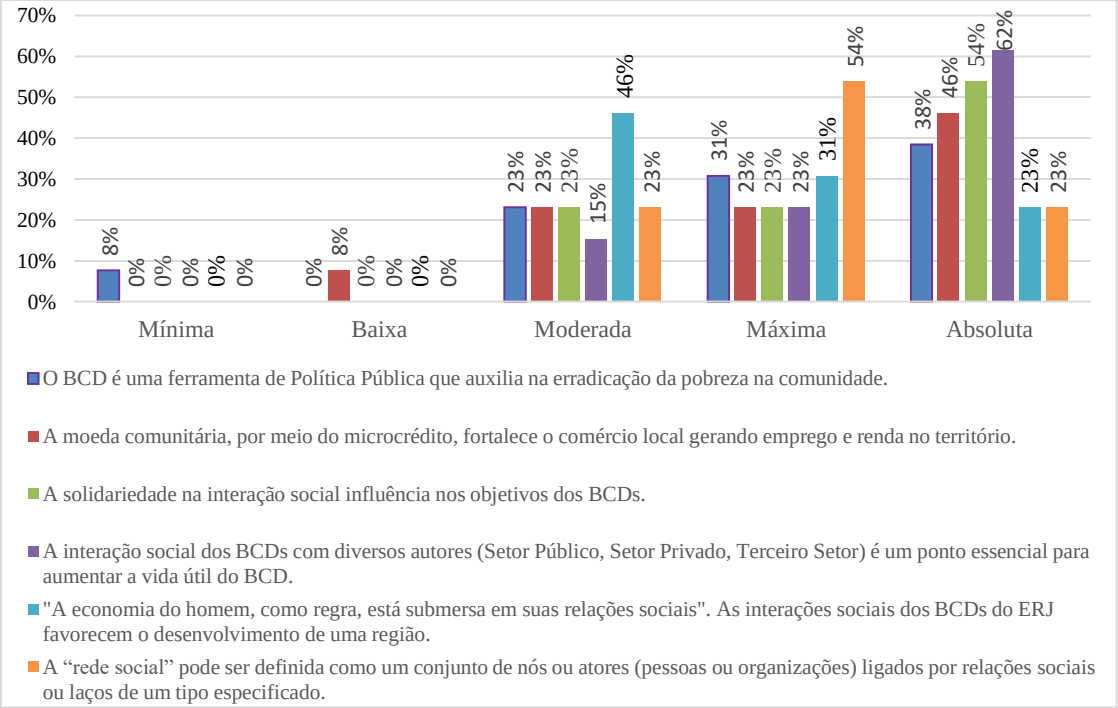
Quadro 9 - Perfil dos respondentes, parte 2



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na terceira seção, acerca de questões sobre a percepção dos entrevistados sobre BCDs do Estado do Rio de Janeiro, considerou-se uma escala de mínima a máxima importância ou características de interação de rede. Desta forma, no quadro 8, verifica-se a análise:

Quadro 10 - Percepção dos entrevistados sobre BCDs do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Diante do resultado exposto, no quadro 10, quanto a percepção dos entrevistados os BCDs do Estado do Rio de Janeiro, 23% dos entrevistados consideram ser uma ferramenta de Política Pública que auxilia na erradicação da pobreza na comunidade. Trata-se de um quesito cujo valor foi classificado como moderado; para 31% o valor máximo e em valor absoluto 38%; e apenas 8% no valor mínimo.

Na questão da moeda comunitária, por meio do microcrédito, fortalecer o comércio local gerando emprego e renda no território, os entrevistados revelaram a importância de 8% baixa, 23% moderada, 23% máxima e 46% na absoluta importância e característica desta ferramenta nos BCDs do referido estado.

Já a indagação aos entrevistados sobre a importância/característica da interação social dos BCDs com diversos autores (Setor Público, Setor Privado, Terceiro Setor) ser um ponto essencial para aumentar a vida útil do BCD, observou-se os seguintes resultados: 15% moderado, 23% máximo e 62% absoluta.

Na pergunta sobre a solidariedade na interação social influenciar nos objetivos dos BCDs, obteve-se os seguintes valores: 23% no moderado e máximo, 54% no absoluto.

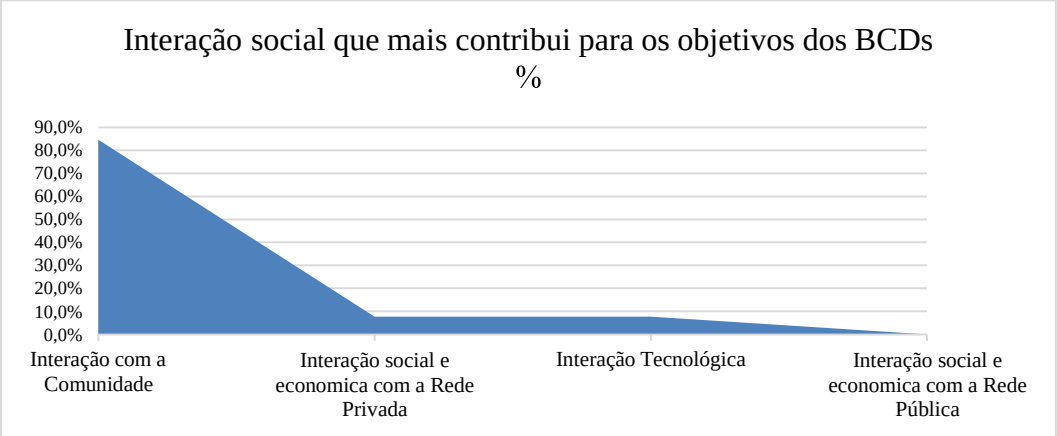
Em outra pergunta sobre a questão de interação social: "A economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais". As interações sociais dos BCDs do RJ favorecem o desenvolvimento de uma região apresentou-se 46% moderado e 31% máxima e 23% no absoluto.

Na questão que aborda a “rede social” ser um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo especificado e na concepção de importância e característica encontrou-se os seguintes achados: 23% moderado, 54% máximo e 23% absoluto.

Diante destes três últimos questionamentos sobre questões sociológicas e interação social e econômica, pode-se ter as seguintes premissas: a solidariedade com peso maior (52% absoluto) podendo remete-se a solidariedade mecânica e orgânica de Durkheim (1994) diante de interações sociais que envolvem economia (23% absoluto) de Polanyi (2002) e rede social (23% absoluto) de Mark Granovetter dentro dos BCDs do RJ.

Por fim, o quadro 11 apresenta o resultado da última questão do bloco 3, sobre a interação social que mais contribui para os objetivos dos BCDs.

Quadro 11 - Interação social para os objetivos dos BCDs



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Observa-se que em relação a indagação sobre o grau de interação social que mais

contribui para os objetivos dos BCDs a de maior relevância a comunidade com 84,6%, seguida da Interação social e econômica com a rede privada 7,7% e Interação Tecnológica com 7,7%.

Entretanto, retomando o resultado, por pouco, unânime, sobre a importância da interação da comunidade (84,6%), vem a corroborar com Gadotti (2009), segundo o qual é importante ter uma comunidade consciente da utilização da moeda local para o crescimento econômico local.

Na análise do bloco de perguntas corresponde a AHP, identificou-se consistência nas respostas dos especialistas por agregação dos julgamentos finais e apresentou correlação adequada à investigação, isto é, 0,01 que é dentro da escala <0,05, tornando então recomendado.

O quadro 12 apresenta as dimensões classificadas em Econômico-Financeira, Social e Inovação, no qual se enquadra nos critérios da hierarquia do método multicritério AHP com as alternativas na ordem e seus respectivos pesos, em nível de prioridades e importância.

Quadro 12 - Resultados da AHP no estudo – pesos e prioridades

		CRITÉRIOS				
ALTERNATIVAS	REDES	Econômica-Financeira	Social	Inovação	Média dos PESOS das Dimensões	Prioridades
	Pesos dos Critérios	**9,0**	**2,7**	**0,7**		
	Microcrédito	8,5	8,6	7,9	*8,3*	**105,4**
	Comércio Local	2,7	2,7	2,5	*2,7*	**33,6**
	Empregabilidade	0,7	0,8	0,9	*0,8*	**9,5**
	Pertencimento	8,4	9,2	7,8	*8,5*	**106,1**
	Fortalecimento Local	2,8	2,9	2,5	*2,7*	**34,6**
	Bem-estar	0,8	0,7	0,9	*0,8*	**9,6**
	Reconhecimento Local	8,4	8,4	7,9	*8,3*	**104,3**
	Educação Financeira	2,8	2,8	2,9	*2,8*	**34,8**
	Interação (parcerias)	0,8	1,1	0,8	*0,9*	**11,0**

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Observa-se no quadro 12, que a obtenção e demonstração dos seguintes pesos na

ótica dos respondentes sobre a importância da interação das redes (parcerias diversas) na contribuição dos objetivos dos BCDs. Logo, o método AHP validou os seguintes resultados: Econômico-Financeira (9,0), Social (2,7) e Inovação (0,7). Após isso, comparou-se o grau de importância da relação de rede para o crescimento dos objetivos dos BCDs de cada alternativa para cada critério/Dimensão, ou seja, Econômico-Financeira, Social e Inovação.

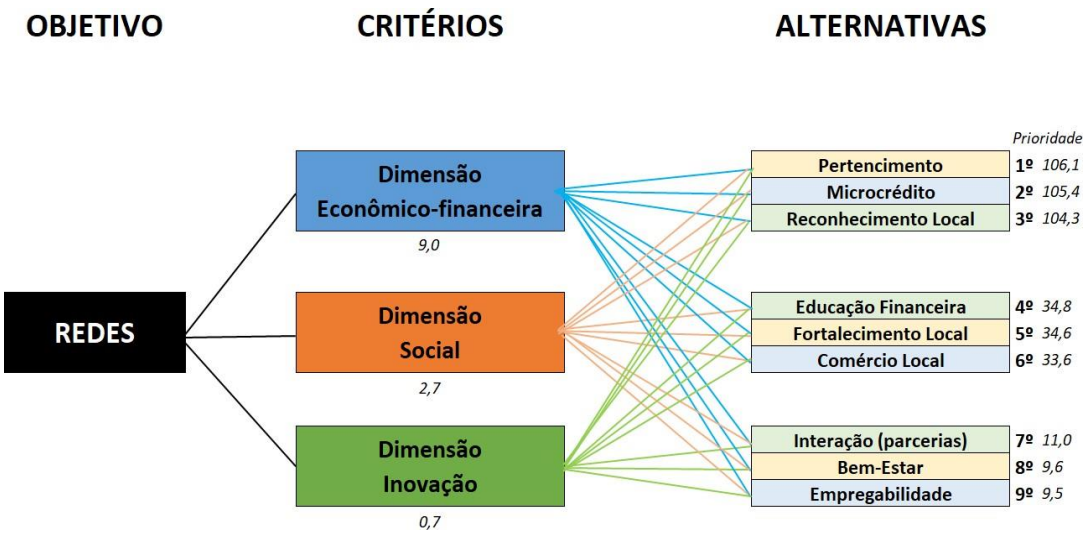
Deste modo, o resultado da análise na dimensão Econômico-Financeira mostra que, maior peso foi atribuído a Microcrédito (8,5), seguido de Comércio Local (2,7) e menor peso ou relevância foi a Empregabilidade (0,7). O Pertencimento Financeiro, alocado na dimensão social, também obteve um peso significativo (8,4) e o bem-estar com menos importante ou relevante (0,8); por fim, os dentro da dimensão de inovação posiciona-se: Reconhecimento Local (8,4); Educação Financeira (2,8); Interação (parcerias) (0,8).

Na Dimensão Social apresenta o Microcrédito (8,6); Comércio Local (2,7); Empregabilidade (0,8) representados pelo Econômico-financeira; já o Pertencimento Financeiro (9,2); Fortalecimento Local (2,9); Bem-estar (0,7); e no subgrupo da Inovação obteve-se: Reconhecimento Local (8,4); Educação Financeira (2,8); Interação (parcerias) (1,1).

Por fim, o Critério Inovação estabeleceu os seguintes pesos: Microcrédito (7,9); Comércio Local (2,5); Empregabilidade (0,9); Pertencimento Financeiro (7,8); Fortalecimento Local (2,5); Bem-estar (0,9); Reconhecimento Local (7,9); Educação Financeira (2,9); Interação (parcerias) (0,8).

Diante desses resultados, por meio do método AHP pôde-se elaborar a hierarquização das prioridades, conforme ilustrado na figura 13.

Figura 13 - Hierarquia AHP com seus pesos e prioridades



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Em suma, a partir das interações de rede com os BCDs, a dimensão que tem mais importância para o alcance dos objetivos é a Dimensão Econômico-Financeira com peso de 9,0, seguido da Dimensão Social 2,7 e a Dimensão Inovação 0,7. Já nas alternativas, o Pertencimento é o fator que mais é influenciado no produto de interação com os BCDs, em segundo vem o microcrédito e em terceiro lugar o Reconhecimento Local. Nos últimos lugares, a interação, o bem-estar e a empregabilidade fatores de sucesso dos BCDs que não é tão impactada com as redes de acordo com o método AHP. Portanto, asseções a seguir apresentará uma discussão dessas alternativas junto ao arcabouço teórico.

1) Pertencimento

O Pertencimento refere a percepção de pertencimento do indivíduo quando inserido nos serviços financeiros solidários. Este fator de criticidade de sucesso obteve a primeira colocação na escala de alternativa em relação aos três critérios (dimensões) que mais contribuem para o alcance dos objetivos BCDs com a interação de rede, na perspectiva dos pesquisadores e gestores dos BCDs do RJ. Dessa forma, observa-se possíveis causas da exclusão financeira e procedimentos dos BCDs para inclusão, pois uma vez que desperta e insere o indivíduo no sistema financeiro solidário provoca na comunidade a percepção de Pertencimento.

Seguindo essa lógica, Araújo (2010) explica que apesar da recente atuação dos BCDs e das moedas sociais, ambos já apresentavam potencialidade no desenvolvimento socioeconômico local, onde não havia presença dos bancos comerciais, possibilitando crédito e renda aos beneficiários. O autor ainda vai além e afirma que os BCDs e a Moeda Social representam uma identidade comunitária que ultrapassa relações comerciais, pois os envolvidos possuem papéis de gestores, ao zelarem pela excelência do uso dos benefícios adquiridos e, concomitantemente, usuários. Mediante a isso pode-se compreender uma convergência quando Polanyi afirma em seus estudos que "O Homem não é um ser econômico, mas um ser social" (Polanyi, 2012, p. 215), pois apesar de o indivíduo ter esta máxima de pertencimento na esfera econômica, percebe-se que esta questão também ultrapassa o social, isto é, não é uma relação só financeira e sim de relações (conexões). Corroborando também o que Cruz, Oliveira e Freitas (2023) mencionam que mediante informações do BC, apesar da grande representatividade mundial do sistema bancário brasileiro, ainda existem dezenas de milhões de brasileiros excluídos dos serviços bancários. Dessa forma, os BCDs atuam com esta inclusão financeira com sucesso parcial e local.

Ainda na esfera de Pertencimento, por exemplo, pode-se observar que o BCD Araribóia também tem a incumbência de organizar, cadastrar pequenos produtores, empreendedores econômicos solidários e mercadores dentro das próprias comunidades para que a moeda social Araribóia seja utilizada como moeda local para impulsionar a economia das próprias comunidades e da cidade em geral (Prefeitura Municipal De Niterói, s.d.). A importância das relações de proximidades como ferramenta que faz parte da metodologia para alcançar as metas dos BCDs, e também atribui, sobretudo, a conquista da cidadania sendo relevante para o desenvolvimento local conforme abordado por Tenório (2012) e Ferreira (2018). Sobottka *et al.* (2011) afirma que a cidadania não se restringe a legitimação e reinvindicações do indivíduo, mas se vale na base do pertencimento social.

2) Microcrédito

O Microcrédito é instrumento financeiro fornecido pelos BCDs aos beneficiários

com base na confiança e solidariedade. Esta ferramenta solidária conquistou o segundo lugar nas alternativas relevantes no crescimento dos BCDs a partir das interações sociais-rede. Dowbor (2017) justifica que o BCD tem a capacidade de influenciar no desenvolvimento local e impactar nos micros negócios, isso porque os numerários que são inseridos através de microcrédito, por exemplo, geram um efeito multiplicador. Para este autor, uma vez que é injetado capital no negócio, sendo ele provido de empréstimo, esse processo irá girar na economia e assim favorece à comunidade local.

Já Pupo (2022) complementa que as moedas socias/locais fortalecem a economia local e são ferramentas relevantes para promover o desenvolvimento local pelos BCDs, mediante a linha de crédito de consumo. Para Rigo (2014) a relevância dos BCDs no conjunto de ações está diretamente associada à prestação de serviços bancários e financeiros, em que a moeda é integrada a tecnologia social intimamente ligada às metodologias de gestão estratégica, em que o desdobramento é a reorganização das economias locais.

Por conseguinte, um estudo de Buck, Kusunose e Alwang (2021), sobre o BCD de Honduras, revelou em seu resultado a análise empírica que fornece algumas evidências de que a confiança determina a alocação de empréstimos dentro de um banco comunitário. Sendo assim, a confiança que os participantes do banco comunitário têm emum mutuário fortalece o indicador do crédito que esse membro receberá; membros que são mais confiáveis por outros membros recebem empréstimos maiores. Para Yunus (2000), o segredo é a confiança entre a instituição e os tomadores de crédito e sendo assim, o microcrédito desenvolve o seu poder de aquisição na comunidade, não apenas para gastos urgentes, mas também para poupar. O microcrédito no Banco Capivari, por exemplo, fomentou pequenos empreendimentos e alguns empreendedores saíram dainformalidade. O microcrédito favoreceu também o fortalecimento dos grupos, seja associações ou cooperativas (Araújo, 2012).

Na interação do BCD com a comunidade através do microcrédito, evidencia-se a teoria dos laços de Granovetter, pois os laços fortes incluem a importância da cooperação e da reciprocidade, promovendo, assim, a confiança mútua e a abertura para a troca de conhecimentos intensivos (Wu, 2012; Capaldo, 2007). Por fim, o BCD Mumbuca é outro exemplo que disponibiliza programa de crédito popular solidário para comunidade

carente, na forma de estes microcréditos, a juros zero, e fomentam a circulação do numerário no mercado de crédito local e se operam de duas formas: para produção (Mumbucred), que é direcionado aos empreendimentos de micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de trabalho e empréstimos para (Casa Melhor), ou seja, para pequenas reformas de moradia (Coutinho, 2020).

3) Reconhecimento Local

O Reconhecimento Local consiste na visibilidade ao local a partir de experiências financeiras sociais de sucesso. Um exemplo de reconhecimento local de BCD inativo envolvendo interações, aconteceu depois de um ano de funcionamento do BCD Cidade de Deus, a Caixa Econômica Federal (CEF) apoiou a iniciativa, criou e forneceu um correspondente bancário da CEF na sede do banco comunitário; esta experiência entre interação do BCD Cidade de Deus com a CEF trouxe visibilidade dentro da Comunidade, no qual fomentou o interesse local pelo banco, tanto que, na época, houve o reconhecimento desta prática solidária (Medeiros, 2014). Outro exemplo, o BCD Mumbuca forneceu inspiração ao BCD Araribóia (Waltenberg *et al.*, 2021). Maricá e o Banco Mumbuca foram reconhecidos pela mídia nacional e internacional pela atuação na pandemia por conta das políticas públicas de transferência e manutenção da renda e dos empregos locais (Anuário Mumbuca, 2023). E na dinâmica da inovação da plataforma digital E-dinheiro dos BCDs, conforme discutido na seção 2.2.2, pode evidenciar uma percepção da teoria dos laços fracos de Granovetter pelo fato da interação do Banco Palmas com atores distantes, isto é, entendido pelo estudioso como laços fracos.

4) Educação Financeira

A Educação Financeira é o conhecimento técnico financeiro fornecido por parceiros para os colaboradores do BCDs e seus beneficiários. A Educação Financeira obteve o quarto lugar no ranking dos fatores de sucesso e isso pode ser compreendido, pois, segundo Yumus (2011), é necessário ter colaboradores capacitados para instruírem aos clientes a cuidar de seu dinheiro. O Instituto Palmas (s.d.) aborda também a importância de oficinas e reuniões na temática financeira. E Jayo, Pozzebond e Diniz (2009) validam que a carência da educação pessoal e profissional na comunidade gera

barreiras no desenvolvimento local, isso porque é preciso haver gestão financeira do tomador na ferramenta do crédito produtivo, no crédito para consumo e na moeda social, ou seja, é importante que os BCDs forneçam uma educação financeira para os beneficiários como o exemplo da funcionária do BCD Cidade de Deus que fornecem consultorias e contribuiu com a saúde financeira dos clientes do banco solidário (Oriente, 2019). Diante do exemplo referido, a interação do BCD com a comunidade é percebida na teoria dos laços de Granovetter, pois os laços fortes incluem a importância da cooperação e da reciprocidade, promovendo, assim, a confiança mútua e a abertura para a troca de conhecimentos intensivos (Wu, 2012; Capaldo, 2007).

5) Fortalecimento Local

O Fortalecimento Local se faz pelas articulações econômica e social entre os atores comunitários por meio de serviços financeiros solidários. Desta maneira, a força econômica dos bancos tradicionais é muito superior em comparação aos BCDs. Entretanto, BCDs fornecem contribuições além da órbita financeira, pois geram impactos positivos do ponto de vista social, fomentando a comercialização de mercadorias pelos próprios moradores, a criação de uma rede local de prossumidores, fornecendo o acesso a mercadorias e à cidadania financeira destes beneficiários (Cruz; Oliveira; Freitas, 2023). No princípio de reciprocidade de Polanyi (2002) encontra-se as instituições com simetria e semelhança entre grupos, esta relação é estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores. Posto isto, pode-se compreender que para haver este fortalecimento local é importante a reciprocidade nas interações. Um fato concreto, por exemplo, é a moeda digital no BCD Mumbuca que possibilitou a inclusão dos comerciantes informais na plataforma E-dinheiro, enquanto processo de democratização, pois liberou-se a conta digital para todos do território (pequenos comerciantes e a população) para que pudessem ter acesso aos benefícios da moeda (Rorato, 2023).

6) Comércio Local

O comércio local com os parceiros locais que aderem ao sistema da moeda social forma a interação social e ao tratar deste fator, Teixeira de Menezes *et al.* (2019) afirmam que as atividades abordadas por confiança, proximidade e solidariedade são alicerces para

ascender os empreendimentos econômico-sociais. Em conformidade, Cruz, Oliveira e Freitas (2023) entendem que as instituições solidárias são ferramentas direcionadas para as estratégias de desenvolvimento territorial e por meio da moeda social estimula a fomentação do tripé: produção, consumo e prestação de serviço para o desenvolvimento da economia local. Já Pupo (2021) ressalta o objetivo exclusivo de fazer com que o numerário da comunidade permaneça apenas dentro dela, fortalece o comércio local que adere esse sistema de pagamento. Desta forma, o princípio de intercâmbio e mercado de Polanyi (2000) é percebido no comércio local, pois se faz por meio de troca de mercadorias entre indivíduos inseridos no mercado no qual se estabelece preços, e no caso, a moeda social. Para tal, no estudo do BC (2010) sobre os BCDs, Tsukumo afirma que o empreendimento solidário é fomentado por meio de um conjunto de redes que articulam dentro do território, promove riqueza e, assim, gera desenvolvimento local. A interação entre os atores municipais e privados juntamente com o BCD, tomando como referência ao banco Araribóia, pretendeu fornecer acesso a créditos para motoristas da Associação Intermunicipal dos Motoristas por Aplicativo (AIMAP) e a política de articulação do uso das moedas sociais Araribóias para pagamento de viagens na plataforma Let's (Silva Junior *et al.*, 2023).

7) Interação (Parcerias)

As interações sociais por meio de parcerias públicas, privadas e da comunidade podem ser empreendimentos que se firmam em uma "rede local de colaboração solidária que possibilitem conexões estabelecidas entre comerciantes, produtores, prestadores de serviço, organizações comunitárias" e cidadãos para o estímulo do desenvolvimento e sustentabilidade das práticas solidárias, assim como no fortalecimento da comunidade e a redistribuição da economia local (Lucena, 2013, p. 54). O Banco Palmas possui boa interação com o território e Oriente (2019) atribui esse fator mencionado como um dos seus principais atores para o funcionamento do Banco, pois fomenta os fóruns e ações na comunidade. Segundo o estudo de Santos (2018) apesar das dificuldades em obter parcerias nos BCDs da região nordeste, esta estratégia de interações contribuem para a sustentabilidade e funcionamento das instituições solidárias financeiras. Na época da pandemia foi visto algumas das características da solidariedade orgânica renascendo através de profissionais (banqueiros e empresários) que investiram para pesquisa de

vacinas e financiamento de cursos a milhares de desempregados com direito a bolsas generosas; as igrejas angariaram alimentos e roupas para doações aos necessitados; os voluntários preparam e distribuíram “sopões” e marmitas gratuitas para todo o país; assim, houve uma rede de grupos solidários auxiliando contingentes de desfavorecidos em inúmeras obras solidárias (Bomtempo; Carmona; Reis, 2020). Além disso, em experiência com parcerias observa-se, que o BCD Preventório por exemplo, se preocupa, além do desenvolvimento do território por meio das ferramentas financeiras solidárias (microcréditos, moedas sociais e outros), em promover projetos e ações sociais juntamente com os atores locais – sociedade civil, o mercado, e o poder público, apesar de discreta participação (Ferreira, 2018). Neste sentido, compreende-se que pode haver diversas interações com os BCDs sem que haja uma hierarquia. Granovetter reforça que a cooperação, o trabalho mútuo e a instituição de relações de confiança se juntam sem a necessidade de hierarquia e rigidez de poder (Granovetter, 2007; Bovo, 2014).

8) Bem-Estar

Ao se tratar de bem-estar da comunidade, o Banco Central do Brasil – BACEN afirma que a inclusão financeira é “[...] o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para a sua qualidade de vida” (BACEN, 2018, p. 14). Nascimento (2015) corrobora nos seus estudos sobre moedas sociais digitais em dois BCDs brasileiros que a autoestima e solidariedade são como construção social que tem dependência ou não do poder público que podem ser remodelados com incentivo do Estado. A estima social com laços fortes na comunidade de valores, às contribuições sociais e a realização dos indivíduos criam bases para a noção de autoestima e construção da solidariedade (Mendonça, 2009).

9) Empregabilidade

Por fim, não menos importante, a empregabilidade é compreendida na dinâmica da interação e o estímulo do consumidor que busca seus bens e serviços dentro da própria comunidade, por uma relação de proximidade, e a aderir o seu consumo local; assim potencializando o aquecimento de empregabilidade e a criação de novos

empreendimentos locais (Rigo, 2014). Na experiência do BCD Capivari, o microcrédito na modalidade voltada para produção no território teve o intuito de gerar novos negócios e, logo, aumento da empregabilidade e renda no local (IPEA, 2012). Já a experiência em Maricá, por exemplo, no período da pandemia, apesar de não poder atribuir a geração de empregos, somente o aumento da moeda social digital injetada no território juntamente com as políticas públicas de renda, é possível que esta articulação seja parte da explicação (Britto *et al.* 2023). Nos dois últimos exemplos tanto do BCD inativo quanto ativo, a empregabilidade está diretamente associada ao microcrédito e à política pública respectivamente.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada em três fases onde os resultados da primeira fase, investigação exploratória, contribuíram na construção do Referencial Teórico. A segunda fase foi extremamente importante devido o confronto com a realidade, por meio da pesquisa de campo com entrevistas e observação direta, o que contribuiu no entendimento e explicação do estudo e também na construção na quadro 7 - Fatores de Criticidade de Sucesso dos BCDs. Na terceira fase, a aplicação de um método robusto de análise de multicritério possibilitou a interpretação dos especialistas. Neste capítulo apresentam-se as conclusões do estudo, com destaque para a hierarquização da AHP na investigação das redes sociais dos BCDs, à luz da abordagem sociológica.

O presente estudo teve como objetivo desenvolver uma investigação teórico-empírica sobre os fatores de criticidade inerentes as relações de rede de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs), à luz uma abordagem holística sociológica, como subsídios para novas interações e agendas de políticas públicas locais. Pode-se dizer que este objetivo foi alcançado mediante a explanação do referencial teórico que mapeou os principais BCDs da região do Estado do Rio de Janeiro (RJ), assim como a apresentação de um quadro conceitual teórico das interações sociais no âmbito da sociologia de Durkheim (solidariedade), Polanyi (coesão social), Mark Granovetter(teoria dos laços); e, também a identificação dos fatores de criticidade oriundos da literatura consultada e validada pelo método quantitativo robusto, mediante às respostas de alguns gestores e especialistas dos BCDs.

No que tange a prática, a contribuição deste estudo se faz, primeiramente, pela proposta de um método inédito nos estudos dos BCDs, isto é, a aplicação do Multicritério AHP. Desta forma, por meio de um questionário aplicado a 12 especialistas e gestores dos BCDs, obteve em comparação ao grau de importância da relação de rede para o crescimento dos objetivos dos BCDs, a dimensão Econômico-Financeira obteve o maior peso 9,0 em comparação ao Social: 2,7 e Inovação: 0,7.

Ainda no campo metodológico, houve a análise de 9 alternativas para se compreender o ranking de fatores de criticidade de sucesso a partir das interações de rede

com os BCDs. Neste quesito, o ranking dos 3 primeiros pesos, respectivamente, foram: Pertencimento, Microcrédito e Reconhecimento local. Este resultado fortalece a importância de o indivíduo compreender a importância do BCDs e suas ferramentas, além de corroborar com a metodologia do Instituto do Banco Palmas (IBP) na implantação dos BCDs replicada aos demais bancos comunitários do país. Este modelo ressalta a fase de sensibilização da comunidade com reuniões e palestras e na fase de implantação a importância da credibilidade nas operações financeiras perante à comunidade.

Assim, antes de ter ferramentas inclusivas financeiras, políticas públicas e ações comunitárias, é essencial que a comunidade acredite e, principalmente, aproprie-se do benefício oferecido e assim possa contribuir no desenvolvimento local. A partir disso, pode-se compreender o motivo do pertencimento vir em primeiro lugar nos resultados da AHP. A interação de rede com os BCDs tem a menor importância no fator crítico de sucesso empregabilidade, isso pode ser inferido porque no Estado do Rio de Janeiro esta alternativa esteja mais associada à transferência de renda e ao microcrédito e não tão diretamente à interação social como os demais fatores de sucesso elencados à proposta. Na questão sociológica percebe-se que a solidariedade tanto orgânica, quanto a mecânica, também se esbarra nos princípios de reciprocidade e intercâmbio, além de uma conexão de rede.

Pelo o ineditismo do método AHP nos estudos de BCDs recomenda-se estudos futuros com a replicação do método quantitativo com novas e maiores amostras em regiões do Brasil e dentro do Estado do Rio de Janeiro com uma amostra maior de gestores, com aprofundamento no tema sociológico aos fatores de criticidade e abre-se também uma lacuna para compreender a atual interação da rede pública, visto que em um dos resultados apresentou uma incipiência na interação pública com os BCDs. Todavia, a pesquisa esbarrou-se em algumas limitações, como inacessibilidade de acesso e informações aos BCDs. Mas, sugere-se também estudos para compreender a dinâmica da interação social de rede dos BCDs na empregabilidade. Apesar destas questões, o estudo contribui para novas agendas de políticas públicas no âmbito do desenvolvimento local, além de novas perspectivas sobre os BCDs.

REFERÊNCIAS

AGHION, B. A; MORDUCH, J. **A economia das microfinanças**. Cambridge: imprensa do MIT, 2010.

ALVES, M., DINIZ, E., CERNEV, A; NASCIMENTO, E. Implementação de dinheiro social digital por organizações de base: combinando estratégias de baixo para cima e de cima para baixo para inovações sociais. Colloquium, Roterdão, Holanda, 2014.

ALSHEHHI, A; NOBANEE, H; KHARE, N. The impact of sustainability practices on corporate financial performance: Literature trends and future research potential. **Sustainability**, v. 10, n. 2, p. 494, 2018.

ALVES, C. ZARINO, J; PAULA, C. G. Espaços luminosos e espaços opacos na metrópole de São Paulo: um estudo de caso da topologia dos bancos de investimento e bancos comunitários. In: **Anais do VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo**. p. 2316-2337, 2014.

ARAÚJO, S. C. D. **Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais como uma nova forma de relação financeira**, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9879. Acesso em: 09.dez.2022

ARAÚJO, Y. M. C. **Bancos comunitários e a economia solidária: estratégias de desenvolvimento de baixo para cima em Montes Claros-MG**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (mestrado) -Universidade Estadual de Montes Claros–Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2022/06/28/banco-comunitario-arariboia/> Acesso em: 08.jan.2023

BAIXADA FÁCIL. Saracuruna ganha banco comunitário e moeda própria. Disponível em: <http://www.baixadafacil.com.br/municipios/saracuruna-ganha-banco-comunitario-e-moeda-propria-nesta-quarta-1374.html> Acesso em: 10.dez.2022.

BANCO SARACURUNA. Banco Comunitário Disponível em: https://bancocomunitario.wordpress.com/banco-saracuruna/>. Acesso em: 03.fev.2023

BANCO PREVENTÓRIO. Associação para o desenvolvimento solidário. Disponível em: <https://bancopreventorio.org.br//> acesso em: 07. Dez. 2022.

BOMTEMPO, E. M; CARMONA, C. P. A solidariedade social na pandemia de COVID-19. **A&C-Revista de Direito Administrativo e Constitucional-Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, v. 89, 2022.

BRASIL. Banco Comunitário Capivari e Moeda Social Capivari. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/sobre/vencedores/4a-edicao-2011/banco-comunitario-capivari-e-moeda-social-capivari> Acesso em: 07.Dez.2022.

BRIOZO, R. A; MUSETTI, M. A. Método multicritério de tomada de decisão: aplicação ao caso da localização espacial de uma Unidade de Pronto Atendimento–UPA 24 h. **Gestão & Produção**, v. 22, p. 805-819, 2015.

BUCK, S; KUSUNOSE, Y. E ALWANG, J. Revisitando a medição tradicional da confiança: usando experimentos de campo artefactuais para medir a confiança e prever decisões de microcrédito. **Agricultural Finance Review**, vol. 81, n. 1, pp. 132-150, 2021. Disponível em: <https://doi-org.ez108.periodicos.capes.gov.br/10.1108/AFR-09- 2019-0104> Acesso em: 08.jan.2023

CAMARGO, M. P L. Paul Singer em Defesa da Economia Solidária como trabalho docente. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 9, p. 169-182, 2023. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6590. Acesso em: 2 out. 2023.

CAMPOS, L. H. R; FUSCO, W. Municípios nordestinos e crescimento populacional: correspondência entre migração e desenvolvimento. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 17, n. 33, p. 79-100, 2009.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Proposta cria bancos populares de desenvolvimento. Agência Câmara de Notícias. 23/01/2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/112670-proposta-cria-bancos-populares-de-desenvolvimento/> Acesso em: 21.nov.2022

CAPRA, F. O tao da física. **São Paulo: Cultrix,** 1983. 160p.

CARVALHO, C. E; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: Diagnósticos e perspectivas**, p. 17-45, 2004.

CASTELLS, M. Outra economia é possível: cultura e economia em tempos de crise. Editora Schwarcz-**Companhia das Letras**, 2019.

CERNEV, A. K; PROENÇA, B. A. Mumbuca: A primeira moeda social digital do Brasil. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, p. c15-c15, 2016.

CERNEV, A. K. Mumbuca é dinheiro. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, p. c10-c10, 2019.

CERNEV, A. K; DINIZ, E. H. Palmas para o E-Dinheiro! A evolução digital de uma moeda social local. **Revista De Administração Contemporânea**, v. 24, p. 487-506, 2020.

CHRIT, S.; AZMANI, A.; AZMANI, M. Combining AHP and Topsis to Select Eligible Social and Solidarity Economy Actors for a Call for Grants. **International Journal of Advanced Computer Science and Applications**, v. 13, n. 11, 2022.

CORRÊA, J. C. S; SILVEIRA, R. L. L; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 7, 2019.

COSTA, H. G. Introdução ao Método de Análise Hierárquica (Análise Multicritério no Auxílio À Decisão), 2002.

COSTA, H. G. Estruturas de suporte à decisão - Métodos discretos tradicionais: monocritério e multicritério. Universidade Federal Fluminense - Depto. de Engenharia de Produção, Niterói, 2005.

COSTA, M. L. P. M. A urbanização e suas novas conotações. Rebatimentos sobre o processo de reestruturação do território. **Anais do 1° Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2010.

COSTA, G. S. O papel dos bancos comunitários no fortalecimento da economia popular: uma análise do Banco Cascata, 2022.

COUTINHO, R. B. Bancos comunitários como estratégia de desenvolvimento local: o caso do Banco Mumbuca. (Org.). Da cooperação na cidade à cidade cooperativa. Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 235-264.

CRUZ, A. Experiências territoriais de acumulação solidária no Brasil–bancos comunitários e circuitos locais de comercio justo. **La economía social y solidaria como instrumento de reincorporación de excombatientes**, p. 290, 2020.

CRUZ, D. A. S; OLIVEIRA, R. C; FREITAS, S. R. S. Bancos Comunitários e Moedas Sociais Digitais como Mecanismos de Inclusão Financeira e Economia Solidária: uma revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Prospecção**, v. 16, n. 3, p. 590-605, 2023.

CUT-RS. Central Única dos Trabalhadores. **Bancos comunitários transformam vidas e comunidades no Brasil e no mundo.** Agosto, 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/bancos-comunitarios-transformam-vidas-e-comunidades-no-brasil-e-no-mundo-64d1#:~:text=Lima%20%2F%20CUT%2DRS-,O%20Brasil%20j%C3%A1%20possui%20150%20bancos%20comunit%C3%A1rios%2C%20que%20atuam%20como,e%20transformando%20vidas%20e%20comunidades.> Acesso em: 22.nov.2022.

DA SILVA, R. B.; WERNER, L. Combinação de previsões das vendas no setor de suplementação animal: um estudo de caso com ajustes de especialistas. Revista ESPACIOS, v. 36, n. 9, 2015.

DALLABRIDA, V. R. Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. **Curitiba: CRV**, p. 238, 2017.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A; KLAPPER, L. Medir a inclusão financeira: Explicar a variação na utilização de serviços financeiros entre e dentro dos países. **Artigos da Brookings sobre atividade econômica**, v. 2013, n. 1, p. 279-340, 2013.

DINIZ, E. H; SIQUEIRA; É. S.; VAN HECK, E. Taxonomia para compreender asmoedas da comunidade digital: plataformas de pagamento digital e sentimentos dacomunidade virtual. 2016.

DINIZ, E., SIQUEIRA, E., VAN HECK, E. . Taxonomia de plataformas de moeda da comunidade digital. Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento, v. 25, n.1, p 69-91, 2019.

DISSAUX, T; FARE, M. Jalons pour une approche socioéconomique des communs monétaires. **Économie et institutions**, n. 26, 2017.Disponível em: <http://journals.openedition.org/ei/5966>. Acesso em: 15.11.2022.

DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, Escola de Administração/Ufba, v. 6, n. 14, jan.-abr. 1999.

DOWBOR, L. O que é poder local. Brasiliense, 2017.

FARIA, L. Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (pré) histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

FERNANDES, B. S; SCHMIDT, V. K; ZEN, A. C. Distritos Industriais, Clusters e APL : uma Análise Comparativa de Semelhanças e Diferenças. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, v. 3, n. 1, 2019.

FORMAN, Ernest; PENIWATI, Kirti. Aggregating individual judgments and priorities with the analytic hierarchy process. European journal of operational research, v. 108, n. 1, p. 165-169, 1998. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0377221797002440. Acesso em: 03 dez. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C. A Economia Popular e Solidária no Brasil. Ação pública e Economia Solidária: uma Perspectiva Internacional. Por Alegre, RS: **Editora da UFRGS**, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 31-36.

FREIRE, M. V. Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011, 374 f. Tese (Doutorado em direito) – **Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição.** Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

FRIZON, N. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: identificação de relações estratégicas de parceria. 2015.

FUNDAÇÃO RENOVA. Bancos comunitários serão implantados em localidades da bacia do rio doce para incentivar o desenvolvimento econômico. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/noticia/bancos-comunitarios-serao-implantados-em-localidades-da-bacia-do-rio-doce-para-incentivar-o-desenvolvimento-economico/> Acesso em: 24.nov.2022.

GADOTTI, M. Economia solidária como práxis pedagógica. **São Paulo: Instituto Paulo Freire**, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. The relation between equality and viability in the solidarity economy enterprises. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 79-109, 2011.

GALLOPIN, G. C. Indicadores ambientais e de sustentabilidade e o conceito de indicadores situacionais. Uma abordagem de sistemas. **Modelagem e avaliação ambiental**, v. 1, p. 101-117, 1996.

GALVÃO, T. F; PANSANI, T. S. A; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. Epidemiologia e serviços de saúde, v. 24, p. 335-342, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/ress/v24n2/2237-9622-ress-24-02-00335.pdf> Acesso em: 08.jan.2023.

GARCÍA GUERRERO, J. E. et al. Indigenous peoples, exclusion and precarious work: Design of strategies to address poverty in indigenous and peasant populations in Ecuador through the SWOT-AHP methodology. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 2, p. 570, 2021.

GARTNER, I. R. Avaliação ambiental de projetos em bancos de desenvolvimento nacionais e multilaterais: evidências e propostas. Brasília: **Editora Universa**, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

GÓMEZ, G. M.; DINIZ, P. Making sense of a crank case: monetary diversity in Argentina (1999–2003). **Cambridge Journal of Economics**, v. 40, n. 5, p. 1421-1437, 2016.

GOMES, J. S. Tecendo Redes: Uma análise sobre o Banco Comunitário de Pureza – Bebida Velha/RN e a sua relação com seus beneficiários. **Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN**. Natal, Rio Grande do Norte, 2019.

GONZALEZ, L.; PORTO, L.; DINIZ, E. H. Microcrédito produtivo no Brasil: histórico recente e condicionantes de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 72, 2017. Doi: 10.12660/cgpc.v22n72.62637. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/62637>
Acesso em: 8 jan. 2023.

HARVEY, D. Política anticapitalista en tiempos de COVID-19. **Sopa de Huwan. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio)**, 2020.

HORA, H. R. M; MONTEIRO, G. T. R; ARICA, J. Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, 2010.

IBP. Instituto Banco Palmas. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org> Acesso em: 11.nov.2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 11.nov.2022.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. **II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.** Caucaia/CE: Instituto Banco Palmas, 2007. Disponível em:<www.institutobancopalmas.org/wpcontent/uploads/termo_de_referencia_dos_bancos_comunitarios.pdf > Acesso em: 11.nov.2022.

INSITUTO E-DINHEIRO BRASIL. O que é palmas e-dinheiro?. S.d. Disponível em: <http://edinheirobrasil.org/e-dinheiro-funcionamento/> Acesso em: 28.nov.2022

INSITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA. Organización y Fortalecimiento de Cajas Rurales de Ahorro y Credit, Tegucigalpa, Honduras. Disponível em: <https://dicta.gob.hn/files/2011,-Organizacion-y-fortalecimiento-de-cajas-rurales-de-ahorro-de-credito--experiencias-de-DICTA,-L.pdf> Acesso em: 08.jan.2023.

JAYO, M; POZZEBON, M; DINIZ, E. Microcredit and innovative local development inFortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 32, n. 1, p. 115, 2009.

KABOSKI, J.P; TOWNSEND R.M. Políticas e impacto: uma análise das instituições micro financeiras ao nível da aldeia. Jornal da Associação Económica Europeia, v. 3, n.1, pp .1-50, 2005.

KISCHENER, M. A. PERONDI, M. A. MONTEIRO, M. A. BATISTELA, E. M. BORGES, R. T. KISCHENER, R. A contribuição de Polanyi na compreensão do processo de mercantilização da sociedade rural. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v.17, n.31 p. 206-217, 2015.

LACERDA, E. Banco palmas chega a marca de 15 mil pessoas atendidas na pandemia e prevê formas de enfrentar o pós-covid. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/09/03/banco-palmas-chega-a-marca-de-15-mil-pessoas-atendidas-na-pandemia-e-preve-formas-de-enfrentar-o-pos-covid-19.html> Acesso em: 12.dez. 2022.

LEAL, L. P.; RIGO, A. C.; ANDRADE, R. N. Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, n. 60, p. 77-85, 2016.

LEI Nº 2.448, DE 26 DE JUNHO DE 2013. Institui o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/lei-moeda-social-mumbuca.pdf > Acesso em: 23.nov.2022

LEMIEUX, V.; OUIMET, M. Análise estrutural das redes sociais. Lisboa: **Instituto Piaget**, 2008. 116 p.

LIMA, L. C. S. A satisfação do manutentor na área industrial: ocaso em uma indústria frigorífica. **Revista Brasileira de Tecnologia Agroindustrial**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p.757-769, 2012. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/rbta/article/view/901/860>. Acesso em: 10.dez.2022.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista katálysis, v. 10, p. 37-45, 2007.

MAGALHÃES. A. O. La moneda social Palmas, viejos instrumentos, nuevas soluciones: Un análisis sociológico del dinero. **Psicoperspectivas**, 2020.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística**–IBILCE–UNESP, v. 17, 2012. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf > Acesso em: 10.dez.2022.

MARX, K. Manuscritos Filosóficos-Econômicos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MELO, N. S, JOÃO, J; MAGALHÃES, S. Bancos comunitários. Disponível em: <BMT_41_Eco Sol_Bancos Comunitários.indd (ipea.gov.br)> Acesso em: 10.dez.2022.

MEDEIROS, A. C. Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus. Dissertação de Mestrado, FGV, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Saúde nas Escolas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>. Acesso 01.mai.202.

MORAIS, C. M. Escalas de medida, estatística descritiva e inferência estatística. Bragança: Escola Superior de Educação**. Instituto Politécnico de Bragança**, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7325/1/estdescr.pdf>. Acesso em: 10.dez.2022.

MORAES, E. A.; SANTALIESTRA, R. Modelo de decisão com múltiplos critérios para escolha de software de código aberto e software de código fechado. XXXI EnAnpad – In: XXXI Encontro da Anpad, set./2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ADI-D3299.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

MOSTAGI, N. C. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 111-124, 2019.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NEGRI, F. L; BIASI, A S. H. O Processo de Formação Profissional e a Intersetorialidade das Políticas Sociais, **Anais**. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1 – 9.

NEVES, E. F. A relação entre economia solidária e empreendedorismo. **Economia e Desenvolvimento**, v. 31, p. e11-e11, 2019.

OLIVEIRA, T. M. V. Escalas de mensuração de atitude: Thrstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. **Revista Administração online**, São Paulo, v.2, n.2, abr./jun.2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm>. Acesso em: 10.dez.2022

ONU. Organização das Nações Unidas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Trabalho decente e crescimento econômico.>Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8> Acesso em 08.mai.2023

ORIENTE, A. C. N. Análises dos fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular: o caso do banco comunitário da Cidade de Deus. Rio de Janeiro, 2019, 252f. Tese (Doutorado Engenharia de Produção), **Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e pesquisa de Engenharia (COPPE),** 2019.

PARPET, M. F. G. Mercados e praças de Mercado: Karl polanyi e o capitalismo contemporâneo. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 123-147, 2021. Doi: /10.1590/2238-38752021v1115

PAULO, B, L; BARÁIBAR, R, X. Tramas fallidas en la intersectorialidad de la política asistencial uruguaya. **Prospectiva**, n. 27, p. 55-82, 2019.

PAULO, B, L. Intersectorialidad como fundamento político y 147 expresión funcional/tecnológica en dos programas de sociales de proximidad. Montevidéu, Uuruguai. **Revista Fronteras**. n. 10. p. 41-54. 2017.

PAUGAM, S. Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada. **Sociologias**, v. 19, p. 128-160, 2017. Doi: 10.1590/15174522-019004405

PAZ, R. D. O; TABOADA, K. J. Conceitos básicos para intervenções habitacionais. In: Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social Ministério das Cidades. **Curso a Distância**, 2010.

PITT , M. M; KHANDKER , S. R. O impacto de programas de crédito baseados em grupo em famílias pobres em Bangladesh: o gênero dos participantes é importante?. **Journal of Political Economy**, v. 106, n.5, pp .958-996, 1998.

POLANYI, K. A grande transformação. **Rio de Janeiro: Campus**, 2008.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. Ed. **Rio de Janeiro: Campus**, 2000.

POLANYI, Karl. A grande transformação. **Leya,** 2013.

POLANYI, Karl. A subsistência do homem e ensaios correlatos. **Rio de Janeiro: Contraponto**, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, 3a ed., **São Paulo: Brasiliense**, 1987. 85

PRADO JÚNIOR, C. História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3a ed. **São Paulo: Brasiliense, 1989. 142p.**

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. **São Paulo: Brasiliense,** 2006, 17a Edição.

PRADO JÚNIOR, C. História econômica do Brasil. **São Paulo: Brasiliense**, v. 9, 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Prefeitura inaugura primeiro banco comunitário do Rio na Cidade de Deus. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2122531> Acesso em: 08.jan.2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <www.rio.rj.gov.br> Acesso em: 22.nov.2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ. Nova sede do Banco Mumbuca é inaugurada no Centro. Outubro de 2021. Disponível em: <https://portalantigo.marica.rj.gov.br/2021/10/29/nova-sede-do-banco-mumbuca-e-inaugurada-no-centro/> Acesso em: 09.jan.2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Disponível em: <niteroi.rj.gov.br) > Acesso em: 22.nov.2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. Novos cartões da Moeda Social Arariboia podem ser retirados a partir do dia 7. fevereiro de 2022. Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2022/02/24/novos-cartoes-da-moeda-social-arariboia-podem-ser-retirados-a-partir-do-dia-7/> Acesso em: 08.jan.2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. População segundo o sexo, fortaleza, 2021-2022. Disponível em: https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/sexo. Acesso em: 08.jan.2023.

PREGER, G. de F. Cenários especulativos pós-pandêmicos: a catástrofe sanitária e as redes solidárias. P2P E INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 32–70, 2020. Disponível em: https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5407. Acesso em: 6 out. 2023.

PLP. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 93/2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/361065> Acesso em: 22.nov.2022

PUPO, C. G. P. Finanças solidárias no Brasil: bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares. 2021. Tese de Doutorado. **Universidade de São Paulo.** Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15062022-191912/pt-br.php?fbclid=IwAR0RzzdG0RzcQabL-3KiqISXXhcP5AoriULO_S1TJSwOJHTn6PLXLFxAqvk> Acesso em: 21.nov.2022

QUARESMA, S. J. Durkheim e Weber: inspiração para uma nova sociabilidade, o neotribalismo. **Revista eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política** da UFSC, v. 2, n. 1, p. 3, 2005.

QUINTINO, J. Reconstruindo história: da poluição da Baía de Guanabara a pesca artesanal no Gradim. Novembro de 2022. Disponível em: <https://pescasolidaria.bancopreventorio.org.br/2022/11/04/reconstruindo-historia-da-poluicao-da-baia-de-guanabara-a-pesca-artesanal-no-gradim/> Acesso em: 08.dez.2022

RAKOPOULOS, T. The crisis seen from below, within, and against: from solidarity economy to food distribution cooperatives in Greece. **Dialectical Anthropology**, v. 38, p. 189-207, 2014. Doi: 10.1007 / S10624-014-9342-5

RORATO, L. F. A moeda social digital como alternativa financeira inclusiva: o caso do banco Mumbuca, 2023.

RESOLUÇÃO Nº 4.282, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013. Estabelece as diretrizes que devem ser observadas na regulamentação, na vigilância e na supervisão das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), de que trata a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.Disponívelem:https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4282_v1_O.pdf. Acesso em: 14.dez.2022.

REIS, G. Empresas seguem fazendo doações milionárias ao combate à Covid-19. **Folha de São Paulo**, 3 jun. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/06/ empresas-seguem-fazendo-doacoes-milionarias-ao-combate-a-covid-19.shtml. Acesso em: 03.jun. 2023.

RIEDO, I. G. Redes e (inter) relações: A organização social da piscicultura em Maripá/PR. Research, **Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e453101321037-e453101321037, 2021. Doi:10.33448/rsd-v10i13.21037.

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas.** Tese de Doutorado. Tese (Doutorado), Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

RIGO, A. S; FRANÇA FILHO, G. C. **Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil: Reflexões a partir da noção de economia substantiva**. Salvador: EDUFBA, 165p., 2017.

RIO DE JANEIRO. Parceiro do RJ em Caxias visita banco comunitário Disponível em: https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/parceiro-rj/noticia/2011/10/parceiro-do-rj-em-caxias-visita-banco-comunitario.html > Acesso em: 06.fev.2023

RODRIGUES, W. SANTOS, N.S. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local? **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE** Salvador, BA - Ano XIX, v. 1, n. 36, p. 168-190, 2017.

SANTOS, D, P; SANTOS, P. S. A economia solidária na paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável. 2021.

SANTOS, I. Q. C. A necessidade de uma reforma agrária no Brasil contemporâneo. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94676> Acesso em: 08.jan.2023.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, p. 180-219, mai/ago, 2011.

SAATY, T. The Analytic Hierarchy Process. **New York: McGraw-Hill**, 1980. SAATY,

T. L. Decision making with the analytic hierarchy process. International **Journal of Services Sciences**, v.1, n.1, p. 83-98, 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: **Companhia das letras**, 2000

SCHROEDER, R; MIYAZAKI, Y; FARE, M. International Journal of Community Currency Research, 2011.

SILVA JUNIOR, J.T; RIGO, A.S; EYNAUD, P. Novas formas de ação coletiva no contramovimento da economia: o potencial da articulação entre cooperativismo de plataforma e moeda social Otra Economía, v.16, n.29, 107-127, 2023.

SILVA, S. P; PEREIRA, C. A. Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do banco Mumbuca (Maricá-RJ). 2023.

SILVA, S. P. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil, Texto para Discussão, No. 2271, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, 2017.

SILVA, G. R. Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. 2019.

SINGER, P A economia solidária no governo federal. 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5246> Acesso em: 08.jan.2023

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. Economia solidária e educação de jovens e adultos. **Brasília: Inep**, p. 13-20, 2005.

SOBOTTKA, E. A.; OTA, M. E; BASSANI, J. C. A cidadania como gramática do pertencimento.

TEIXEIRA DE MENEZES, D., CRAVALHO, R. S; HOLANDA MARIANO, S. R. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma análise bibliométrica. Gestão e Regionalidade, v.35, n.106, 2019. Doi: 10.13037/gr.vol35n106.5105

THÉRET, B. Os três estados da moeda: abordagem interdisciplinar do fato monetário. Economia e Sociedade, v. 17, p. 1-28, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/hjr9M4CywD45VHwcQSsQt3d/abstract/?lang=pt> Acesso em: 11.nov.2022.

VERGARA, S. C. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 16. ed. **São Paulo: Atlas**, 2016.

VILLANUEVA, L. K. B. et al. Business plan for entrepreneurs, actors and organizations of social and solidarity economy based on neutrosophic AHP-SWOT. **Infinite Study**, 2020.

VINHA, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma Aplicação Contemporânea do Conceito do Enraizamento Social. **Revista Econômica**, v.3, n.2, 2001.

YUNUS, M; JOLIS, A. O Banqueiro dos Pobres. São Paulo, **Editora Ática**, 2000.

APÊNDICE

Interações Sociais e Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Prezado(a),

O (a) senhor (a) está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa sobre os "BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCDs): UMA PROPOSTA DE MODELAGEM DAS RELAÇÕES DE REDE SOB UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA SOCIOLÓGICA" realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos(PPDSP) do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), no campus Nova Iguaçu; como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre da discente Vanessa Costa de Oliveira, que está sob a orientação do professor doutor Herlander Costa Alegre da Gama Afonso.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar os fatores de criticidade de sucesso inerentes as relações de rede dos BCDs, sob luz uma abordagem holística sociológica, como subsídios para novas interações e agendas de políticas públicas locais. Este questionário que é composto por cinco blocos (Termo do TCLE, Informações Socioeconômico, Bancos Comunitários, Redes de interações e Desenvolvimento Local).

Em obediência ao estabelecido pelas normas éticas nacionais que regulam as pesquisas envolvendo seres humanos, posso garantir-lhe: liberdade ou recusa na adesão da participação na pesquisa e sigilo das informações que forem dadas durante o questionário e também quanto a sua identidade(Resolução CNS n°466/2012).

É importante esclarecer que os dados coletados nesta pesquisa serão guardados em local de acesso exclusivo da pesquisadora e serão utilizados para fins de estudo científico. Ainda, valido, que as publicações que resultarem desta pesquisa, manterão a garantia de sigilo e, portanto, preservarão a identidade e a privacidade dos participantes.

Coloco-me à disposição para quaisquer dúvidas no seguinte contato:

Vanessa Costa de Oliveira
vanessa.costarj@hotmail.com

Compartilhe este link com outros respondentes sendo especialistas e gestores dos BCDs. Obrigada!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Sobre a expressão do TCLE e estabelecimento do direitos aos respondentes deste formulário: Fui esclarecido(a) sobre a Pesquisa sobre o "BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO (BCDs): UMA PROPOSTA DE MODELAGEM DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE REDE SOB UMA ABORDAGEM HOLÍSTICA SOCIOLÓGICA" e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando que meus dados sejam utilizados na realização da mesma. *

   Marcar apenas uma oval.

   ◯ Sim

Nesta seção, o entrevistado visualizará perguntas de natureza socioeconômica para que possamos conhecer melhor o público da pesquisa.

3. E-mail (opcional)

4. Qual o seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Feminino
- ◯ Masculino
- ◯ Prefiro não dizer

5. Qual país vive atualmente? *

_____

6. Já teve experiência de estudo/ trabalho fora do Brasil. *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Não
- ◯ Sim, na América
- ◯ Sim, na Africa
- ◯ Sim, na Ásia
- ◯ Sim, na Europa
- ◯ Sim, na Oceania
- ◯ Sim, na Antártida

7. Qual a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ 18 a 22 anos
- ◯ 23 a 27 anos
- ◯ 27 a 31 anos
- ◯ 32 a 36 anos
- ◯ 37 a 41 anos
- ◯ 42 a 46 anos
- ◯ 47 a 51 anos
- ◯ 52 a 56 anos
- ◯ 57 a 61 anos
- ◯ 62 a 66 anos
- ◯ 67 a 71 anos
- ◯ 72 anos ou mais

8. Qual sua área de atuação nos BCDs do Estado do Rio de Janeiro? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Acadêmica (especialista)
- ◯ Gestão
- ◯ Acadêmica e Gestão

9. Qual a sua formação acadêmica? *

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Fundamental
- ◯ Ensino Médio
- ◯ Graduação
- ◯ Especialização
- ◯ Mestrado
- ◯ Doutorado

10. Se fez graduação, por favor, descreva abaixo o curso e a instituição de formação: *

_____

_____

_____

_____

_____

11. Quanto tempo de atuação na iniciativa de BCDs

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Menos de 1 ano
- ◯ De 1 ano a 4 anos
- ◯ De 5 anos a 9 anos
- ◯ De 10 anos a 14 anos
- ◯ Acima de 15 anos

Nesta terceira seção tem o objetivo de entender a sua percepção aos BCDs do Estado do Rio de Janeiro em relação as afirmativas. Considere a IMPORTÂNCIA OU CARACTERÍSTICA de cada afirmativa dentro da proposta do BCD.

12. Considere-se a sua CONCORDÂNCIA nas alternativas de "Mínima", "Baixa" "Moderada", "Máximo" e "Absoluto". *
Qual a sua percepção sobre:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Mínima	Baixa	Moderada	Máxima	Absoluta
O BCD é uma ferramenta de Política Pública que auxilia na erradicalização da pobreza na comunidade.	◯	◯	◯	◯	◯
A moeda comunitária, por meio do microcrédito, fortalece o comércio local gerando emprego e renda no território.	◯	◯	◯	◯	◯
A solidariedade na interação social influência nos objetivos dos BCDs.	◯	◯	◯	◯	◯
A interação social dos BCDs com diversos autores (Setor Público, Setor Privado, Terceiro Setor) é um ponto essencial para aumentar a vida útil do BCD	◯	◯	◯	◯	◯
"A economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais". As interações sociais dos BCDs do ERJ favorecem o desenvolvimento de uma região.	◯	◯	◯	◯	◯
A "rede social" pode ser definida como um conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de um tipo especificado.	◯	◯	◯	◯	◯

Modelo institucional da

Modelo institucional da simetria e semelhança entre grupos, é a relação estabelecida a partir da proximidade e da interação entre os atores.	○	○	○	○	○
Modelo de centralidade, no qual o representante principal é uma autoridade central responsável por administrar e redistribuir a produção, de forma que beneficie a todos.	○	○	○	○	○
Modelo de produção para consumo próprio, isto é, o princípio mínimo é a produção e armazenamento para suprir as necessidades básicas de uma família/ grupo específico.	○	○	○	○	○
Relação econômica utilitarista, onde ocorre a troca de bens, a partir da oferta e demanda, para fins de interesse, utilizando o dinheiro como moeda de troca e sem o protagonismo do lucro.	○	○	○	○	○

13. Qual o grau de interação social que mais contribui para os objetivos dos BCDs? *

Obs: no sentido de parcerias/redes.

Marcar apenas uma oval.

- ◯ Interação social da Comunidade
- ◯ Interação social e econômica da Rede Público
- ◯ Interação social e econômica da Rede Privada
- ◯ Interação Tecnológica

Nesta quarta seção compreende-se sobre as Redes e BCDs na perspectiva de Desenvolvimento Regional.

Como o senhor(a) considera a contribuição das RELAÇÕES DE REDE para o crescimento dos objetivos dos BCDs?
Entende-se por **Relação de Rede** (Organização Pública, Privada e Comunidade).

Sendo as dimensões

- **Econômico-financeira: Microcrédito, Comércio Local, Empregabilidade**
- **Social: Pertencimento, Fortalecimento Local, Bem-estar**
- **Inovação: Reconhecimento local, Educação Financeira, Interação (parcerias)**

14. Compare o grau de importância da **RELAÇÃO DE REDE** para o crescimento dos objetivos dos BCDs nas seguintes **DIMENSÃO**: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Mínima importância	Baixa Importância	Moderada Importância	Máxima Importância	Absoluta Importância
Economica-Financeira	◯	◯	◯	◯	◯
Social	◯	◯	◯	◯	◯
Inovação	◯	◯	◯	◯	◯

Agora na perspectiva da **DIMENSÃO ECONOMICA-FINANCEIRA:**

Entende-se por **Relação de Rede** (Organização Pública, Privada e Comunidade)

Utilize o quadro abaixo, com as descrições dos fatores de criticidade de sucesso, para responder as perguntas a seguir:

Fatores de Criticidade de Sucesso dos BCDs	Descrição
Microcrédito	Instrumento financeiro fornecido pelos BCDs aos beneficiários com base na confiança e solidariedade.
Comércio Local	Parceiros locais que aderiram ao sistema da moeda social.
Empregabilidade	Geração de Empregos no local a partir dos serviços financeiros dos BCDs.
Pertencimento	Percepção de pertencimento do indivíduo quando inserido nos serviços financeiros solidários.
Fortalecimento Local	Fortalecimento local é o conjunto de articulações economicas e sociais dos serviços financeiros solidários.
Bem-estar	Comunidades solidárias e com desenvolvimento local gera bem-estar aos seus moradores.
Reconhecimento Local	Visibilidade ao local a partir de experiências financeiras e sociais de sucesso.
Educação Financeira	Conhecimento técnico financeiro fornecido por parceiros para os colaboradores do BCDs e seus beneficiários.
Interação (Parcerias)	As interações sociais à partir de tecnologias expande laços sociais dos BCDs.

15. Compare o grau de importância da relação de rede para o crescimento dos objetivos dos BCDs na dimensão **ECONÔMICO-FINANCEIRO:** *

Marque um respectivo grau ENTRE eles:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Mínima Importância	Baixa Importância	Moderada Importância	Máxima Importância	Absoluta Importância
Microcredito	◯	◯	◯	◯	◯
Comércio local	◯	◯	◯	◯	◯
Empregabilidade	◯	◯	◯	◯	◯
Pertencimento	◯	◯	◯	◯	◯
Fortalecimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Bem-estar	◯	◯	◯	◯	◯
Reconhecimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Educação Financeira	◯	◯	◯	◯	◯
Interação (parcerias)	◯	◯	◯	◯	◯

16. Compare o grau de importância da relação de rede para o crescimento dos objetivos dos BCDs na dimensão **SOCIAL:** *

Marque um respectivo grau ENTRE eles:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Mínima Importância	Baixa Importância	Moderada Importância	Máxima Importância	Absoluta Importância
Microcredito	◯	◯	◯	◯	◯
Comércio local	◯	◯	◯	◯	◯
Empregabilidade	◯	◯	◯	◯	◯
Pertencimento	◯	◯	◯	◯	◯
Fortalecimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Bem-estar	◯	◯	◯	◯	◯
Reconhecimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Educação Financeira	◯	◯	◯	◯	◯
Interação (parcerias)	◯	◯	◯	◯	◯

17. Compare o grau de importância da relação de rede para o crescimento dos objetivos dos BCDs na dimensão **INOVAÇÃO:** *

Marque um respectivo grau ENTRE eles:

Marcar apenas uma oval por linha.

	Mínima Importância	Baixa Importância	Moderada Importância	Máxima Importância	Absoluta Importância
Microcredito	◯	◯	◯	◯	◯
Comércio local	◯	◯	◯	◯	◯
Empregabilidade	◯	◯	◯	◯	◯
Pertencimento	◯	◯	◯	◯	◯
Fortalecimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Bem-estar	◯	◯	◯	◯	◯
Reconhecimento local	◯	◯	◯	◯	◯
Educação Financeira	◯	◯	◯	◯	◯
Interação (parcerias)	◯	◯	◯	◯	◯

18. O senhor(a) gostaria de comentar algum ponto que não foi abordado? Fique à vontade para contribuir.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários